

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal		Reserva de incentivo fiscal	Reserva de investimentos	Reserva de plano de opções de compra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados (Prejuízo)	Total
		2022	2021	2022	2021		Reserva de capital	Reserva						
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.612	75.993	11.455	77.762	237.637	1	16.462	2.839	163.557	32.539	6.837	(65.740)	394.132
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	75.414	200.144	78.743	200.144	-	-	-	-	-	-	-	53.785	53.785
Estoque	8	209.160	229.809	219.176	229.809	-	-	-	-	(65.740)	-	-	65.740	-
Tributos a recuperar	9	39.411	81.324	39.572	81.324	1.334	8.670	-	-	-	-	-	-	10.004
Outros ativos		10.034	10.403	9.984	10.799	-	5.303	-	-	-	(5.303)	-	-	-
Não circulante														
Contas a receber de controladas	11	11.982	16.298	-	-	-	-	-	-	-	15.314	-	-	15.314
Tributos a recuperar LP	9	252.965	235.409	253.017	235.461	-	1.664	-	-	-	-	-	(1.664)	-
Depósitos judiciais	10	19.697	19.219	19.697	19.219	-	-	20.498	-	-	-	-	(20.498)	-
IRPJ e contribuição social diferidos	21.2	-	126.391	-	126.522	-	-	-	-	-	-	-	(7.905)	(7.905)
		284.644	397.317	272.714	381.202	238.971	13.974	18.126	23.337	121.535	16.342	6.837	-	439.122
Investimento	11	27.897	15.746	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(460.759)	(460.759)
Imobilizado	12	151.832	201.271	180.918	231.664	-	-	-	-	-	5.227	-	-	5.227
Intangível	13	110.461	87.981	110.497	88.029	-	-	-	-	-	(17.654)	-	-	(17.654)
Direito de uso	14	349.845	431.059	362.988	431.059	-	-	-	7.906	-	-	-	-	7.906
		640.035	736.057	654.403	750.752	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		1.265.311	1.731.047	1.286.047	1.731.792									
Passivo e patrimônio líquido														
Circulante														
Fornecedores	15	189.144	154.313	189.145	154.313	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	202.078	80.720	202.078	80.720	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	18	49.576	49.345	51.067	49.345	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher	19	58.708	38.879	60.583	39.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e contribuição social – parcelamento	21.1	1.123	1.040	1.123	1.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras de imobilizado a pagar	12	3.046	6.906	3.046	6.906	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas diferidas	20	56.886	39.159	58.860	39.159	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	14	124.386	133.055	131.115	133.055	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgates de outorgas a pagar CP		13.986	9.814	13.986	9.814	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		60.725	46.856	61.298	46.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		759.658	560.087	772.301	560.832	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante														
Empréstimos e financiamentos LP	16	108.333	280.417	108.333	280.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	17	48.650	42.847	48.650	42.847	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgates de outorgas a pagar LP		4.111	16.394	4.111	16.394	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar LP		-	7.905	-	7.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e contribuição social – parcelamento P	21.1	5.383	5.961	5.383	5.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	21.2	55.821	-	55.821	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento LP	14	280.072	350.401	280.072	350.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	22	29.441	27.913	29.441	27.913	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		531.811	731.838	539.904	731.838	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo		1.291.469	1.291.925	1.312.205	1.292.670									
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)														
Capital social	23.a	238.971	238.971	238.971	238.971	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital		13.974	13.974	13.974	13.974	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		170.940	162.998	170.940	162.998	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de plano de opções de compra de ações	23.e	3.915	16.342	3.915	16.342	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		6.837	6.837	6.837	6.837	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(460.759)	-	(460.759)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(26.158)	439.122	(26.158)	439.122									
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.265.311	1.731.047	1.286.047	1.731.792									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita, líquida	24	1.270.765	1.155.347	1.274.112
Custo dos produtos vendidos		(639.304)	(516.748)	(640.279)
Lucro bruto		631.461	638.599	633.833
Despesas operacionais		(524.664)	(458.283)	(527.529)
Com vendas	25	(303.622)	(238.594)	(303.285)
Gerais e administrativas	11	(4.746)	(239)	-
Equivalência patrimonial		-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	42.586	30.562	38.131
		(790.446)	(666.554)	(792.683)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre a renda		(158.985)	(27.955)	(158.850)
Resultado financeiro		36.887	144.873	37.098
Receitas financeiras	27	(156.448)	(98.838)	(156.657)
Despesas financeiras	27	(119.561)	46.035	(119.559)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(278.546)	(18.080)	(278.409)
IRPJ e contribuição social corrente	21.3	(182.213)	35.705	(182.343)
IRPJ e contribuição social diferido		(182.213)	35.705	(182.343)
		(460.759)	53.785	(460.759)
Resultado por ação – básico (em reais)	28	-	-	(1,71)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(460.759)	53.785	(460.759)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(460.759)	53.785	(460.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da contribuição social		(278.546)	18.080	(278.409)
Depreciação e amortização		67.353	46.989	70.654
Amortização direito de uso – arrendamento		84.947	83.585	85.420
Perda na alienação/baixa de imobilizado		5.383	8.811	5.384
Baixa por impairment – imobilizado/intangível		40.245	-	45.024
Baixa de arrendamento por impairment		(4.747)	(5.569)	(5.077)
Provisão para demandas judiciais		6.816	5.596	6.816
Provisão com perda de realização de estoques		(38.780)	77.962	(38.364)
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa		89	(586)	89
Equivalência patrimonial		4.746	239	-
Pagamento baseado em ações		(12.427)	15.314	(12.427)
Ganhos de créditos tributários		-	(153.821)	-
Atualização monetária sobre ganhos tributários		(20.909)	(124.012)	(20.909)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas		55.886	29.084	55.886
Juros sobre arrendamentos		55.097	55.355	55.355
		(34.847)	57.027	(30.629)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais		124.641	103.097	121.312
Contas a receber		49.294	(126.332)	48.997
Estoque		4.316	5.747	-
Contas a receber de controladas		21.107	3.045	20.947
Tributos a recuperar		149	(53)	149
Depósitos judiciais		369	(4.884)	815
Outros ativos		-	-	-
Aumento (reduções) dos passivos operacionais		34.831	58.037	34.832
Fornecedores		(2.211)	12.405	(720)
Salários e encargos sociais		43.987	24.153	45.110
Tributos a recolher		(5.915)	(4.999)	(5.915)
Demandas judiciais		24.711	(615)	24.711
IR/CS pagos		24.911	(19.309)	29.216
Outros passivos		259.937	107.319	263.619
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(96.644)	(122.536)	(96.644)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(96.644)	(122.536)	(96.644)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(96.644)	(122.536)	(96.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		-	-	-
Captações de empréstimos		-	112.853	-
Pagamento de empréstimos – principal		(53.333)	(14.750)	(53.333)
Pagamento de empréstimos – juros		(44.466)	(26.033)	(44.466)
Pagamento de passivos c/arrendamentos – principal e juros		(134.875)	(117.204)	(135.483)
Aumento de capital		-	10.004	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(232.674)	(35.130)	(233.282)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(69.381)	(50.347)	(66.307)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.993	126.340	77.762
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.612	75.993	11.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Estok Comércio e Representações S.A. (“Controladora”) tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. A Estok Comércio e Representações S.A. e sua controlada doravante serão referidas como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Av. José Cesar de Oliveira, nº 21, Vila Leopoldina-SP. A Companhia foi criada em outubro de 1977. A Companhia tem como controlador final Carlyle Group. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de administração em 27 de abril de 2023.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/7

... continuação

Estok Comércio e Representações S.A.									
11.2. Informações financeiras resumidas									
Critério de mensuração	Mensuração do resultado	Consolidado		2022		2021		2020	
		Valor contábil	Valor Justo	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.455	77.762	11.455	77.762			
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 1	78.743	200.144	78.743	200.144			
Total			90.198	277.906	90.198	277.906			
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	310.411	361.137	310.411	361.137			
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 1	419.280	483.456	419.280	483.456			
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	189.145	154.313	189.145	154.313			
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	48.650	42.847	48.650	42.847			
Resgates de outorgas a pagar	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	18.097	26.208	18.097	26.208			
Total			985.583	1.067.961	985.583	1.067.961			
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Valores a receber a longo prazo e pós-fixados são avaliados pela Companhia com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.									
6. Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e bancos			4.286	4.893	4.620	4.941			
Aplicações financeiras			2.326	71.100	6.835	72.821			
Total			6.612	75.993	11.455	77.762			
As aplicações financeiras da controladora e consolidado estão representadas, substancialmente, por operações compromissadas, com remuneração mensal de 73% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (50% a 108% em 2021), de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.									
7. Contas a receber de clientes									
Cartões de crédito de terceiros (a)			64.754	193.809	70.023	193.809			
Duplicatas a receber e outros (b)			9.865	7.517	10.158	7.517			
Contas a receber intercompany			2.233	-	-	-			
Total de contas a receber de clientes			76.852	201.326	80.181	201.326			
Provisão para perdas de crédito esperadas			(1.438)	(1.182)	(1.438)	(1.182)			
Total			75.414	200.144	78.743	200.144			
(a) Cartões de crédito de terceiros – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos em até 12 meses sem encargos financeiros, dependendo de certos parâmetros de compra, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. O risco de crédito nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O prazo médio de recebimento do cartão a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 18 dias (62 dias em 2021). A redução do prazo médio de recebimento em 2022 se deve ao fato da Companhia ter aumentado o volume de antecipação de recebíveis por meio de operação de "cessão de recebíveis de cartão de crédito". (b) Duplicatas a receber e outros – inclui saldo de duplicatas emitidas para pessoas jurídicas e pessoas físicas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia, para o qual é constituída provisão. A Companhia possui operações de antecipação de recebíveis (cessão de recebíveis) junto as administradoras de cartão de crédito, sendo efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de juros e encargos de antecipação reconhecidos foi de R\$ 42.717, contabilizados na rubrica de "despesa financeira" da Demonstração de Resultados e apresentados na conta "contas a receber de clientes" da Demonstração de Fluxo de Caixa. A composição do saldo das contas a receber vencidas e a vencer por idade de vencimento é assim apresentada:									
			2022	2021	2022	2021			
A vencer			70.176	197.731	73.202	197.731			
Total a vencer			70.176	197.731	73.202	197.731			
Vencidos									
de 1 a 30 dias			5.645	2.462	5.945	2.462			
de 31 a 60 dias			490	412	490	412			
de 61 a 90 dias			205	218	208	218			
Acima de 91 dias			336	503	336	503			
Total vencidos			6.676	3.595	6.979	3.595			
Total do contas a receber de clientes			76.852	201.326	80.181	201.326			
A movimentação do saldo da conta de provisão para perdas de crédito esperadas é assim apresentada:									
			2022	2021	2022	2021			
Saldo inicial			1.182	1.768	1.182	1.768			
Complemento de provisões			89	1.890	89	1.890			
Baixas efetiva contra contas a receber			167	(2.476)	167	(2.476)			
Saldo final			1.438	1.182	1.438	1.182			
Os saldos das contas a receber apresentados nas demonstrações financeiras estão líquidos das comissões a serem pagas às administradoras de cartões de crédito. Considerando a natureza das operações da Companhia, e que o saldo a receber é substancialmente relacionado com operadoras de cartões, a exposição ao risco de crédito é mínima, e as análises sobre as provisões para perda de crédito esperadas são efetuadas apenas para duplicatas e cheques, os quais não apresentam variações significativas durante o exercício.									
8. Estoques									
Mercadorias para revenda			98.241	108.822	98.241	108.822			
Nos centros de distribuição			113.744	132.573	124.368	132.573			
Mercadorias em Poder de terceiros			3.617	40.182	3.617	40.182			
Mercadorias em Trânsito			12.488	17.924	12.488	17.924			
Material de uso e consumo			3.195	6.262	3.195	6.262			
Adiantamentos a fornecedores			-	2.388	-	2.388			
Provisões de estoque			-	(52.283)	-	(52.283)			
Provisão para reavaliação do valor de estoque (i)			(3.888)	(7.017)	(3.888)	(7.017)			
Provisão para perdas de ajuste de inventário e estoques obsoletos			209.160	229.809	219.176	229.809			
Provisão para vendas com margem negativa			-	-	-	-			
Total			210.757	316.702	234.430	316.702			
(i) Provisão para perda por desvalorização dos estoques, após análise sobre o valor recuperável líquido dos estoques. A movimentação do saldo da conta de provisão para perda de estoques é assim apresentada:									
			2022	2021	2022	2021			
Saldo inicial			(78.342)	(13.716)	(78.342)	(13.716)			
(Adições)/Reversões ajuste de inventário e estoques obsoletos			(16.551)	(20.719)	(16.967)	(20.719)			
(Adições)/Reversões reavaliação do valor de estoque			52.283	(52.283)	52.283	(52.283)			
(Adições)/Reversões vendas com margem negativa			3.048	(4.960)	3.048	(4.960)			
Consumo de provisão			17.437	13.336	17.245	13.336			
Saldo final			(22.125)	(78.342)	(22.733)	(78.342)			
A provisão para perda de estoque de margem negativa é classificada no resultado como custos dos produtos vendidos, já as provisões para estoques obsoletos, ajustes de inventários e perda por desvalorização do estoque são reconhecidos como despesas operacionais.									
9. Tributos a recuperar									
IPI a recuperar			7.251	13.912	7.251	13.912			
PIS a recuperar (i)			44.150	43.837	44.150	43.837			
Cofins a recuperar (ii)			234.430	227.354	234.430	227.354			
IRPJ e CSLL antecipado			89	2.353	89	2.353			
ICMS a compensar (iii)			3.630	22.373	3.807	22.373			
Outros impostos a recuperar			2.826	6.904	2.862	6.956			
Total			292.376	316.733	292.589	316.785			
Circulante			39.411	81.324	39.572	81.324			
Não circulante			252.965	235.409	253.017	235.461			
O saldo do ativo não circulante está representado, substancialmente, pelos créditos tributários provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. (i) Refere-se aos créditos tributários provenientes da exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins, cuja recuperação foi iniciada em maio de 2022, conforme homologação no último trimestre de 2021. (ii) O saldo acumulado de ICMS diminuiu de maneira relevante, pois todo o saldo de ICMS ST decorrente da CAT- 42 foi monetizado em 2022. O saldo remanescente refere-se substancialmente a créditos relativos a ICMS sobre aquisição de mercadorias no Centro de Distribuição de Minas Gerais, cuja recuperação será dada com as próprias operações de vendas e transferência de mercadorias do estabelecimento. A expectativa de realização dos créditos tributários de PIS e Cofins segue abaixo:									
			2023	2022	2021	2020			
Total			27.320	32.411	34.197	37.591			
2026 em diante			184.652	184.652	184.652	184.652			
Total			211.972	217.063	218.849	222.243			
10. Depósitos judiciais									
Tributárias e previdenciárias			13.631	13.523	13.631	13.523			
Trabalhistas e cíveis			6.066	5.696	6.066	5.696			
Total			19.697	19.219	19.697	19.219			
11. Investimento – 11.1. Composição do investimento									
			2022	2021	2022	2021			
Investida			15.746	15.746	15.746	15.746			
Participação			15.746	15.746	15.746	15.746			
Valor			15.746	15.746	15.746	15.746			
11.3. Movimentação do investimento									
			2022	2021	2022	2021			
Saldo inicial			15.746	15.985	15.746	15.985			
Aumento de capital (i)			(4.619)	(239)	(4.619)	(239)			
Equivalência patrimonial (-) Lucros a realizar			(127)	-	(127)	-			
Total			10.999	15.746	10.999	15.746			
(i) Integralização de capital efetuada por laudo de acervo líquido de determinados ativos de lojas ou outros registrados na empresa Estok Comércio e Representações S.A. para a Empresa Estok Distribuição e Comércio S.A., para fins de aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2022 a Controladora apresentou saldo de R\$11.982 (R\$16.298 em 31 de dezembro de 2021) a receber da Controladora, relacionado à antecipação de pagamentos utilizados para aquisição de benfeitorias, máquinas e equipamentos.									
Movimentação controladora									
			2022	2021	2022	2021			
1º janeiro de 2021			15.465	25.669	15.465	25.669			
Aquisição			-	10.188	-	10.188			
Transferência			-	3.865	-	3.865			
Alienação e baixa			-	(486)	-	(486)			
Baixa por reestruturação			-	(1.438)	-	(1.438)			
Depreciação			-	(4.982)	-	(4.982)			
31 de dezembro de 2021			15.465	30.837	15.465	30.837			
1º janeiro de 2022			15.465	30.837	15.465	30.837			
Aquisição (i)			-	2.780	-	2.780			
Transferência (ii)			-	3.007	-	3.007			
Baixa por laudo de acervo líquido (iii)			-	(1.774)	-	(1.774)			
Alienação e baixa			-	-	-	-			
Baixa por impairment (iv)			-	-	-	-			
Depreciação			-	(6.220)	-	(6.220)			
31 de dezembro de 2022			15.465	28.130	15.465	28.130			
% média depreciação a.a. – %			-	9,6	-	7,5			
(i) As variações entre as aquisições do exercício e os pagamentos pela aquisição de bens do ativo imobilizado apresentados nas demonstrações de fluxo de caixa, nos montantes de R\$3.860 em 2022 e R\$1.486 em 2021, respectivamente, referem-se aos valores não liquidados, que permanecem na rubrica de "Compras de imobilizado a pagar" no balanço patrimonial. (ii) Referem-se aos softwares e licenças reclassificados para intangíveis; (iii) Baixa do valor residual das benfeitorias de lojas para as quais a Companhia entende que há uma desvalorização no seu valor recuperável/impairment e que terão suas operações encerradas em 2023. A Companhia não possui itens imobilizados mantidos para venda.									
Movimentação consolidado									
			2022	2021	2022	2021			
1º janeiro de 2021			15.465	25.669	15.465	25.669			
Aquisição			-	10.188	-	10.188			
Transferência			-	3.865	-	3.865			
Alienação e baixa			-	(486)	-	(486)			
Baixa por reestruturação			-	(1.438)	-	(1.438)			
Depreciação			-	(5.179)	-	(5.179)			
31 de dezembro de 2021			15.465	32.619	15.465	32.619			
1º janeiro de 2022			15.465	32.619	15.465	32.619			
Aquisição (i)			-	2.780	-	2.780			
Transferência (ii)			-	3.007	-	3.007			
Alienação e baixa			-	-	-	-			
Baixa por impairment (iii)			-	-	-	-			
Depreciação			-	(6.959)	-	(6.959)			
31 de dezembro de 2022			15.465	31.447	15.465	31.447			
% média depreciação a.a. – %			-	9,6	-	7,5			
(i) As variações entre as aquisições do exercício e os pagamentos pela aquisição de bens do ativo imobilizado apresentados nas demonstrações de fluxo de caixa, nos montantes de R\$3.860 em 2022 e R\$1.486 em 2021, respectivamente, referem-se aos valores não liquidados, que permanecem na rubrica de "Compras de imobilizado a pagar" no balanço patrimonial. O montante de 6.762 decorrente de aumento de capital da controladora, encontra-se líquido da baixa da controladora.									

... continuação

Estok Comércio e Representações S.A.

de R\$ 75.000 foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante, apesar de não ocorrer antecipação de vencimentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão apresentados a seguir:

Table with columns: 6 meses ou menos, 6 a 12 meses, Acima de 12 meses. Rows: 2022, 2021. Values: 188.333, 53.333, 13.745, 27.387, 108.333, 280.417, 310.411, 361.137.

(i) Valor representado pelo fluxo atual de contratos, estando em negociações junto ao banco para reperfilamento das dívidas conforme apresentado na Nota 2.2.3. A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Table with columns: Em 1º janeiro de 2022, Pagamento de Principal, Juros pagos, Juros + Var. Monetárias, Novas Captações, 31 de dezembro de 2022. Rows: Capital de giro, Capital de giro com garantia de recebíveis, Total.

Table with columns: Em 1º janeiro de 2021, Pagamento de Principal, Juros pagos, Juros + Var. Monetárias, Novas Captações, 31 de dezembro de 2021. Rows: Capital de giro, Capital de giro com garantia de recebíveis, Total.

17. Contas a pagar com partes relacionadas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Provisão para parcela sob condição suspensiva, Provisão sobre saldo de contraprestação a pagar, Total.

O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores da Companhia decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pela Companhia com a incorporação da Mevamo Participações S.A. Adicionalmente, os sócios decidiram ajustar o valor da contraprestação para incluir um novo componente sujeito a condições suspensivas (nos termos do artigo 121 e ss. Do Código Civil Brasileiro).

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui, além dos administradores da Companhia, todos os membros da diretoria executiva. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Table with columns: Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Benefícios de curto prazo a administradores, Benefícios pós-emprego, Remuneração baseada em ações (i), Total.

(i) A Companhia revisou sua base de planos de remuneração, efetuando as reversões das outorgas relacionadas a membros elegíveis que saíram da Companhia. 17.2. Contas a pagar com partes relacionadas: Em 2018 a Companhia firmou contrato de arrendamento com a R&G Participações Imobiliárias Ltda., empresa que possui como proprietários partes relacionadas aos Acionistas da Companhia.

17.3. Operações com partes relacionadas. Estok Distribuição e Comercio S.A. Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Receita, Custo, Despesas.

18. Salários e encargos sociais. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Salários e encargos sociais, Provisões de férias, FGTS a recolher, INSS a recolher, IRRF a recolher, Participação nos lucros, Outros.

19. Tributos a recolher. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: ICMS a recolher (i), COFINS a recolher, IPI a recolher, PIS a recolher, Outros tributos.

(i) No 1º trimestre de 2021, o STF julgou como inconstitucional a cobrança do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL"), afastando imediatamente a cobrança para aqueles que já haviam entrado com um ação antes da data deste julgamento. A Companhia ingressou com medidas judiciais nos Estados mais relevantes após a data de julgamento e antes da publicação da ata, conseguindo algumas liminares para afastamento desta cobrança em 2021, as quais foram cassadas ao longo de 2022. Diante do cenário desfavorável, o passivo vem sendo atualizado com multa e juros.

20. Receitas diferidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Adiantamento de clientes (i), Vales presentes e demais créditos (ii), Outras receitas diferidas.

(i) Referem-se a valores recebidos pela Companhia que serão reconhecidos como receita apenas após faturamento e efetiva transferência dos produtos para os clientes e, portanto, correspondem a vendas pendentes de faturamento e de entrega. (ii) Valores recebidos que serão realizados com a utilização do vale presente e/ou crédito.

21. Imposto de renda e contribuição social - 21.1. Parcelamento de imposto de renda e contribuição social. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: REFIS (IRPJ e CSLL jul/2009 a nov/2013) - (a), PERT (IRPJ e CSLL dez/2012 a jan/2013) - (b).

Circulante, Não circulante. (a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) junto à Secretaria da Receita Federal por meio de requerimento em 5 de agosto de 2014. A Companhia optou por incluir no parcelamento, com as reduções de 60% de multa e 25% de juros, para pagamento em 180 parcelas, valores devidos relativos às competências de 07/2009 a 11/2013 no montante de R\$8.672, dos quais 10% foram liquidados no momento da adesão.

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Tributos diferidos ativos, Tributos diferidos passivos, Adoção do custo atribuído (i).

(i) A Companhia tem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, no montante de R\$3.522, referente à mais-valia sobre o custo atribuído dos terrenos registrada na data de transição para os novos CPCs. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, nominal e efetiva, pode ser assim demonstrada:

Table with columns: Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Pessoal, Transporte, Ocupação, Cobrança, Depreciação e Amortização, Amortização IFRS 16.

25. Despesas operacionais, por natureza. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Pessoal, Transporte, Ocupação, Cobrança, Depreciação e Amortização, Amortização IFRS 16.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Consultorias e reorganizações de processos (i), (Complementos) reversões de contingências, líquidas, Créditos de PIS/COFINS (iii), Provisão com perda de desvalorização do estoque (iv), Ganho (perda) na alienação e Impairment de imobilizado (v), Projeto logístico e reavaliação do footprint de lojas (vi), Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas.

(i) Referem-se substancialmente às despesas com reorganizações de pessoas e processos dentro da Companhia. (ii) Inclui as baixas/adições de outorgas e despesa com opções do período, conforme nota 23(e)/f). (iii) Referem-se aos créditos fiscais, nos montantes de R\$ 114.420 e R\$ 39.401, oriundos da decisão proferida pelo STF em 13 de maio de 2021 para a Leading Case RE574706 e decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota 21(d). (iv) Provisão para perda por desvalorização dos estoques, após análise sobre o valor recuperável líquido dos estoques, revertida em 2023 em decorrência da realização acima do esperado do valor recuperável. (v) Baixa de beneficiárias de ativos imobilizados e dos arrendamentos das lojas que serão fechadas em decorrência do plano de continuidade mencionado na nota 2.2.3. Adicionalmente, os montantes atrelados como impairment são: R\$ 21.217 referente a baixas de projetos descontinuados, classificados como R\$ 3.997 mil em despesa com pessoal e R\$ 17.220 mil classificados como serviço de terceiros, R\$ 23.807 referente a baixas dos valores residuais de beneficiárias e um crédito decorrente a baixa dos contratos de arrendamento de R\$ 5.077 mil. (vi) Incluem despesas com a transferência do centro de distribuição de São Paulo para Minas Gerais e reorganização de lojas encerradas no primeiro semestre de 2022, sendo: R\$ 5.700 referente ao fechamento do CD de Jandira,...

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

valores de IPI pagos indevidamente nos cinco anos anteriores à propositura da ação. Em dezembro de 2022 houve o trânsito em julgado de decisão desfavorável à Companhia que aplicou o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 946.648, julgado em regime de repercussão geral (Tema 906), para considerar constitucional a incidência de IPI da revenda de produtos importados. Dessa forma, o valor restante dos depósitos judiciais deverá ser convertido em renda da União em sede de cumprimento de sentença. A Companhia mantém o registro de R\$ 11.126, relacionados aos depósitos efetuados da causa, assim como, uma provisão contingente do mesmo montante. Trabalhistas e civis - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e terceirizados relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, reclamações de clientes, entre outros. Consideram o estágio atual dos processos em andamento, em caso de perdas julgadas como prováveis. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 25 de maio de 2018, a Companhia recebeu auto de infração questionando a dedutibilidade, entre os anos de 2013 a 2015, das despesas de amortização de ações e juros sobre a parcela a pagar proveniente da transação de aquisição de 60% das ações da Companhia pela Mevamo Participações S.A. ocorrida em 2012, que posteriormente foi incorporada, em 2013, pela Companhia. A Administração contesta o auto de infração ainda na esfera administrativa, e em conjunto com seus consultores jurídicos, avalia o risco de perda como possível para o montante de R\$168.853 relacionado ao referido auto. A Companhia possui ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

Table with columns: Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Tributárias e previdenciárias, Trabalhistas e civis.

d) Ganhos contingentes: ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - a Companhia possui ações judiciais, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração propositos pela Fazenda Nacional e concluiu que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é todo aquele destacado na nota fiscal da operação de venda. Com base na conclusão deste julgamento, os processos da Companhia obtiveram seu trânsito em julgado no terceiro trimestre de 2021, possibilitando o reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS no montante de R\$ 153.821 de principal e R\$ 124.012 de atualização monetária. A Companhia analisa anualmente e mantém atualizado as opiniões legais dos seus assessores jurídicos acerca de eventos que impactem a incerteza sobre a tributação do lucro. Avaliando a probabilidade do questionamento de autoridades fiscais, a Companhia concluiu que não há qualquer alteração nas demonstrações financeiras bem como em suas Notas Explicativas, decorrentes da aplicação das normas do IFRIC 23/ ICP 22.

23. Patrimônio líquido - Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 238.971 (R\$238.971 em 31 de dezembro de 2021), representados por 269.489.243 (269.489.243 em 31 de dezembro de 2021), ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Participação -%, Quantidade de ações, Participação -%, Quantidade de ações. Rows: Acionistas, FBIC-FIP - Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas, FS - Fundo de Investimento em Participações, TS Investimento - Fundo de Investimento em Participações, Reghgi Participações S.A., Pessoas físicas.

Alteração do Estatuto Social e desdobramento de ações: Em 04 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu, dentro do limite de capital autorizado pelo estatuto, 2.667.853 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão por ação de R\$3,75 (três reais e setenta e cinco centavos), dos quais R\$0,50 (cinquenta centavos), por ação, foi destinado à conta de capital social e R\$3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), por ação, foi destinado à conta de reserva de capital, totalizando um aumento de capital social total de R\$1.334. O capital social da Companhia passou de R\$237.637, dividido em 266.821.909 ações para R\$238.971, dividido em 269.489.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$3.642.780 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma do Estatuto Social.

b) Distribuição de dividendos/JSCP: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações previstas em lei ou no estatuto, será deliberado na Assembleia Geral. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, a companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 7.905. O valor não foi pago pela companhia e foi deliberado em setembro de 2022 a reclassificação para reserva de investimentos no patrimônio líquido da Companhia. c) Reserva de incentivos fiscais: A Companhia é beneficiária de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre a renda de mercadorias e serviços - ICMS e em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R\$36.834. d) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído dos terrenos, conforme permitido no período de transição dos CPCs. O saldo é composto pelo custo atribuído no montante de R\$ 10.359, líquido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos no montante de R\$ 3.522. Esses montantes serão realizados somente quando da alienação dos terrenos. e) Plano de opções de compras de ações: A Companhia mensura o custo de transações líquidas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período de benefício ao executivo, ou seja, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas - "vesting period") em contrapartida da reserva de opções de compras de ações, no patrimônio líquido. O Conselho de Administração aprovou a criação do Plano de Opções de Compra de Ações ("OCA") de emissão da Companhia, e o valor justo de cada opção concedida foi estimada na data de concessão aplicando o modelo Binomial de precificação de opções, conforme apresentado:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Preço de exercício -R\$, (i),(ii), Volatilidade anualizada esperada, Taxa de juros livre de risco, Prazo de maturidade estimado, Valor justo da opção(i).

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020. (ii) Consideramos que o preço de exercício das opções é protegido contra dividendos, pois o plano prevê que o preço de exercício será corrigido quando a Companhia fizer pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

f) Bônus de subscrição: Em 3 de setembro de 2019 a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. ("Domus") com o objetivo de receber serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital aplicáveis às suas operações. Em dezembro de 2021, a Companhia junto a Domus decidiu prorrogar o contrato celebrado em 2019, em comum acordo, tendo em vista que as Partes consideraram que as metas gerais definidas no contrato foram substancialmente concluídas. A entrega dos bônus de subscrição, previstos para liquidação com entrega de ações, foi modificada para liquidação em caixa, resgatando os bônus de subscrição outorgados em 2019 pelo montante de R\$ 26.208 (valor justo do instrumento patrimonial), saldo esse transferido do patrimônio líquido para um passivo financeiro, em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 18.097. Em virtude do processo de reestruturação mencionado na nota explicativa de 2.2.3 a Companhia se encontra em novas negociações relacionadas aos prazos e valores de amortização do distrito firmado e do contrato de prestação de serviço com remuneração variável atrelado. A movimentação dos planos de opções está detalhada abaixo:

Table with columns: Quantidade (i), Valor, Custo no período. Rows: Opções, Opções em 31 de dezembro de 2021, Baixas de outorgas, Novas outorgas, Despesa do período (opções), Opções, Opções em 31 de dezembro de 2022.

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

24. Receita, líquida. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Receita operacional bruta, Vendas de mercadorias e serviços, Deduções incidentes, Impostos, ICMS - Incentivo fiscal (i), Descontos, Devoluções e cancelamentos, Receita, líquida.

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, vide nota explicativa 23.c.

25. Despesas operacionais, por natureza. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Pessoal, Transporte, Ocupação, Cobrança, Depreciação e Amortização, Amortização IFRS 16.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Controladora e Consolidado 2022, 2021. Rows: Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas.



Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	9	72.853	155.630	58.432	63.829	Passivo de arrendamento	29	31.220	28.053	31.220	27.446
Aplicações financeiras	10	382.424	431.299	382.424	431.299	Empréstimos e financiamentos	18	610.804	3.828	610.804	3.828
Instrumentos financeiros derivativos	30	–	55.065	–	15.315	Instrumentos financeiros derivativos	30	10.401	12.194	10.401	12.194
Contas a receber de clientes	11	297.713	284.262	269.666	275.824	Fornecedores	19	115.694	129.367	113.335	72.932
Estoques	12	6.910	3.214	6.910	3.197	Outras contas a pagar	20	94.635	59.691	91.897	49.048
Impostos a recuperar	12	29.855	59.107	26.266	31.148	Receita diferida	21	41.896	41.754	41.148	41.714
Outros ativos	13	20.978	52.340	23.630	20.751	Passivo circulante		904.650	274.887	898.805	207.162
Ativo circulante		810.733	1.040.917	767.328	841.363	Passivo de arrendamento	29	374.380	357.107	374.380	356.330
Contas a receber de clientes	11	–	1.103	–	1.103	Empréstimos e financiamentos	18	4.163.516	4.725.888	3.914.267	4.462.512
Outros ativos	13	20.738	17.801	20.738	17.801	Provisão para litígios	21	819	272	819	272
Ativo fiscal diferido	22	1.772	1.901	–	–	Outras contas a pagar	20	17.848	18.778	17.818	18.764
Impostos a recuperar	12	40.491	47.324	40.491	47.324	Receita diferida	22	120.141	146.807	120.141	146.807
Instrumentos financeiros derivativos	30	330.225	–	295.124	–	Passivo fiscal diferido	22	473.654	175.109	473.654	175.109
Imobilizado	15	4.630.887	3.793.885	3.910.620	3.306.022	Passivo não circulante		5.150.358	5.423.961	4.901.079	5.159.794
Ativo de direito de uso	16	363.403	354.653	363.403	353.971	Total do passivo		6.055.008	5.698.848	5.799.884	5.366.956
Intangível e ágio:						Patrimônio líquido					
Ágio	17 b	3.172.624	3.172.624	3.172.624	3.172.624	Capital social	23	1.557.637	1.305.472	1.557.637	1.305.472
Intangível	17 a	1.051.906	1.163.261	1.051.174	1.162.691	Adiantamento para futuro aumento de capital					
Investimento		–	–	546.153	358.678	Reserva de capital		3.701.325	3.701.325	3.701.325	3.701.325
Ativo não circulante		9.612.046	8.552.552	9.400.327	8.260.214	Outros resultados abrangentes		124.027	(43.740)	124.027	(43.740)
Total do ativo		10.422.779	9.593.469	10.167.655	9.261.577	Prejuízos acumulados		(1.015.219)	(1.068.437)	(1.015.219)	(1.068.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Outros resultados abrangentes	Total
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(353.084)	–	(353.084)
Outros resultados abrangentes do exercício		–	–	–	–	(43.740)	(43.740)
Aumento de capital em caixa	23	44.081	–	–	–	–	44.081
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.305.472	1	3.701.325	(1.068.437)	(43.740)	3.894.621
Lucro líquido do exercício		–	–	–	53.218	–	53.218
Outros resultados abrangentes do exercício		–	–	–	–	167.767	167.767
Aumento de capital em caixa	23	252.165	–	–	–	–	252.165
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.557.637	1	3.701.325	(1.015.219)	124.027	4.367.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada Ascenty Chile SPA (conjuntamente referidas como “Grupo”), e tem por objeto social: a) prestação de soluções referente à disponibilização de espaço físico para guarda e depósito de equipamentos especializados em processamento e armazenamento de dados; b) prestação de soluções relativos à infraestrutura para armazenamento de equipamentos de processamento e armazenamento de dados; c) prestação de soluções de porta “Internet Protocol (IP)”; d) prestação de soluções de telecomunicações utilizando quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão; e) prestação de soluções de disponibilização e aluguel das suas redes de telecomunicações, bem como a disponibilização de soluções de cabo e fibra ótica. **1.1. Controlada:** Ascenty Chile SPA, constituída em 21 de outubro de 2016, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede na cidade de Santiago, Chile.

2. Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro “International Financial Reporting Standards (IFRS)”, emitidas pelo “International Accounting Standard Board (IASB)” e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e, quando saldos em moedas estrangeiras foram divulgados esses valores foram expressos em milhares. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da controlada no exterior, Ascenty Chile é o Peso Chileno. **Transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, no entanto as diferenças cambiais resultantes da conversão dos hedges de fluxo de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **Operações no exterior:** Os ativos e passivos da operação no exterior, são convertidos para Reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica em outros resultados abrangentes, denominada “Variação cambial de investimento no exterior”. **4. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída na seguinte nota explicativa: **Nota 16 e 29** – prazo do arrendamento e opção de exercer ou não o prazo de prorrogação dos contratos. **Notas 15 e 17** – vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis; as vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pelo Grupo. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para validar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio; **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 11** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada e da classificação de risco de perda; **Nota 17** – a Companhia testa anualmente a recuperação do ágio, caso seja identificada alguma perda, esta perda seria registrada no resultado da Companhia. O Grupo utiliza o critério de fluxo de caixa descontado, que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas por mudanças no cenário econômico ou mercadológico; **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre a mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis** – O Grupo aplicou as seguintes alterações para o exercício com início em 1º de janeiro de 2022: - Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25/IAS 37); - Melhorias anuais para normas IFRS 2018-2020, e - Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). As mudanças nas principais políticas contábeis listadas acima não tiveram nenhum impacto nos montantes reconhecidos em exercícios anteriores e a Administração não espera que afetem significativamente o exercício atual ou exercícios futuros. **6. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma na nota explicativa. **7. Principais políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Receita de contrato com cliente:** A maior parte das receitas do Grupo é derivada de fluxos de receitas recorrentes, consistindo principalmente com (1) colocação, que se refere à disponibilidade de espaço e energia no data hall; (2) aluguel de infraestrutura de fibra apagada; (3) serviços de telecomunicações e (4) outras receitas. O restante das receitas do Grupo são provenientes de fluxos de receita não recorrentes, como receitas de instalação, serviços gerenciados e serviços profissionais. As receitas são substancialmente reconhecidas quando o controle desses produtos e serviços são transferidos para seus clientes, por um valor que reflita a contraprestação que o Grupo espera ter direito em troca dos serviços. Os fluxos de receitas recorrentes são geralmente cobradas mensalmente e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. As taxas de instalação não recorrentes, embora geralmente pagas antecipadamente na instalação, são diferidas e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. Os honorários de serviços profissionais e vendas de equipamentos são reconhecidos no período em que os serviços e as vendas são prestados e vendidos. O reconhecimento da receita, faturamento e recebimentos de caixa resultam em contas a receber, ativos contratuais e receitas diferidas. Um recebível é registrado pelo valor da fatura, líquido de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e é reconhecido no período em que prestamos os serviços aos nossos clientes e quando seu direito à contraprestação é incondicional. Os termos e condições de pagamento variam de acordo com o tipo de contrato, embora os termos geralmente incluam a exigência de pagamento dentro de 30 a 60 dias. Nos casos em que o momento do reconhecimento da receita difere do momento do faturamento, avaliamos que nossos contratos geralmente não incluem um componente financeiro significativo. Avaliamos a capacidade de cobrança com base em alguns fatores, incluindo o histórico de transações anteriores com o cliente e a credibilidade do cliente. Geralmente não solicitamos garantias de nossos clientes, embora em certos casos possamos decidir interromper os serviços por falta de pagamento. **b. Base de consolidação: (i) Controlada:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Quando necessário, as demonstrações financeiras da Controlada foram ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. Quando aplicável, as transações, saldos, receitas e despesas com a Controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **c. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto

Demonstrações do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Receita	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Custo de serviços prestados	24	1.277.628	1.119.210	1.226.707	1.078.645
Lucro bruto	25	(863.322)	(716.771)	(809.870)	(673.279)
Despesas gerais e administrativas	25	414.306	402.439	416.837	405.367
Despesas de vendas	25	(12.881)	(8.655)	(12.881)	(8.655)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	25	77	(1.959)	77	(1.959)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	1.277	593	719	593
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		231.357	234.231	238.699	238.859
Despesas financeiras	28	(333.895)	(191.947)	(314.844)	(184.142)
Receitas financeiras	28	92.698	73.358	92.698	32.374
Variação cambial	28	258.569	(285.652)	260.707	(281.247)
Resultado financeiro, líquido		17.372	(404.241)	38.561	(433.015)
Equivalência patrimonial	27	–	–	(28.673)	20.327
Resultado antes dos impostos		248.729	(170.010)	248.587	(173.829)
Imposto de renda e contribuição social	22	(195.511)	(183.074)	(195.369)	(179.255)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		53.218	(353.084)	53.218	(353.084)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercício findo em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		53.218	(353.084)	53.218	(353.084)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Variação cambial de investimento no exterior		(32.518)	(35.692)	(32.518)	(35.692)
Ganho (perda), líquida de hedge fluxo de caixa		303.462	(12.194)	303.462	(12.194)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	22	(103.177)	4.146	(103.177)	4.146
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de imposto		167.767	(43.740)	167.767	(43.740)
Resultado abrangente total		220.985	(396.824)	220.985	(396.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Resultado antes dos impostos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Ajuste para:		248.729	(170.010)	248.588	(173.829)
Depreciação de imobilizado e ativo de direito de uso	25	355.540	295.982	324.959	268.666
Amortização	25	125.136	124.157	124.979	124.014
Resultado na baixa de ativo imobilizado	15	325	2.149	1.619	1.190
(Reversão) provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(77)	1.959	(77)	(1.959)
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e financiamentos	18 e 29	173.397	148.915	163.665	111.161
Custo de transação dos empréstimos e financiamentos	18	1.088	10.124	789	10.124
Receita diferida		(44.472)	(34.474)	(44.472)	(34.474)
Provisão (reversão) para processos judiciais	21	547	(1.004)	547	(1.004)
Variação cambial não realizada		(283.631)	237.766	(236.035)	269.053
Resultado da equivalência patrimonial	27	–	–	28.673	(20.327

... continuação

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **f. Ativos intangíveis e ágio: (i) Ágio:** O ágio é resultante de uma aquisição, no qual é mensurado ao custo, deduzidos das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio não é amortizado. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis incluem relacionamentos com clientes e marcas registradas, que são adquiridas pelo Grupo e têm vida útil definida, que são mensurados ao custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes: Relacionamento com clientes (Whosales – Outros contratos existentes) 14 anos; Relacionamento com clientes (Whosales – expansion and MSFT) 16 anos; Relacionamento com clientes (Retail – Data centers) 9 anos; Relacionamento com clientes (Telecom – Connectivity) 10 anos; Relacionamento com clientes (Telecom – Dark fiber) 13 anos; Marcas e patentes 5 anos; Ágio Indefinida; Outros intangíveis 10 anos. A amortização é calculada pelo método linear para amortizar o custo de itens dos ativos intangíveis menos seus valores residuais estimados ao longo de suas vidas úteis estimadas e é geralmente reconhecida no resultado. O método de amortização, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **g. Impostos: Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda e diferido são reconhecidos no resultado, exceto que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são deduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base na alíquota que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. **Impostos sobre serviços e vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: - Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; - Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e - O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (hedge accounting):** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado, a menos que o derivativo seja designado para uma relação efetiva de contabilidade de hedge (hedge accounting), que permita que seu reconhecimento seja realizado em outros resultados abrangentes. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteger: i) a variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros ii) "NDP" e "Swap" que protegem o reconhecimento de passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. "Cash flow hedges" Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Para todas as outras transações de hedge, o valor acumulado em reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para lucros ou perdas no mesmo período ou os períodos nos quais se espera que os fluxos de caixa de hedge afetem os lucros ou perdas. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **(iv) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos para ativos mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, que são mensuradas como perda de crédito esperada para 12 meses, exceto para os saldos bancários para os quais o risco de crédito (por exemplo, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro) não tenham aumentado desde o seu reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), baseado em informação disponível e no julgamento da administração depois de realizar as revisões de ativos financeiros. As perdas de crédito esperadas são uma estimativa da probabilidade de perdas de crédito ponderada (Por exemplo, o valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado do ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para identificar os ativos financeiros que representam risco, a Companhia faz uma análise individual, com base em uma matriz de provisão, que considera, a classificação de risco dos clientes no mercado, o histórico de perdas efetivas ao longo dos anos e o modelo de negócio da Ascenty, que permite que um contrato seja interrompido no caso de inadimplência. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Em cada data de balanço, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, e essas são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a uma UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia não identificou indicadores relativos a não recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e portanto nenhum teste específico relacionado a recuperabilidade dos ativos foi necessário. **j. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas

quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para litígios:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **8. Custo de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. À medida que a Companhia toma recursos emprestados sem destinação específica e os utiliza com o propósito de obter ativo qualificável, a Companhia determina o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com o ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas –** Uma série de novas normas serão adotadas efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12). - Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28). De acordo com a Administração da Companhia, as novas regras e interpretações alteradas citadas acima, que entrarão em vigor para o próximo exercício social a partir de 1º de janeiro de 2023, inicialmente não terão impacto material nas demonstrações financeiras.

	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	72.853	151.324	58.432	59.522
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	4.306	-	4.307
Total	72.853	155.630	58.432	63.829
Fundo cambial	382.424	431.299	382.424	431.299
Total	382.424	431.299	382.424	431.299
Contas a receber nacionais	297.402	287.108	269.917	278.670
Contas a receber internacionais	2.388	411	1.826	411
(+) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.077)	(2.154)	(2.077)	(2.154)
Total	297.713	285.365	269.666	276.927
Total circulante	297.713	284.262	269.666	275.824
Total não circulante	-	1.103	-	1.103
Total	297.713	285.365	269.666	276.927

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2022	2021	2022	2021
A Vencer:	272.582	277.633	244.840	269.196
Vencidos:				
De 0 a 30 dias	10.352	5.164	10.352	5.164
De 31 a 60 dias	3.045	1.969	2.959	1.969
De 61 a 90 dias	4.844	169	4.640	169
De 91 a 120 dias	1.506	102	1.501	102
De 121 a 150 dias	1.417	45	1.407	45
De 151 a 180 dias	1.638	55	1.638	55
De 181 a 360 dias	2.793	927	2.793	927
Acima de 360 dias	1.613	1.455	1.613	1.454
Subtotal	27.208	8.886	26.903	9.885
Total	299.790	287.519	271.743	279.081

Os saldos mais relevantes de títulos vencidos estão concentrados com clientes sem histórico de inadimplência, esses valores foram substancialmente recebidos subsequentemente ao período do relatório. As movimentações da provisão para perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(2.154)	(460)	(2.154)	(460)
Acréscimos e reversões	77	(1.959)	77	(1.959)
Baixas	-	265	-	265
Saldo final	(2.077)	(2.154)	(2.077)	(2.154)

	2022	2021	2022	2021
COFINS - Contribuição para seguridade social - cumulativa	3,00%			
COFINS - Contribuição para seguridade social - não cumulativa	7,60%			
PIS - Programa de integração social - cumulativa	0,65%			
PIS - Programa de integração social - não cumulativa	1,65%			
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	3,00% a 5,00%			

h. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um passivo financeiro) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um passivo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surtiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

	2022	2021	2022	2021
Despesas antecipadas	28.651	29.836	28.594	29.426
Comissões - ativos de contratos	3.708	8.788	593	682
Adiantamentos a fornecedores	593	26.185	3.707	3.299
Outros ativos	8.764	5.335	11.534	5.135
Total	41.716	70.141	44.368	38.552
Contas a receber	20.978	52.340	23.630	20.751
Não circulante	20.738	17.801	20.738	17.801
Total	41.716	70.141	44.368	38.552

	2022	2021	2022	2021
Despesas antecipadas	28.651	29.836	28.594	29.426
Comissões - ativos de contratos	3.708	8.788	593	682
Adiantamentos a fornecedores	593	26.185	3.707	3.299
Outros ativos	8.764	5.335	11.534	5.135
Total	41.716	70.141	44.368	38.552
Contas a receber	20.978	52.340	23.630	20.751
Não circulante	20.738	17.801	20.738	17.801
Total	41.716	70.141	44.368	38.552

	2022	2021	2022	2021
Compensação	8.831	6.355	8.831	6.355
Total	8.831	6.355	8.831	6.355

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia o montante global da remuneração anual dos Administradores.

13. Outros ativos

(i) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado. No exercício de 2022, a Companhia acumulou créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 14.526 (R\$ 45.072 em 2021) oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 61.315 (R\$82.857 em 2021) foi consumido com os impostos a recolher gerados pela Companhia. (ii) Refere-se substancialmente a créditos de IVA (imposto sobre valor agregado) sobre compra de ativo imobilizado em nossa controlada Chile. No exercício de 2022, a subsidiária acumulou créditos de IVA no valor de R\$ 51.121 (R\$ 31.635 em 2021) oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 74.536 (R\$15.575 em 2021) foi recuperado através de processo administrativo junto ao governo chileno. A segregação entre ativo circulante e não circulante está embasada nas projeções financeiras da Companhia e a utilização do crédito se dará através da apuração mensal dos impostos.

14. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal chave da Administração: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os montantes pagos aos Administradores a título de pró-labore em 2022 e 2021 foram conforme segue:

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado (despesa ou receita).

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a VJR				
Ativos financeiros a custo amortizado				

... continuação

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

15. Imobilizado – Veja política contábil na nota explicativa 7 (e). **a. Movimentação do custo**

Consolidado	Obras civis em imóveis de terceiros		Sistema climatização elétrico/segurança		Equipamentos de cloud/hosting		Instalações em clientes		Instalações e conectividades		Imobilizado em formação		Obras em andamento imóveis de terceiros		Outros imobilizados operacionais		Rede externa - Telecom		Rede interna - Telecom		Infraestrutura de operações - Telecom		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
478.535	20.759	2.315.964	10.103	58.175	22.685	7.794	566.145	51.169	201.858	19.967	30.740	3.763.135	963.987	2.883	(88)	(45.041)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
509.812	9.327	2.850.349	14.854	73.078	29.032	8.552	726.304	111.600	287.800	22.390	34.753	4.179.003	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
685.229	9.327	3.877.614	16.820	87.654	49.951	8.704	546.089	186.601	321.489	22.679	36.892	5.839.722	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
685.229	9.327	3.877.614	16.820	87.654	49.951	8.704	546.089	186.601	321.489	22.679	36.892	5.839.722	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722

Controladora

Consolidado	Obras civis em imóveis de terceiros		Sistema climatização elétrico/segurança		Equipamentos de cloud/hosting		Instalações em clientes		Instalações e conectividades		Imobilizado em formação		Obras em andamento imóveis de terceiros		Outros imobilizados operacionais		Rede externa - Telecom		Rede interna - Telecom		Infraestrutura de operações - Telecom		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
478.535	21.269	2.207.815	10.103	58.175	22.685	7.794	566.145	51.169	201.858	19.967	30.740	3.763.135	963.987	2.883	(88)	(45.041)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
510.322	9.327	2.486.649	14.854	73.078	29.032	8.552	726.304	111.600	287.800	22.390	34.753	4.179.003	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
685.739	9.327	3.144.170	16.820	87.654	49.951	8.704	528.678	170.624	321.489	22.679	36.892	5.073.399	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722
685.739	9.327	3.144.170	16.820	87.654	49.951	8.704	528.678	170.624	321.489	22.679	36.892	5.073.399	910.880	5	(18)	(1.959)	3.614	34.753	4.683.110	1.173.188	(2.051)	(14.525)	5.839.722

Depreciação

Consolidado	Obras civis em imóveis de terceiros		Sistema climatização elétrico/segurança		Equipamentos de cloud/hosting		Instalações em clientes		Instalações e conectividades		Imobilizado em formação		Obras em andamento imóveis de terceiros		Outros imobilizados operacionais		Rede externa - Telecom		Rede interna - Telecom		Infraestrutura de operações - Telecom		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
(69.218)	(19.718)	(442.698)	(2.957)	(20.359)	(10.258)	-	-	(9.058)	(37.989)	(15.383)	(22.972)	(630.892)	(258.768)	7	435	(889.225)	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887
88.936	(23.397)	(642.546)	(5.080)	(27.596)	(13.624)	-	-	(12.785)	(55.480)	(17.498)	(25.680)	(872.981)	(258.768)	7	435	(889.225)	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887
(112.333)	(23.397)	(895.449)	(7.849)	(35.822)	(18.809)	-	-	(15.834)	(74.183)	(20.356)	(28.200)	(1.208.835)	(258.768)	7	435	(889.225)	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887
(112.333)	(23.397)	(895.449)	(7.849)	(35.822)	(18.809)	-	-	(15.834)	(74.183)	(20.356)	(28.200)	(1.208.835)	(258.768)	7	435	(889.225)	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887

Controladora

Consolidado	Obras civis em imóveis de terceiros		Sistema climatização elétrico/segurança		Equipamentos de cloud/hosting		Instalações em clientes		Instalações e conectividades		Imobilizado em formação		Obras em andamento imóveis de terceiros		Outros imobilizados operacionais		Rede externa - Telecom		Rede interna - Telecom		Infraestrutura de operações - Telecom		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
(69.218)	(19.718)	(442.698)	(2.957)	(20.359)	(10.258)	-	-	(9.038)	(37.989)	(15.383)	(22.972)	(630.856)	(258.768)	7	465	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887	
(95.084)	(23.397)	(621.313)	(5.080)	(27.596)	(13.624)	-	-	(11.626)	(55.480)	(17.498)	(25.680)	(872.981)	(258.768)	7	465	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887	
(118.481)	(23.397)	(844.649)	(7.849)	(35.822)	(18.809)	-	-	(14.430)	(74.183)	(20.356)	(28.200)	(1.162.779)	(258.768)	7	465	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887	
(118.481)	(23.397)	(844.649)	(7.849)	(35.822)	(18.809)	-	-	(14.430)	(74.183)	(20.356)	(28.200)	(1.162.779)	(258.768)	7	465	(872.981)	(290.139)	341	(1.162.779)	9.073	3.793.885	4.630.887	

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos apresentados em obras em andamento referem-se à construção de novas unidades como Sumaré 2, Osasco 4, Hortolândia 5 e Vinhedo 2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Ascenty Data Center Telecomunicações S/A capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 112.990 (R\$ 64.165 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 5,32% a.a. (4,32% a.a. em 2021), que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Ascenty Chile SPA capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 233 (R\$ 3.614 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 3,11% a.a. em 2021, que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período. O Grupo não possui ativos imobilizados cedidos com garantia de suas transações de empréstimos e financiamentos e na defesa de processos judiciais. **b. Reconciliação entre a movimentação do ativo imobilizado e ativo de direito de uso e fluxos de caixa de investimentos**

Adições	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
(-) Fornecedores a pagar de ativo fixo	1.173.188	960.732	910.883	821.729
(-) Juros capitalizados	(112.990)	(64.398)	(112.990)	(64.165)
	996.795	775.523	734.490	693.188

16. Ativo de direito de uso – Veja política contábil na nota explicativa 7 (c). **a. Composição dos saldos**

Arrendamento de prédios e galpões	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamento de prédios e galpões	487.128	(123.725)	363.403	363.403
Arrendamento de prédios e galpões	444.466	(89.813)	354.653	354.653
	444.466	(89.813)	354.653	354.653

Controladora

Arrendamento de prédios e galpões	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamento de prédios e galpões	486.653	(123.250)	363.403	363.403
Arrendamento de prédios e galpões	435.849	(81.878)	353.971	353.971
	435.849	(81.878)	353.971	353.971

b. Movimentação do custo

Saldo em 01/01/2021	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamento de prédios e galpões	368.668	357.171	357.171	357.171
Adições	79.412	78.678	78.678	78.678
Transferência	(3.614)	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	444.466	435.849	435.849	435.849
Adições	50.804	50.804	50.804	50.804
Desreconhecimento (*)	(8.142)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	487.128	486.653	486.653	486.653

(*) O desreconhecimento de ativo de direito de uso é resultado do término de um contrato de arrendamento.

c. Movimentação da depreciação

Saldo em 01/01/2021	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamento de prédios e galpões	(51.309)	(47.881)	(47.881)	(47.881)
Adições	(38.504)	(33.997)	(33.997)	(33.997)
Saldo em 31/12/2021	(89.813)	(81.878)	(81.878)	(81.878)
Adições	(42.054)	(41.372)	(41.372)	(41.372)
Desreconhecimento (**)	8.142	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(123.725)	(123.250)	(123.250)	(123.250)

(*) O desreconhecimento de ativo de direito de uso é resultado do término de um contrato de arrendamento.

17. Intangível e ágio – Veja política contábil na nota explicativa 7 (f). **a. Ativo intangível**

Relacionamento com cliente

Custo	(Wholesale) – Data centers existentes e em construção		Data centers (Wholesale) – expansão MSFT		Data centers (Retail) – tividade		Telecom (Conectividade)		Telecom (Fibra)		Software/Apagada		Outros intangíveis		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
40.076	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	16.017	1.600	1.512.786	4.852	(1)	4.852	(1)	4.852	1.512.786	
40.079	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	17.252	4.502	1.516.926	5.806	(1)	5.809	(1)	5.809	1.516.926	
40.082	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	24.089	4.502	1.522.735	7.380	(1)	7.380	(1)	7.380	1.522.735	

Relacionamento com clientes

Custo de intangível	(Wholesale) – Data centers existentes e em construção		Data centers (Wholesale) – expansão MSFT		Data centers (Retail) – tividade		Telecom (Conectividade)		Telecom (Fibra)		Software/Apagada		Outros intangíveis		Total
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 01/01/2021	Adições	
40.076	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	15.224	1.600	1.511.993	2.028	(1)	2.028	(1)	2.028	1.511.993	
40.079	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	17.252	4.502	1.516.926	5.806	(1)	5.809	(1)	5.809	1.516.926	
40.082	732.193	539.503	16.999	51.160	115.238	23.058	4.502	1.522.735	7.380	(1)	7.380	(1)	7.380	1.522.735	

18. Empréstimos e financiamentos – Veja política contábil na nota explicativa 7 (k).

Moeda	Vencimento	Taxa	Consolidado		Controladora	
			2022	2021	2022	2021
USD	22/03/2026	3M Libor + 3,75% a.a.	415.584	411.615	415.584	411.615
USD	22/03/2026	3M Libor + 3,75% a.a.	356.646	345.428	356.646	345.428
USD	22/03/2026	3M Libor + 3,75% a.a.	415.584	411.615	415.584	411.615
USD	22/03/2026	3M Libor + 3,75% a.a.	311.018	311.018	311.018	311.018
USD	22/03/2026	3M Libor + 3,75% a.a.	415.584	411.615	415	

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.
Ativos consolidados 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo
Passivos consolidado 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo
Ativos consolidados 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais
Passivos consolidados 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo
b. Mensuração do valor justo: A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: Contas a receber de clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas por valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Fornecedores: decorrem diretamente das operações de compra de ativo imobilizado e serviços obtidos da Companhia com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. c. Derivativos: As posições dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:
Consolidado Controladora
Ativo financeiro 2022 2021 2022 2021
Ativo derivativo MTM - 15.315 - 15.315
Hedge de taxa de juros (hedge accounting) 291.268 - 291.268
Hedge de taxa de juros 3.856 - 3.856
Cross currency Swap 35.101 39.750 - -
Total 330.225 55.065 295.124 15.315
Passivo financeiro
MTM Derivative Liabilities (10.401) - (10.401) -
Hedge de taxa de juros (hedge accounting) (10.401) (12.194) - (12.194)
Total (20.802) (12.194) (20.802) (12.194)
Contratos de pagamento líquido ou similares: A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos NDF (Non Deliverable Forward) para proteger os contratos baseados em dólares com o seu principal cliente que têm a taxa do dólar atualizada em junho de cada ano. O valor líquido entre o valor em reais apurado, pela taxa a termo contratada e a taxa à vista na data de fechamento, é pago de uma parte a outra dependendo do resultado favorável ou desfavorável para a Companhia, sendo reconhecido receita ou despesa com derivativo. Para os contratos em aberto, a posição MTM está registrada no balanço patrimonial como instrumento financeiro derivativo ativo ou passivo não realizado e reconhecida como receita ou despesas com derivativos não realizadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um ativo com derivativo não realizado de R\$ 10.401 (R\$ 15.315 ativos em 2021).
Consolidado e controladora
2022 Notional Valor contábil MTM
NDFs (ativo) 182.310 10.969 10.401
2021
NDFs (ativo) 145.618 13.444 15.315
Em 2022, a Companhia reconheceu um valor líquido R\$ 14.416 (R\$ 2.553 em 2021) de ganhos realizados com derivativos, reconhecidos nas despesas e receitas financeiras, para contratos liquidados de NDF. Cross-currency swap: Com o objetivo de administrar adequadamente o risco cambial e de taxa de juros das obrigações financeiras com bancos, em 05 de janeiro de 2021 a subsidiária Ascenty Chile SPA, através de uma operação de "cross-currency swap" assinado com o Scotiabank, converteu as taxas de juros relacionadas ao empréstimo capitado em dólar-americano, de uma taxa de TAB180+1,48% para uma taxa fixa de 3,45% a.a. Essa mesma transação alterou a moeda, transformando a dívida de um montante de US\$ 30.000, em pesos convertido a um montante CLP 22.083.300 (R\$ 145.360). Este contrato de derivativo cobre o risco cambial e da taxa de juros do empréstimo detalhado na nota 18. O resultado desta operação em 2022 é como segue (em milhares):
Valor de compra (CLP) Valor de venda (US\$) Rate MTM (CLP) MTM (R\$)
Banco Scotiabank Chile 22.083.300 30.000 3,45 5.734.531 35.101
Essa transação tem vencimento em novembro de 2025. Contabilidade de hedge (hedge accounting) - Hedge taxa de juros: O objetivo é a estratégia de gestão de risco da Companhia com relação aos swaps de taxas de juros e proteger a Companhia contra flutuações adversas nas taxas de juros, reduzindo sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa em uma parte da dívida de taxa flutuante da Companhia. Para isso a Companhia contratou um swap trocando taxas de juros flutuantes para taxas de juros fixo. A Companhia está cumprindo seu objetivo protegendo o risco de mudanças em seus fluxos de caixa (pagamentos de juros) atribuíveis a mudanças em uma taxa de juros especificada contratualmente (o "Risco de Cobertura"), inicialmente previsto para 3 meses. Taxa de swap USD-LIBOR, sobre um montante de Empréstimos igual ao notional do swap então em aberto. Para a estratégia descrita acima a Companhia adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa. A Companhia documentou formalmente a relação de proteção existente entre os instrumentos de hedge e os itens que são objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de proteção designada para contabilidade de hedge. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O valor temporal dos instrumentos tratado como custos de hedge é também reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía os seguintes contratos de compra e venda de derivativos financeiros:
Banco Notional USD Notional BRL Index Taxa Vencimento MTM
Deutsche Bank S.A. 650.000 3.380.331 3 mo. US\$-LIBOR-BBA 1,426% 22/03/2026 236.398
BNP Paribas Brasil S.A. 150.000 837.000 3 mo. US\$-LIBOR-BBA 1,425% 22/03/2026 54.870
291.268
A movimentação da reserva de hedge de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 -
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes (12.194)
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge 1.416
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 (8.048)
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes 303.462
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge (103.177)
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 192.237
Essa operação de hedge não teve impacto no resultado em 2022 e 2021.
31. Gerenciamento de risco financeiro - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: - Risco de crédito - Risco de liquidez - Risco cambial - Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Abaixo estão os saldos que estão expostos ao risco de crédito nas respectivas datas:
Consolidado Controladora
Ativos Nota 2022 2021 2022 2021
Contas a receber de cliente 11 297.713 285.365 269.666 276.927
Caixa e equivalente de caixa 9 72.853 155.630 58.432 63.829
Aplicações financeiras 10 382.424 431.299 382.424 431.299
Instrumentos financeiros derivativos 30 330.225 55.065 295.124 15.315
1.083.215 927.359 1.005.646 787.370
A Companhia é exposta ao risco de crédito uma vez que parte significativa das receitas de vendas é derivada de cinco clientes que representam aproximadamente 96% (2021: 90%) de sua receita líquida de vendas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida de vendas da Companhia para estes clientes foi de R\$ 1.144.350 (R\$ 944.951 em 2021). A Administração não identificou mudança na qualidade do crédito a estes clientes e suas operações dependem da manutenção das vendas para estes clientes. A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa 7(i). A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia detinha "caixa e equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras" de R\$ 72.853 e R\$ 382.424 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 155.630 e R\$ 431.299 em 2021). Esses saldos são mantidos com instituições financeiras classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody's. Derivativos: Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e A+, baseado na agência de rating de crédito Standard & Poor's. Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.
Consolidado
2022 Inferior a um ano Um a três anos Três a cinco anos Total
Fornecedores (115.694) - - - (115.694)
Empréstimos e financiamentos (812.954) (1.625.912) (3.150.810) (5.589.676)
Arrendamentos financeiros (74.022) (139.572) (121.763) (335.357)
Instrumentos financeiros derivativos (10.401) - - - (10.401)
(1.013.071) (1.765.484) (3.272.573) (6.051.128)
2021
Fornecedores (129.367) - - - (129.367)
Empréstimos e financiamentos (168.402) (1.527.757) (3.506.702) (5.202.861)
Arrendamentos financeiros (54.000) (189.433) (189.433) (432.866)
Instrumentos financeiros derivativos (12.194) - - - (12.194)
(363.963) (1.717.190) (3.696.135) (5.777.288)
Controladora
2022 Inferior a um ano Um a três anos Três a cinco anos Total
Fornecedores (113.335) - - - (113.335)
Empréstimos e financiamentos (812.954) (1.625.912) (2.866.470) (5.305.336)
Arrendamentos financeiros (74.022) (139.572) (121.763) (335.357)
Instrumentos financeiros derivativos (10.401) - - - (10.401)
(1.010.712) (1.765.484) (2.988.233) (5.764.429)
2021
Fornecedores (129.367) - - - (129.367)
Empréstimos e financiamentos (168.402) (1.527.757) (3.506.702) (5.202.861)
Arrendamentos financeiros (54.000) (189.433) (189.433) (432.866)
Instrumentos financeiros derivativos (12,194) - - - (12,194)
(363,963) (1,717,190) (3,696,135) (5,777,288)
2022
Risco Indexador Taxa do período Valor contábil do principal Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Libor 3M Libor + 3,75% 8,52% 4.699.820 605.516 5.305.336 1.120.873 1.435.360 1.764.291
Apreciação da taxa Libor Libor + 1,48% 6,25% 94.539 37.267 131.806 15.790 20.044 24.243
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Tab Tab 180 + 1,90% 13,15% 135.172 17.362 152.534 42.046 54.240 67.149
Posição líquida 4.929.531 660.145 5.589.676 1.178.709 1.509.644 1.855.863
2021
Risco Indexador Taxa do período Valor contábil do principal Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Libor 3M Libor + 3,75% 8,52% 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
Posição líquida 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
Controladora
2022
Risco Indexador Taxa do período Valor contábil do principal Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Libor 3M Libor + 3,75% 8,52% 4.699.820 605.516 5.305.336 1.120.873 1.435.360 1.764.291
Posição líquida 4.699.820 605.516 5.305.336 1.120.873 1.435.360 1.764.291
2021
Risco Indexador Taxa do período Valor contábil do principal Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Libor 3M Libor + 3,75% 8,52% 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
Posição líquida 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
Controladora
2022
Risco Indexador Taxa do período Valor contábil do principal Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros Valor contábil dos juros
Empréstimos e financiamentos Apreciação da taxa Libor 3M Libor + 3,75% 8,52% 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
Posição líquida 4.774.231 969.165 5.743.396 1.138.641 1.458.113 1.792.258
32. Eventos subsequentes - Renovação de empréstimo e emissão de debênture: Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia assinou um aditamento e alteração do seu financiamento com os credores listados abaixo, com desdobro em 22 de fevereiro de 2023. O saldo do empréstimo (principal + juros) naquela data foi liquidado no total de R\$ 4.497.583 (USD 866.253). Simultaneamente, a Companhia adquiriu um novo empréstimo no valor de R\$ 3.634.400 (USD 700.000). A nova captação de R\$ 3.634.400 (USD 700.000) inclui uma parcela de Delayed Draw Term Loan (DDTL, sigla em inglês) de R\$ 519.200 (USD 100.000) e uma Linha de Crédito Rotativo (RCF, sigla em inglês) de R\$ 129.800 (USD 25.000). O novo compromisso por credor, passa a ser o seguinte:
continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023
ICP Brasil
Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação				Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.																																																			
Credor – em dólares	Compro-misso Total	Empréstimo	DDTL	RCF																																																			
Itau BBA International, PLC	\$200.000	\$169.697	\$24.955	\$5.348	31 de março de 2023	6.00:1.00	apenas investidores profissionais, cumprimos: i) o pagamento da taxa de fiscalização e ii) o preenchimento do formulário eletrônico de requerimento da oferta disponível no sistema de registro da CVM. Ainda segundo requerimentos da CVM nº 160, somos requeridos, a partir do registro do título, à adotar novas medidas de relatório financeiro em 2023, entre outros: i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404, de 1976, e com as regras emitidas pela CVM, e ii) divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social. A Companhia monitora, por questionário de verificação (checklist), os itens exigidos na Resolução CVM 160, aplicáveis à Companhia e, não antecipa dificuldades em seus cumprimentos. A emissão das debêntures segue o mesmo cronograma de amortização, taxa de juros e covenants do financiamento das captações acima mencionadas.																																																
Natixis New York Branch	\$90.000	\$76.364	\$10.428	\$3.209	30 de junho de 2023	6.00:1.00																																																	
Credit Agricole Corporate and Investment Bank	\$60.000	\$50.909	\$6.818	\$2.273	30 de setembro de 2023	6.00:1.00																																																	
Mizuho Bank, Ltd.	\$60.000	\$50.909	\$6.818	\$2.273	31 de dezembro de 2023	6.00:1.00																																																	
MUFG Bank, Ltd.	\$150.000	\$127.273	\$18.717	\$4.011	31 de março de 2024	6.00:1.00																																																	
The Bank of Nova Scotia	\$150.000	\$127.273	\$18.717	\$4.011	30 de junho de 2024	6.00:1.00																																																	
Banco do Brasil, S.A., London Branch	\$15.000	\$12.727	\$1.203	\$1.069	30 de setembro de 2024	6.00:1.00																																																	
BNP Paribas	\$15.000	\$12.727	\$1.203	\$1.069	31 de dezembro de 2024	6.00:1.00																																																	
Export Development Canada	\$25.000	\$21.212	\$3.788	-	31 de março de 2025	6.00:1.00																																																	
JPMorgan Chase Bank, N.A.	\$15.000	\$12.727	\$1.203	\$1.069	30 de junho de 2025	6.00:1.00																																																	
Deutsche Bank AG, London Branch	\$35.000	\$29.697	\$5.303	-	30 de setembro de 2025	6.00:1.00																																																	
Banco Latinoamericano de Comercio Exterior, S.A.(BLADEX) N.Y Agency	\$10.000	\$8.485	\$847	\$668	31 de dezembro de 2025	6.00:1.00																																																	
Total financiamento – em dólares	\$825.000	\$700.000	\$100.000	\$25.000	31 de março de 2027	6.00:1.00																																																	
Cronograma de pagamento:																																																							
Vencimentos:	% dos empréstimos:	Parcelas US\$																																																					
22 de março de 2025	3.333300%	23.333	ao EBITDA não deve exceder a seguinte relação:																																																				
22 de junho de 2025	3.333300%	23.333	31 de março de 2023																																																				
22 de setembro de 2025	3.333300%	23.333	30 de junho de 2023																																																				
22 de dezembro de 2025	3.333300%	23.333	30 de setembro de 2023																																																				
22 de março de 2026	3.333300%	23.333	31 de dezembro de 2023																																																				
22 de junho de 2026	3.333300%	23.333	31 de março de 2024																																																				
22 de setembro de 2026	3.333300%	23.333	30 de junho de 2024																																																				
22 de dezembro de 2026	3.333300%	23.333	30 de setembro de 2024																																																				
22 de março de 2027	3.333300%	23.333	31 de dezembro de 2024																																																				
22 de junho de 2027	3.333300%	23.333	31 de março de 2025																																																				
22 de setembro de 2027	3.333300%	23.333	30 de junho de 2025																																																				
22 de dezembro de 2027	3.333300%	23.333	30 de setembro de 2025																																																				
17 de fevereiro de 2028	60.00040%	420.004	31 de dezembro de 2025																																																				
Total		700.000	31 de março de 2026																																																				
Os novos empréstimos estão indexados à taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) 3M + 4% a.a. (Os empréstimos liquidados estavam indexados à Libor 3M + 3,75% a.a.) e a nova taxa do compromisso para a manutenção do DDTL e RCF agora é de 1,2% a.a. (ante à taxa de 1,125% a.a. para os empréstimos liquidados). Os empréstimos estão sujeitos a cláusulas restritivas, cujas financeiras estão elencadas abaixo: - A dívida líquida em relação																																																							
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas																																																							
relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para																																																							
planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 28 de abril de 2023.																																																							
<table border="0"> <tr> <td>KPMG Auditores Independentes Ltda.</td> <td>% amortização das debêntures:</td> <td>Pagamentos Debêntures R\$</td> </tr> <tr> <td>CRC 2SP-027612/0-4 F SP</td> <td>3.333300%</td> <td>34.352</td> </tr> <tr> <td>Carlos Humberto Rodrigues da Silva</td> <td>3.333300%</td> <td>34.352</td> </tr> <tr> <td>Contador CRC 1SP217733/0-4</td> <td>3.333300%</td> <td>34.352</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.333300%</td> <td>34.347</td> </tr> <tr> <td></td> <td>60.00040%</td> <td>618.316</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1.030.520</td> </tr> </table>								KPMG Auditores Independentes Ltda.	% amortização das debêntures:	Pagamentos Debêntures R\$	CRC 2SP-027612/0-4 F SP	3.333300%	34.352	Carlos Humberto Rodrigues da Silva	3.333300%	34.352	Contador CRC 1SP217733/0-4	3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.352		3.333300%	34.347		3.333300%	34.347		3.333300%	34.347		3.333300%	34.347		60.00040%	618.316			1.030.520
KPMG Auditores Independentes Ltda.	% amortização das debêntures:	Pagamentos Debêntures R\$																																																					
CRC 2SP-027612/0-4 F SP	3.333300%	34.352																																																					
Carlos Humberto Rodrigues da Silva	3.333300%	34.352																																																					
Contador CRC 1SP217733/0-4	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.352																																																					
	3.333300%	34.347																																																					
	3.333300%	34.347																																																					
	3.333300%	34.347																																																					
	3.333300%	34.347																																																					
	60.00040%	618.316																																																					
		1.030.520																																																					
<p>Christopher Paul Torto – Presidente Andre Neris de Souza – Diretor Financeiro Gislene do Amaral Ribeiro – Contadora CRC 1SP 282.110/0-0</p>																																																							

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação... **LINX S/A**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado					Reservas de lucros		Participação não controladores	
	Capital social	Ações em reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Total	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Total
Saldos em 31/12/2020	645.447	(299.856)	1.153.554	7.037	119.350	126.387	(5.468)	1.620.064	1.620.064
Stock options	—	5.820	—	—	—	—	—	5.820	5.820
Plano de opções de ações	—	8.303	(9.846)	—	—	—	—	(1.543)	(1.543)
Lucro ou prejuízo na venda de ações em tesouraria	—	23.566	(23.566)	—	—	—	—	—	—
Efeito da aplicação da hiperinflação	—	—	—	4.929	4.929	—	—	4.929	4.929
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	(926)	(926)	(926)
Prejuízos do exercício	—	—	—	—	—	(206.351)	—	(206.351)	(206.351)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	(100.000)	(100.000)	—	—	(100.000)	(100.000)
Destinação amortização do prejuízo acumulado	—	—	—	(24.279)	(24.279)	24.279	—	—	—
Saldos em 31/12/2021	645.447	(262.167)	1.120.142	7.037	7.037	(182.072)	(6.394)	1.321.993	1.321.993
Aumento de capital	137.130	—	—	—	—	—	—	137.130	49.582
Plano de opções de ações	—	—	6.771	—	—	—	—	6.771	273
Ganho na mudança de participação	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.486)
Efeito da aplicação da hiperinflação	—	—	—	5.259	5.259	—	—	5.259	159
Mudança participação relativa controladas	—	—	5.837	—	—	—	—	5.837	5.837
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	(4.829)	(4.829)	(98)
Prejuízos do exercício	—	—	—	—	—	(2.863)	—	(2.863)	(175)
Destinação amortização do prejuízo acumulado	—	—	—	(5.259)	(5.259)	5.259	—	—	—
Saldos em 31/12/2022	782.577	(262.167)	1.132.750	7.037	7.037	(179.676)	(11.223)	1.469.298	44.255

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 7º andar, São Paulo - Capital, a Linx S.A. ("Companhia" ou "Linx"), uma sociedade anônima controlada a partir de 1º de julho de 2021 pela STNE Participações S.A. ("STNE") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). A companhia e suas controladas fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento para o setor varejista na América Latina. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. A Linx tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros. Em 02/08/2021, a Linx cancelou o registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A", a Companhia passou a ser uma companhia fechada, deixando de ter ações de sua emissão listadas para a negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 27 de abril de 2023. **2.3. Reclasseificação:** A rubrica de direito de uso para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021 foi reclasseificada para adequar a apresentação seguindo os mesmos parâmetros divulgados pelo Grupo StoneCo, permitindo, assim a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022.

Ativo	31/12/2021		31/12/2021
	Publicado	Reclassificação	
Não circulante			
Imobilizado	99.969	76.588	176.557
Direito de uso	76.588	(76.588)	—
Total ativo não circulante	176.557	—	176.557

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentadas as políticas contábeis mais relevantes aplicadas pela Companhia. **3.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. A Companhia reavalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes as transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., e suas controladas relevantes a seguir relacionadas:

Controladas	% Participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas indiretas (i)		
Napse S.R.L.	100,00%	100,00%
Synthesis Holding LLC.	100,00%	100,00%
Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda.	100,00%	100,00%
Hiper Software S.A.	100,00%	100,00%
Esmeralda Serviços Digitais Ltda.	100,00%	100,00%
Safira Serviços Digitais Ltda.	100,00%	100,00%
Ametista Serviços Digitais Ltda.	100,00%	100,00%
Diamante Serviços Digitais Ltda.	100,00%	100,00%
Mercadapp Soluções em Software Ltda. (a)	—	100,00%

Coligadas

Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. ("Neomode") (b) 40,02%

(i) Empresas controladas pela Linx Sistemas, exceto por Esmeralda Serviços Digitais Ltda, Safira Serviços Digitais Ltda, Ametista Serviços Digitais Ltda. e Diamante Serviços Digitais Ltda, que são controladas pela Linx Pay. (a) Empresa incorporada em 01/01/2022 pela Linx Sistemas. (b) Em 02/07/2021, a subsidiária Linx Sistemas assinou um acordo para adquirir uma participação acionária de 40% das ações da Neostore Desenvolvimento De Programas de Computador S.A. ("Neomode"), por meio da assinatura de um Acordo de Investimento com os acionistas da Neomode. A aquisição foi condicionada à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), que ocorreu em 19/11/2021. O Grupo concluiu a aquisição em 07/01/2022, por meio de aumento de capital de R\$ 6.083 e conversão de empréstimos de R\$ 875, totalizando uma contraprestação transferida de R\$ 6.958. A Linx S.A. é controladora direta das seguintes empresas: • Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas"): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria, treinamento e participação em outras sociedades. • Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecomunicações"): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet. A Linx S.A. é controladora indireta das seguintes empresas: • Napse S.R.L. ("Napse"): atuante no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de ponto de venda (POS), soluções para meios de pagamento eletrônico (TEF) e motor de promoções para grandes cadeias varejistas nos principais mercados da América Latina. • Synthesis Holding LLC. ("Synthesis"): holding pertencente ao grupo Napse e controladora das empresas Synthesis US LLC (Estados Unidos da América), Synthesis I.T. e Retail Americas S.R.L. (México). • Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Retail Renda Fixa"): fundo de investimento exclusivo e reservado para as operações de investimentos das empresas da Companhia e suas controladas. • Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. ("Linx Pay"): atua com a finalidade de agregar todas as iniciativas da Companhia relacionadas à fintech como TEF (gateway de pagamentos), DUO (Smart POS), o Linx Pay Easy (subadquirência), além dos novos produtos

alinhados ao posicionamento estratégico da Linx nessa área e da participação em outras sociedades. • Hiper Software S.A. ("Hiper"): atua com foco em soluções SaaS (software como serviço) para micros e pequenos varejistas. • Esmeralda Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"): fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo.

• Safira Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"): fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. • Ametista Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"): fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. • Diamante Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"): fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. • Mercadapp Soluções em Software Ltda. ("Mercadapp"): especializada em plataforma white label de soluções de vendas online para supermercados de pequeno e médio porte, suas soluções de plataforma de web e delivery são baseadas em nuvem. **3.2 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Companhia mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.3 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.3.1. Ativos financeiros: 3.3.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. **3.3.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclasseificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclasseificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **3.3.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber. **3.3.1.2.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia e suas controladas não tenham classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **3.3.1.3. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia e suas controladas nem transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferem o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebrarem um acordo de repasses, elas avaliam se, e em quais medidas, retêm os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferem o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **3.3.1.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **3.3.2. Passivos financeiros: 3.3.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem: Fornecedores, contas a pagar estabelecimentos comerciais, contas a pagar aquisição de controladas, arrendamento a pagar e outros passivos. **3.3.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação... **LINX S/A**

reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do IFRS 9/CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

3.3.2.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a contas a fornecedores e passivo de arrendamento.

3.3.2.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Contas a pagar aquisições controladas.

3.3.2.3. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4 Classificação como circulante e não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.5 Combinações de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a Companhia escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. A Companhia identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. A Companhia tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, a Companhia reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Companhia contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, a Companhia considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Contas a receber de clientes: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base.

3.8 IRPJ e CSLL: 3.8.1. IRPJ e CSLL corrente: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o IRPJ da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30% do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

3.8.2. IRPJ e CSLL diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de IRPJ e CSLL é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica IRPJ e CSLL, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

3.9 Imobilizado: 3.9.1. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

3.9.2. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.9.2. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A tabela a seguir apresenta as vidas úteis estimadas em 31/12/2022:

	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads e POS	5
Equipamentos de informática	3-5
Instalações	5-25
Imóveis	25
Máquinas e equipamentos	5-10
Móveis e utensílios	5-10
Veículos	2-5

3.10 Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda

de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

3.10.1. Ágio: O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

3.10.2. Pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

3.10.3. Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31/12/2022 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	2-10
Relacionamento com clientes	2-20
Marcas e patentes	7-20
Acordo de não-competição	5
Licença de uso	3-5

A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos intangíveis e verificou uma mudança no padrão de consumo de determinados softwares gerados internamente, ajustando a vida útil desses ativos de 3 anos para 4 ou 10 anos, dependendo das características da tecnologia. O efeito da referida alteração foi tratado como uma alteração de estimativa de acordo com o CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme requerido pelo CPC 04 / IAS 38 – Ativo Intangível. Consequentemente, a mudança deve ser aplicada prospectivamente. A alteração resultou em uma redução de R\$ 28.783 na despesa de amortização na demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31/12/2022.

3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.12 Passivos de arrendamento - Companhia e suas controladas como arrendatárias: 3.12.1. Passivo de arrendamento: A data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e suas controladas, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia e suas controladas que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia e suas controladas usam a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

3.12.2. Ativo de direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obtenham a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento.

3.13. Provisões e passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: 3.13.1. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.13.1.1. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.13.2. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (IAS 37/CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

3.14. Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.15. Receita de contrato com cliente: A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o



Continuação... **LINX S/A**

cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de software que compreendem taxas de licenciamento, receita de assinatura e receita de serviço que inclui implementação e personalização. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. • **Receitas de assinaturas:** São receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia e suas controladas ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção mensal é agregada em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de assinaturas mensais não são reembolsáveis e são faturadas e pagas mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos. • **Receitas de serviços** são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos "softwares" e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização. • **Receitas de Royalties** - As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando determina o momento quando todos os riscos e benefícios da licença são transferidos mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. Valores recebidos relativos a serviços ainda não prestados são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial. **3.15.1. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos da Companhia e suas controladas com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas ou custo esperado acrescido de uma margem. Para situações limitadas, em que o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado em uma base anterior, a receita é alocada primeiro ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual é atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo. **3.16. Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. A Controladora StoneCo oferece ações restritas para funcionários (CLT ou Estatutários) os quais terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período e elegíveis com base na avaliação de performance. **3.16.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **3.17. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.17.1. Previdência privada:** A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **3.17.2. Participação nos lucros:** A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **3.17.3. Benefício pós-emprego - planos de saúde:** A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.18. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial, atualização monetária de contingências e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **3.19. Conversão de moeda estrangeira:** **3.18.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e, também, a sua moeda de apresentação. Para cada controlada, a Companhia determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Companhia também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse. As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, têm suas demonstrações financeiras convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). **3.18.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pela Empresa em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras. **3.20. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciada em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.21. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, as seguintes transações não afetaram o caixa.

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de computadores, móveis e instalações incluídos em fornecedores a pagar		2.162	16.009
Aquisição de software e softwares desenvolvidos incluídos em fornecedores a pagar		5.460	41.898

3.22. Segmento operacional: A partir do primeiro trimestre de 2022, em linha com a estratégia e estrutura organizacional do Grupo StoneCo, o Grupo apresenta dois segmentos reportáveis, nomeadamente "Serviços Financeiros" e "Software" e algumas atividades não atribuídas: • **Serviços Financeiros:** Composto por nossas soluções de serviços financeiros que incluem principalmente soluções de pagamentos, banco digital, crédito, soluções de seguros, bem como o TAG de negócios de registro. • **Software:** Composto por duas atividades principais (i) Core, que é composta por soluções POS/ERP, gateways TEF e QR Code, reconciliação e CRM, e (ii) Digital, que inclui OMS, plataformas de e-commerce, ferramentas de engajamento, soluções de anúncios e hubs de mercado. • **Atividades não alocadas:** Composta por negócios não estratégicos, incluindo resultados na alienação/descontinuação de negócios não essenciais. **3.23. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** As alterações aplicam-se a uma "abordagem de custos diretos relacionados", determinando que os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluem custos incrementais e custos alocados diretamente que se relacionam ao cumprimento do contrato. • **IFRS 9 - Instrumentos financeiros - taxa no teste de 10% para o desreconhecimento de passivos financeiros:** A alteração esclarece quais taxas uma entidade deve incluir ao avaliar no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. • **IFRS 3 - Combinação de negócios:** As alterações substituíram as referências da versão antiga da estrutura conceitual para mais recente emitida em março de 2018. • **IAS 16:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido pela administração. Em vez disso, a entidade deve reconhecer tais receitas e custos no resultado do período. • **IAS 41 - Tributações** nas mensurações pelo justo valor: A alteração elimina a exigência de que as entidades excluam das estimativas dos fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurarem o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas. • **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** A alteração simplifica o reconhecimento de ajustes acumulados de conversão por uma controlada que adote o IFRS pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa. **3.24. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • **Emendas à IAS 1 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como

circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • **Alteração à IAS 12 - Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023. • **IFRS 17 - contratos de seguro:** Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. As alterações são efetivas para os períodos de exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023. • **Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023. • **Emendas ao IFRS 16:** Em setembro de 2022, o IASB emitiu a emenda ao IFRS 16. A alteração clarifica a mensuração subsequente dos passivos de arrendamento relacionados com operação de venda e realocação de imóveis, principalmente para os contratos de locação que os pagamentos são variáveis e não dependem de um índice ou taxa. As alterações são efetivas para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. A Empresa não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

4.1. Incorporação Mercadapp: Em 01/01/2022, foi efetivada a incorporação da Mercadapp Soluções em Software Ltda. ("Mercadapp"), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 31/12/2021 do acervo líquido da Mercadapp:

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalente de caixa	720	Fornecedores	44
Contas a receber	53	Obrigações sociais	595
Adiantamento a fornecedores	16	Obrigações tributárias	140
Ativo circulante	789	Passivo circulante	779
		Doações e Subvenções para investimentos	31
		Passivo não circulante	31
		Capital social	785
		Reserva de lucros	83
		Prejuízos acumulados	(826)
		Patrimônio líquido	42
		Total do passivo e patrimônio líquido	852

O acervo líquido da Mercadapp Soluções em Software Ltda., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 29/12/2021. A incorporação da Mercadapp, não acarretou aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia. **4.2. Incorporação Plugg.to:** Em 03/11/2022, foi emitido o laudo de avaliação patrimonial e efetivada a incorporação da ThirdLevel Soluções de Internet S.A. ("Plugg.to"), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 03/11/2022:

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalente de caixa	1.928	Fornecedores	89
Contas a receber	1.473	Obrigações sociais	994
Outros créditos	95	Obrigações tributárias	124
Ativo circulante	3.496	Passivo circulante	1.207
		Obrigações tributárias	91
		Receita diferida	2.200
		Passivo não circulante	2.291
		Capital social	3.105
		Reserva de lucros	(3.097)
		Patrimônio líquido	8
		Total do passivo e patrimônio líquido	3.506

4.3. Cisão parcial MAV Participações S.A.: Em 01/04/2022, foi efetivada a cisão da MAV Participações S.A, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos e passivos (investimentos, IR e CSLL diferidos) com data de 28/02/2022 da STNE Participações S.A. para fins de cisão parcial para o aporte de capital na controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 30.251, de acervo líquido em que se acentou o aumento de capital da empresa. **4.4. Cisão parcial Nodis:** Em 31/08/2022, foi aprovada a cisão da Nodis Tecnologia S.A, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos (intangível) com data de 30/06/2022 da STNE Participações para fins de cisão parcial para o aporte de capital na controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 17.171, de acervo líquido em que se acentou o aumento de capital da empresa. **4.5. Cisão parcial Clinweb:** Em 29/11/2022, foi emitido o laudo avaliado por peritos, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos (intangível) com data de 30/09/2022 da Vitta Tecnologia em Saúde S.A. para incorporação pela empresa Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Conforme a avaliação dos peritos a avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 956, de acervo líquido em que se acentou o aumento de capital da empresa.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 08/06/2022, o Grupo adquiriu 100% de participação acionária na ThirdLevel Soluções de Internet S.A. ("Plugg.to"), empresa privada com sede no Estado de São Paulo, Brasil. A Plugg.to desenvolve tecnologia que funciona como um hub de marketplace, oferecendo integrações rápidas e inteligentes entre plataformas de lojas virtuais, ERPs e marketplaces, com as quais o Grupo espera obter sinergias no atendimento aos clientes. A Plugg.to foi incorporada pela Linx Sistemas em 03/11/2022. **5.1. Informações financeiras dos negócios adquiridos:** Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado nas transações são apresentados a seguir:

Valor Justo	Plugg.to (Em 08/06/2022) (a)
Caixa e equivalentes de caixa	362
Contas a receber de clientes	1.864
Impostos a recuperar	91
Intangível - Relacionamento com clientes (b)	2.089
Intangível - Software (b)	34.141
Outros ativos	8
Total do ativo	38.555
Fornecedores	3.943
Salários e encargos sociais	541
Impostos a recolher	313
IRPJ e CSLL diferidos	12.318
Total do passivo	17.115
Ativos e passivos líquidos	21.440
Contraprestação transferida (Nota 5.3)	46.038
Ágio	24.598

(a) A identificação e mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos, contraprestação transferida e ágio são finais. (b) O Grupo efetuou avaliação final do valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios, tendo identificado relacionamento com clientes e softwares como ativos intangíveis. Detalhes sobre os métodos e premissas adotados para avaliar esses ativos estão descritos na Nota 5.2. **5.2. Ativos intangíveis resultantes das combinações de negócios:** As premissas adotadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios estão descritas abaixo: **5.2.1. Relacionamento com o cliente**

Valor	Plugg.to
Método de avaliação	2.089
Vida útil estimada (a)	Método de distribuição
Taxa de desconto (b)	3 anos e 7 meses
Fonte das informações	15,0 %
Status de avaliação	Projeções internas da Administração
(a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos.	Final
(b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor.	

5.2.2 Software

Valor	Plugg.to
Método de avaliação	34.141
Vida útil estimada (a)	MEEM (*)
Taxa de desconto (b)	5 anos
Fonte das informações	15,0 %
Status de avaliação	Projeções internas da Administração
(*) Multi-Period Excess Earnings Method ("MEEM"). (a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos.	Final

(b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor. **5.3. Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida na combinação de negócios é composta pela soma dos seguintes valores, se houver: (a) contraprestação transferida, (b) participação de não controladores na adquirida e (c) valor justo da participação societária anteriormente detida pela adquirente na adquirida adquirida. A contraprestação paga nas avaliações preliminares é apresentada a seguir.

	Plugg.to
Contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores	20.880
Contraprestação a pagar em caixa aos acionistas vendedores	16.744
Contraprestação contingente (a)	8.414
Total	46.038

(a) O acordo com os acionistas vendedores prevê uma contraprestação contingente vinculada ao alcance de determinadas metas operacionais e ao desempenho da receita líquida para os exercícios fiscais de 2023 e 2024, que será paga aos acionistas vendedores após o encerramento do exercício de 2023 para as métricas financeiras e após o encerramento do exercício de 2024 para as métricas operacionais. **5.4. Receita e contribuição para o lucro:** A demonstração do resultado da Plugg.to desde a data de aquisição até 31/12/2022 é apresentada a seguir:

Receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos	2022
Outras receitas financeiras	6.691
Total da receita	6.755
Custo dos serviços	(465)
Despesas administrativas	(4.002)
Despesas com vendas	(696)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação... **LINX S/A**

Despesas financeiras, líquidas	(130)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.293)
Lucro antes do IRPJ	1.462
IRPJ e CSLL corrente	—
Lucro líquido do ano	1.462

A receita total e o lucro líquido do Grupo são apresentados a seguir em base pró-forma, assumindo a aquisição no início do ano:

Receita total pró-forma	989.900
Prejuízo líquido pró-forma do ano	(12.662)

Estas informações financeiras pró-forma são apresentadas apenas para fins informativos e não pretendem representar quais seriam os resultados das operações da Companhia se tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem é necessariamente indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos – em moeda nacional	6.439	128	53.190	30.774
Caixa e bancos – em moeda estrangeira	—	—	10.916	11.192
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	877	875	79.298	7.601
Total (a)	7.316	1.003	143.404	49.567

(a) No exercício findo em 31/12/2022 havia aplicações em moeda estrangeira. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Interbancário (CDI) remunerado pela taxa de 96,34%. A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.8.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos Públicos	—	9.249	48.149	31.940
Total	—	9.249	48.149	31.940

A Administração tem por política a utilização destes recursos, substancialmente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	278.162	366.429
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(14.591)	(14.393)
Ajustes a valor presente	(1.160)	(1.206)
Total	262.411	350.830

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.8.

Os títulos e a respectiva provisão possuem a seguinte composição:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Duplicata a receber	Provisão de perdas	Duplicata a receber	Provisão de perdas
A vencer	243.423	(20)	278.605	(25)
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.789	(31)	61.217	(66)
De 31 a 60 dias	4.822	(80)	4.780	(87)
De 61 a 90 dias	4.329	(174)	2.774	(136)
De 91 a 180 dias	3.299	(786)	6.575	(1.601)
Acima de 181 dias	13.500	(13.500)	12.478	(12.478)
Total	278.162	(14.591)	366.429	(14.393)

A Companhia e suas controladas constitui a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. A Companhia e suas controladas também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída. A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(14.393)	(9.296)
Adição de provisão	(5.927)	(8.824)
Utilização/reversão	5.729	3.727
Saldo final	(14.591)	(14.393)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.508	1.963	24.726	28.434
ICMS	—	—	66	384
PIS e COFINS	—	—	416	227
Outros (a)	—	—	8.222	3.750
Total	2.508	1.963	33.430	32.795

(a) Corresponde substancialmente a saldo a recuperar da lei de promoção de software no valor de R\$ 8.198 (R\$ 1.818 em 31/12/2021) da empresa Napse.

10. PARTES RELACIONADAS

Credor	Tipo de operação	Taxa de juros	Ativo		
			31/12/2022	31/12/2021	
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito	—	45	—	
Cappta S.A. ("Cappta")	Nota de débito	—	75	—	
STNE Participações S.A. ("STNE Par")	Nota de débito	—	2	—	
Equals S.A. ("Equals")	Nota de débito	—	869	—	
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito	—	718	—	
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Nota de débito	—	1.221	5.596	
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Nota de débito	—	2	—	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Nota de débito	—	15	—	
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito	—	207	—	
Stone Franchising Ltda. ("Franchising")	Nota de débito	—	1	—	
Vitta Corretora de Seguros ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	2	—	
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	3	—	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("TAG")	Nota de débito	—	11	—	
Maker Soluções Tecnológicas Ltda.	Mútuo	100% da CDI	1.029	—	
Moovin - Plataforma E-commerce Ltda.	Mútuo	100% da CDI	900	—	
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	Mútuo	3,00%	—	—	
Neostore Desenvolvimento de Programas de Computador S.A. ("Neomode")	Mútuo	100% da CDI	1.266	—	
			6.366	5.596	

Credor	Tipo de operação	Taxa de juros	Controladora		Passivo		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
STNE Participações S.A. ("STNE Par")	Nota de débito	—	—	—	106	—	
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Nota de débito	—	—	—	179	—	
Equals S.A. ("Equals")	Nota de débito	—	—	—	1.069	—	
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito	—	—	—	43	—	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	Nota de débito	—	30	585	—	—	
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Nota de débito	—	28	—	315	—	
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito	—	11	—	406	—	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	Nota de débito	—	—	—	23	—	
			69	585	2.141	—	

10.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração (12 administradores em 2022 e 6 administradores em 2021), relativa aos períodos findos em 31/12/2022 e 2021 são resumidas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefício de curto prazo a empregados	—	—
Pagamento de Pró-Labore	13.458	46.397
Pagamentos com base em ações	6.211	13.624
	19.669	60.021

10.2 Resultado: No exercício findo em 31/12/2022, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 17.423 (R\$ 15.668 em 31/12/2021) e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período R\$ 2.431 (R\$ 2.229 em 31/12/2021).

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Adiantamento a funcionários e férias	—	—	3.137	10.705
Juros sobre capital próprio	1.262	—	—	—
Retenções para contingências - adquiridas (a)	—	—	18.256	16.007
Despesas antecipadas (b)	38	—	26.165	43.550
Reembolsos com parceiros (c)	—	420	915	2.485
Recursos em gestão de terceiros	—	—	—	15.541
Adiantamento para fornecedores	41	—	6.185	8.974
Outros (d)	63	157	6.957	9.348
	1.404	577	61.615	106.610

(a) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Direção, Spres, Rezende, Liderança, Quadrant, CSI, LZT, BR Coelho, Big Automação, Intercamp, Percycle, Itec Informática, DCG, Napse, Millennium e Hiper, conforme contratos de aquisições (b) Refere-se substancialmente a despesas com serviços de cloud. (c) Refere-se a reembolsos de parceiros na operação de subadiquirência da Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. (d) Esses valores incluem outras contas a receber e depósitos em garantia da Napse no montante de R\$ 3.682 (R\$ 4.442 em 31/12/2021).

12. INVESTIMENTOS

12.1 Investimentos em controladas diretas:

	Linx Sistemas	Linx Telecomunicações	Total
Participação	99,99%	99,99%	—
Saldos em 31/12/2020	1.118.860	14.784	1.133.644
Equivalência patrimonial	(152.359)	9.256	(143.103)
Aumento de capital	318.001	—	318.001
Ajuste de conversão acumulado	(926)	—	(926)
Benefício pós-emprego	—	—	—
Efeito da atualização da hiperinflação	4.929	—	4.929
Plano de outorga de ações	(1.420)	—	(1.420)
Saldos em 31/12/2021	1.287.085	24.040	1.311.125
Equivalência patrimonial	(12.920)	11.779	(1.141)
Aumento de capital	140.630	—	140.630
Juros sobre capital próprio	—	(1.484)	(1.484)
Dividendos	—	(3.500)	(3.500)
Ajuste de conversão acumulado	(4.828)	—	(4.828)
Mudança participação devido a cisões	5.800	—	5.800
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	5.262	—	5.262
Plano de outorga de ações	6.803	—	6.803
Saldos em 31/12/2022	1.427.832	30.835	1.458.667

12.2 Investimentos em coligadas

	Neomode
Saldos em 31/12/2021	—
Equivalência patrimonial	(1.467)
Aquisição de negócios	6.958
Saldos em 31/12/2022	5.491

12.3 Informações de controladas diretas

Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	465.131	1.521.777	319.490	195.329	1.472.089	(14.165)
Linx Telecomunicações Ltda.	38.893	875	9.247	(314)	30.835	11.780
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	21.241	125.072	25.018	2.643	118.652	(46.973)
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	24.593	12.027	22.896	116	13.608	(1.493)
Hiper Software S.A. ("Hiper")	3.002	7.718	7.791	1.011	1.918	(4.350)
Esmeralda Serviços Digitais Ltda.	20.053	9.399	4.391	—	25.061	1.872
Safira Serviços Digitais Ltda.	1.242	469	130	—	1.581	(809)
Ametista Serviços Digitais Ltda.	1.955	135	404	—	1.686	2.820
Diamante Serviços Digitais Ltda.	5.569	7	2.061	—	3.515	2.820
Coligadas						
Neostore Desenvolvimento de Programas de Computador S.A. ("Neomode")	2.800	2.921	7.664	2.233	(4.176)	(3.665)

13. IMOBILIZADO

As movimentações nos saldos do imobilizado estão descritas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021		Transfe-rências		Incorpora-ções (a)		Saldo em 31/12/2022
	Adições	Baixas	IAS 29	IAS 21	IAS 29	IAS 21	
Pin Pad e POS	—	(271)	7.507	—	—	—	7.236
Equipamentos de informática	129.532	11.477	(4.323)	(23.165)	(14)	—	113.507
Instalações	47.659	4.012	(13)	16.096	(284)	(345)	67.141
Máquinas e aparelhos e equipamentos	24.386	726	(5.818)	—	170	(538)	19.007
Móveis e utensílios	9.541	269	(1.071)	—	2	(22)	8.719
Imobilizado em andamento	2.563	180	—	—	—	—	2.743
Veículos	910	354	(221)	(438)	79	(109)	575
Direito de uso - Imóveis	109.821	6.109	(29.994)	—	—	(522)	85.414
Custo	324.412	23.127	(41.711)	(33)	(1.550)	97	304.342
Pin Pad e POS	—	(2.277)	1.781	(2.860)	—	—	(3.356)
Equipamentos de informática	(73.434)	(10.261)	—	10.735	(4.227)	(8)	(77.195)
Instalações	(25.336)	(5.126)	2	(6.546)	(530)	(16)	(37.552)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.998)	(8.399)	9.420	(1.508)	—	275	(11.210)
Móveis e utensílios	(4.168)	(837)	627	—	—	15	(4.363)
Veículos	(686)	(67)	88	179	—	14	(472)
Direito de uso - Imóveis	(33.233)	(12.795)	5.327	—	—	74	(40.627)
Depreciação acumulada	(147.855)	(39.762)	17.245	—	(4.379)	(24)	(174.775)
Imobilizado de uso	176.557	(16.635)	(24.466)	(33)	(5.929)	73	129.567

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Mercadapp e Plug. Incorporados no exercício 2022 (Nota 4.1 e 4.2).

	Saldo em 31/12/2020		Transfe-rências		Incorpora-ções (a)		Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	IAS 29	IAS 21	IAS 29	IAS 21	
Equipamentos de informática	117.051	18.180	(4.983)	(654)	19	(81)	129.532
Instalações	48.500	594	(1.299)	—	(32)	(104)	47.659
Máquinas e aparelhos e equipamentos	23.830	527	(561)	590	3	(3)	24.386
Móveis e utensílios	9.919						

Continuação... **LINX S/A**

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	IAS 29	IAS 21	Combinação de Negócios	Saldo em 31/12/2021
Software	316.007	17.435	(20)	(78.149)	636	(956)	—	254.953
Licença de uso	255.680	96.293	(48)	78.137	—	—	—	430.062
Ativos de direito de uso - Software								
Custo	1.689.395	118.587	(47.960)	—	636	(956)	689	1.760.391
Relacionamento com o cliente	(102.643)	(20.609)	—	—	—	—	—	(123.252)
Marcas e patentes	(8.323)	(2.954)	—	—	—	—	—	(11.277)
Software	(237.646)	(49.518)	138	—	—	559	—	(286.467)
Licença de uso	(130.835)	(21.588)	—	—	—	—	—	(152.423)
Amortização	(479.447)	(94.669)	138	—	—	559	—	(573.419)
Intangível em uso	1.209.948	23.918	(47.822)	—	636	(397)	689	1.186.972

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia e suas controladas, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31/12/2022, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31/12/2022, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação (as premissas utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.1). Adicionalmente, para a data-base de 31/12/2022, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros devido ao cenário do Covid-19 e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment.

14.1 Teste de redução ao valor recuperável de ativos: Em 31/12/2022 e 2021, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida definida. A Companhia realiza anualmente seu teste obrigatório de recuperabilidade de ativos testando o valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou grupos de UGCs que contêm um ativo e / ou ativos intangíveis de vida útil indefinida. A Companhia e suas controladas são constituídas por duas UGCs, considerando a sinergia das empresas do grupo econômico e se os fluxos de caixa gerados por uma UGC são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados por outras UGCs. A tabela a seguir apresenta uma descrição das UGCs, bem como os saldos de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados a cada UGC no teste de recuperabilidade de ativos de 2022.

UGC	Descrição	Agio alo-cado (em 30/11/2022)	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alo-cado (em 30/11/2022)
Grupo Linx, exceto Pinpag	Inclui as empresas de tecnologia do Grupo Linx que visam oferecer aos seus clientes serviços relacionados à plataforma de tecnologia do Grupo. Esta UGC é composta apenas pela Pinpag, empresa provedora de soluções financeiras em meios eletrônicos de pagamento. Devido à independência das demais empresas do Grupo, o Grupo considera a Pinpag como uma UGC separada.	811.396	39.325
Pinpag		40.089	5.129

Os testes anuais de recuperabilidade de ativos realizados em 30/11/2022 e em 31/12/2021 não resultaram na necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos em nenhuma das UGCs. A partir de 2022, a data-base do teste anual de recuperabilidade de ativos, obrigatório devido à existência de ativo e ativos intangíveis de vida útil indefinida, foi alterada de 31 de dezembro a 30 de novembro. Esta mudança teve como objetivo melhor alinhar a data-base do teste com o cronograma do orçamento financeiro e ciclo de projeções da Companhia e suas controladas e permitir mais tempo para realizar o teste desde a sua data-base até a data de aprovação das demonstrações financeiras da Companhia. Em anos futuros, o cronograma do orçamento financeiro e ciclo de projeções pode ser novamente antecipado, o que pode afetar o cronograma do teste anual obrigatório de recuperabilidade de ativos, para uma data não anterior a 30 de setembro. O valor recuperável das UGCs da Companhia em 30/11/2022 e 31/12/2021 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração da Companhia, cobrindo um período de 5 anos em 2022 e de 10 anos em 2021. As principais premissas consideradas no cálculo do valor em uso foram as seguintes: • Fluxo de caixa livre médio para o patrimônio para o período previsto de 5 anos. • Taxa média de crescimento anual durante o período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado e nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo previsões de inflação de longo prazo. • Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros entre 12,2% e 14,4% (2021 – 10,5%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio de risco país, beta ajustado da indústria e outras variáveis. • Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2021 – 5,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real. Foi realizada uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável de ativos considerando três cenários independentes de deterioração das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, quais sejam: (i) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes dos impostos; (ii) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; e (iii) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos. A análise de sensibilidade não resultaria em perda por redução ao valor recuperável dos ativos em nenhum dos três cenários. **14.2 Desenvolvimento de software:** A atividade da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. No exercício findo em 31/12/2022, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 159.818 (R\$ 143.202 em 31/12/2021) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

15. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Taxa	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de propriedade	10,27%	52.419	89.000
Arrendamento de equipamentos	10,27%	592	659
		53.011	89.659
Passivo circulante		10.341	16.685
Passivo não circulante		42.670	72.974

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Arrendamento de propriedade	Arrendamento de equipamentos	Arrendamento de cloud	Total dos passivos de atividades de financiamento
Saldo em 31/12/2020	89.708	2.535	13.936	106.179
Adição	12.467	—	—	12.467
Baixas	(2.819)	—	—	(2.819)
Pagamentos	(20.504)	(2.122)	(14.230)	(36.856)
Atualização de juros	10.875	246	101	11.222
Variação cambial	(727)	—	193	(534)
Saldo em 31/12/2021	89.000	659	—	89.659
Adição	3.837	—	—	3.837
Baixas	(26.539)	—	—	(26.539)
Pagamentos	(19.676)	(132)	—	(19.808)
Atualização de juros	5.573	65	—	5.638
Variação cambial	224	—	—	224
Saldo em 31/12/2022	52.419	592	—	53.011

Em 31/12/2022, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 2,7 anos (31/12/2021 – 3,2 anos). Os pagamentos futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
2023	16.593	22.320
2024	11.586	15.037
2025	10.640	14.231
2026	10.423	14.109
2027	10.326	14.021
2028	10.326	14.021
2029	656	999
Pagamento de arrendamento	70.550	94.738
Encargos financeiros	(17.539)	(21.764)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	53.011	72.974

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Provisão férias, 13º salário e encargos	40.764	40.965
INSS a recolher	10.034	10.150
Provisão participação lucros e resultados	27.310	15.857
FGTS a pagar	3.600	3.424
Salários a pagar	1.954	1.926
Outros (a)	14.073	10.156
	97.735	82.498
Passivo circulante	94.943	80.796
Passivo não circulante	2.792	1.702

(a) Corresponde substancialmente a provisão de horas extras, dissídio e encargos sociais Napse.

17. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Parcelas não sujeitas à atualização (a)	36.242	19.089
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação cambial	5	18.201
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	1.310	10.271
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	24.303	11.965

Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM

Ajuste a valor presente (b)

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	58.036	39.992
Passivo não circulante	13.814	17.924
(a) Valores referentes as parcelas contratuais fixas mensais e as estimativas dos earn-outs (revisado anualmente) (b) Valores referentes ao AVP sobre as parcelas contratuais fixas mensais e earn-outs O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:		
	71.850	57.916

Período	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
2023	—	7.344
2024	8.099	5.182
2025	5.715	5.398
	13.814	17.924

Do total a pagar em 31/12/2022, R\$ 63.778 é relacionado a consideração contingente (R\$ 56.959 em 31/12/2021). A Companhia e suas controladas esperam liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3 (Nota 25.7). A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	57.789	100.787
Adição por aquisição	50.446	117
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(46.214)	(33.803)
Atualização encargos financeiros/Ajuste a valor presente	1.747	9.125
Contingências (a)	1.512	827
Baixa de Earn-Out (b)	6.570	(19.137)
Saldo final	71.850	57.916

(a) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Companhia e suas controladas tem a pagar com os antigos administradores. (b) Os valores referem-se a Earn-out sobre metas das empresas adquiridas Mercadapp, Millenium, Humanus, Mercadapp, Neemo, Percycle, Setadigital e Pluggto.

18. RECEITA DIFERIDA

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Receita serviços (a)	14.524	21.314
Receita de royalties (b)	3.288	4.184
	17.812	25.498
Passivo circulante	16.143	24.046
Passivo não circulante	1.669	1.452

(a) Refere-se a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviço, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento (b) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (Royalties) decorrentes da adoção inicial do IFRS 15/CPC 47 e movimentações subsequentes

19. IRPJ E CSLL

19.1 Despesa de IRPJ e CSLL

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Imposto corrente			(7.018)	(11.844)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	—	—	—	—
Imposto diferido		(6.923)	(13.631)	(9.485)
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	—	(6.923)	(6.923)	(21.329)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(2.863)	(199.428)	17.611	(185.022)
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota de 34%	973	67.806	(5.988)	62.907
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	388	(48.656)	—	—
Lei nº 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e desenvolvimento)	—	—	7.931	—
Não Constituição de Prejuízo fiscal	(1.361)	(26.073)	—	(56.414)
Outras diferenças líquidas	—	—	(22.592)	(27.822)
Despesa de IRPJ para taxa efetiva	—	(6.923)	(20.649)	(21.329)
Alíquota efetiva	—	3,47%	117%	11,5%
IRPJ e CSLL correntes	—	—	(7.018)	(11.844)
IRPJ e CSLL diferidos	—	(6.923)	(13.631)	(9.485)
IRPJ e CSLL	—	(6.923)	(20.649)	(21.329)

19.2 Tributos diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O IRPJ e a CSLL diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Reconhecido em contrapartida a ágio	Reconhecido em con-trapartida ao resultado	31/12/2022
Prejuízo fiscal / Base Negativa	72.857	—	—	72.857
Diferenças temporárias	29.337	—	(1.563)	12.319
Ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	(177.823)	(12.875)	—	(25.950)
Tributos diferidos, líquidos	(75.629)	(12.875)	(1.563)	(103.698)

(a) Referem-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações, Nodis e Clinicweb cindidos no exercício 2022.

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora 31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Recursos de clientes	—	—	—	15.541
Contas a pagar a adquirentes	—	—	—	289
Antecipações de clientes	26	—	2.567	1.572
Benefício pós emprego	—	—	1.619	1.619
Parcelamento de Impostos e contribuições	—	—	85	187
Outros (a)	26	29	23.004	17.374
Total	52	29	27.275	36.582
Passivo circulante	52	29	21.375	29.594
Passivo não circulante	—	—	5.900	6.988

(a) Corresponde substancialmente a antecipação de clientes e diversos credores da Napse no montante de R\$ 2.938 (R\$ 3.000 em 31/12/2021) e adiantamentos diversos Linx Sistemas no montante R\$ 4.392 (R\$ 6.091 em 31/12/2021).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social: A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000, independentemente de reforma de seu Estatuto Social, mediante deliberação da diretoria. O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A partir de 1º julho de 2021, a Linx S.A. se tornou uma subsidiária integral da STNE Participações S.A. ("STNE"), uma companhia do Grupo StoneCo, em razão da incorporação, pela STNE, da totalidade das ações de emissão da Linx S.A. ("Incorporação"). Em 28/04/2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 137.130 que passará de R\$ 645.447 para R\$ 782.577 mediante a emissão de 137.130.000 novas ações. O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma:

	2022	%	2021	%
Ações em tesouraria:	326.538.960	100%	189.408.960	100%
Reservas legais:	782.577	100%	645.447	100%

STNE Participações S.A.

Capital Social
Ações em tesouraria: No exercício findo em 31/12/2022, o montante das ações em tesouraria é de R\$ 262.167 (R\$ 262.167 em 31/12/2021). **21.2 Reservas de capital:** A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na subscrição de capital (a)	1.120.142	1.222.025
Lucro ou prejuízo na venda de ações em tesouraria	—	(28.158)
Plano de opção de compra de ações (Nota 26)	6.771	22.432
Mudança participação relativa controladas	5.837	—
Gastos com emissão de ações (b)	—	(96.157)
	1.132.750	1.120.142

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital. Em 26/06/2019 com base na oferta global de ações foi verificado o ágio na subscrição de capital de R\$ 682.454. (b) Em conformidade com o Pronunciamento IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas

Continuação... **LINX S/A**

aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31/12/2022, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 24.338 (R\$ 22.491 em 31/12/2021).

Movimentação	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2020	12.562	2.375	13.992	28.929
Adições	5.255	2.264	1.061	8.580
Baixas	(7.785)	(2.520)	(2.169)	(12.474)
Atualização	430	213	—	643
Baixa aquisição	(2.144)	—	(1.043)	(3.187)
Saldo em 31/12/2021	8.318	2.332	11.841	22.491
Adições	11.161	2.833	5	13.999
Baixas	(4.534)	(2.919)	(6.151)	(13.604)
Atualização	294	246	912	1.452
Saldo em 31/12/2022	15.239	2.492	6.607	24.338

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 85.274 em 31/12/2022 (R\$ 71.994 em 31/12/2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base. Quanto à natureza das referidas contingências, o processo de maior valor refere-se à Ação Anulatória de Lançamento Tributário, valor histórico de R\$ 47.898, o qual se refere à Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS sobre operações de locação de equipamentos e espaços de data center, realizadas no período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015, sob o fundamento de que as operações possuíam natureza de serviços de telecomunicação e, portanto, estariam sujeitas à incidência do imposto e multa. Quanto aos outros processos, se tratam, majoritariamente, de processos administrativos federais que avaliam a matéria de compensação tributária. O montante atualizado para este processo no período findo em 31/12/2022 é de R\$ 52.846 (R\$ 49.310 em 31/12/2021) já incluídos na posição de risco possível mencionado acima. As possíveis contingências das empresas adquiridas são garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia e suas controladas possuem valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

23. RECEITA

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

Receita operacional	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita recorrente	1.153.691	996.085
Receita não recorrente	150.524	138.798
(-) Impostos sobre vendas	(136.944)	(119.365)
Cancelamentos e abatimentos	(32.356)	(27.634)
Total	1.134.915	987.884

A Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Tabela abaixo apresenta as informações geográficas conforme requerido pelo IFRS / CPC 22 – informações por segmentos.

Receita líquida	Informações Geográficas	
	31/12/2022	31/12/2021
No Brasil	1.062.984	937.381
No exterior	71.931	50.503
Total	1.134.915	987.884

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
Pessoal	(178.241)	(154.248)		
Depreciação e amortização	(38.095)	(68.905)		
Serviços de terceiros	(68.730)	(66.158)		
Despesa com link	(90.469)	(64.019)		
Viagens e estadias	(2.966)	(1.668)		
Outros	(1.834)	(1.050)		
Total	(380.335)	(356.048)		

25. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis	—	—	(7.371)	(3.863)
Comissões	—	—	(78.256)	(60.942)
Depreciação e amortização	—	—	(81.888)	(84.849)
Manutenção e conservação	—	—	(14.878)	(15.818)
Pessoal	(235)	(1.767)	(366.822)	(361.545)
Propaganda e publicidade	(67)	(67)	(20.585)	(12.835)
Serviços de terceiros	(2.328)	(48.926)	(75.455)	(116.214)
Viagens e estadias	—	—	(8.234)	(2.564)
Despesas com link	—	—	(22.478)	(6.679)
Perdas eventuais	—	—	(3.623)	(31.114)
Despesas com Informática	—	—	(3.741)	(3.233)
Outras receitas	—	—	6.448	2.356
Outros	(119)	(13.425)	(40.824)	(85.606)
Total	(2.749)	(64.185)	(717.707)	(782.906)

26. RESULTADO FINANCEIRO

Função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administrativas e gerais	(2.387)	(53.471)	(287.741)	(356.897)
Pesquisa e desenvolvimento	(322)	(36)	(159.818)	(143.202)
Despesa com vendas	—	(570)	(236.361)	(196.447)
Outras receitas (despesas) operacionais	(40)	(10.108)	(33.787)	(86.360)
Total	(2.749)	(64.185)	(717.707)	(782.906)

27. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre aplicação financeira	616	8.547	18.038	12.870
Variação cambial	11	21	4.402	3.647
Efeito aplicação IAS 29	—	—	1.471	446
Juros Ativos	—	25	3.250	4.056
Desconto obtidos	46	10	2.032	809
Receita antecipação de recebíveis	—	—	54	9.300
Outras receitas	407	15	3.277	2.644
Total	1.080	8.618	32.524	33.772

Despesas financeiras

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial	(15)	(481)	(6.827)	(5.121)
Juros passivos	—	(27)	(2.651)	(12.647)
Desconto concedidos	—	—	(24.254)	(19.541)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	—	—	(69)	(1.118)
Impostos sobre operações financeiras	—	(41)	(1.291)	(5.569)
Efeito de aplicação IAS 29	—	—	(598)	(1.987)
Valor presente líquido	—	—	73	(602)
Outras despesas	(38)	(209)	(14.703)	(21.139)
Total	(53)	(758)	(50.320)	(67.724)

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	7.316	1.003	143.404	49.567
Aplicações financeiras (Nota 7)	—	9.249	48.149	31.940
Contas a receber de clientes (Nota 8)	—	—	262.411	350.830
Total	7.316	10.252	453.964	432.337

27.2 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	90	—	—	90
Outros passivos (Nota 20)	52	—	—	52
Total	142	—	—	142

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **27.3 Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, TLP, IPCA, IGPM, CDI e LIBOR e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade item 25.8. **27.4 Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **27.5 Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. **27.6 Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.316	7.316	1.003	1.003	143.404	143.404	49.567	49.567
Aplicações financeiras (Nota 7)	—	—	9.249	9.249	48.149	48.149	31.940	31.940
Contas a receber de clientes (Nota 8)	—	—	—	262.411	262.411	262.411	350.830	350.830
Outros créditos (Nota 11)	1.404	1.404	577	577	61.615	61.615	106.610	106.610
Total	8.720	8.720	10.829	10.829	515.579	515.579	538.947	538.947

Passivos financeiros
Fornecedores 90 90 908 908 78.156 78.156 67.964 67.964
Contas a pagar estabelecimentos comerciais — — — — 10.688 10.688 134.632 134.632
Arrendamento a pagar (Nota 15) — — — — 53.011 53.011 89.659 89.659
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17) — — — — 71.850 71.850 57.916 57.916
Outros passivos (Nota 20) 52 52 29 29 27.275 27.275 36.582 36.582
Total **142** **142** **937** **937** **240.980** **240.980** **386.753** **386.753**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	877	6.439	875	128
Aplicações financeiras (Nota 7)	—	—	9.249	—
Outros créditos (Nota 11)	—	1.404	—	577
Total	877	7.843	10.124	705

Passivos financeiros
Fornecedores — 90 — 908
Outros passivos (Nota 20) — 52 — 29
Total **—** **142** **—** **937**

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	79.298	64.106	7.601	41.966
Aplicações financeiras (Nota 7)	48.149	—	31.940	—
Contas a receber de clientes (Nota 8)	—	262.411	—	350.830
Outros créditos (Nota 11)	—	61.615	—	106.610
Total	127.447	388.132	39.541	499.406

Passivos financeiros
Fornecedores — 78.156 — 67.964
Contas a pagar estabelecimentos comerciais — 10.688 — 134.632
Arrendamento a pagar (Nota 15) — 53.011 — 89.659
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17) 71.850 — 57.916 —
Outros passivos (Nota 20) — 27.275 — 36.582
Total **71.850** **169.130** **57.916** **328.838**

27.7 Hierarquia de valor justo: O seguinte quadro demonstra a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo em 31/12/2022:

Ativos mensurados a valor justo	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)			Dados observáveis significativos (Nível 2)			Dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Total	ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Total	ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Total	ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)
Aplicações financeiras (Nota 7)	48.149	—	48.149	—	—	—	—	—	—
Passivos mensurados a valor justo	53.011	53.011	—	53.011	53.011	—	—	—	—
Arrendamento a pagar (Nota 15)	53.011	53.011	—	—	—	—	—	—	—
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	71.850	—	—	24.270	—	—	47.580	—	—

Itens mensurados ao valor justo em bases recorrentes – Os passivos da Companhia relacionados a combinações de negócios são mensurados ao valor justo com inputs de nível 3. A Companhia determina o valor justo do earn-out e qualquer alteração subsequente no valor justo aplicando abordagem de desconto baseada em probabilidade ponderada. O valor justo do earn-out é avaliado considerando pagamentos que a Companhia espera realizar com base em observações internas históricas. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31/12/2022 e 2021 para esses ativos. **27.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados a variação da TJLP, TLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam exposta na data base de 31/12/2022, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2022, que foi de 13,65% (9,15% em 31/12/2021) e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	—	Diminuição do CDI	13,65 %	10,24 %	6,83 %
Receita financeira	—		6.572	4.930	3.289

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam exposta na data de 31/12/2022, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, TLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI, SELIC e LIBOR vigentes em 31/12/2022, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2022 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os financiamentos foi 31/12/2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.



Continuação... **LINX S/A**

Operação	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aquisição de empresas		Aumento	689	862	1.033
Taxa sujeita à variação		do IGPM	5,46 %	6,83 %	8,19 %
Aquisição de empresas		Aumento	179	223	268
Taxa sujeita à variação		do CDI	13,65 %	17,06 %	20,48 %
Aquisição de empresas		Aumento	1.405	1.757	2.107
Taxa sujeita à variação		do IPCA	5,78 %	7,23 %	8,67 %

28. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

Em 2021 após aquisição da Linx pela StoneCo houve a constituição do benefício de pagamento baseado em ações, foram outorgadas 114.220 novas UARs com o valor justo médio ponderado de ação R\$ 309,71 e período de aquisição (vesting period) de 5 anos. **a) Unidades de Ações restritas:** O plano de remuneração, emitido em setembro de 2018, possui característica de outorga de Unidades de Ações Restritas ("UARs"). As concessões estão vinculadas a condições de desempenho individual e corporativo e seguem as regras de período de aquisição (vesting period) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas possuem valor justo na data de outorga de R\$ 41,29 a R\$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 1 a 5 anos. Em 2022, foram outorgadas 800.689 novas UARs, com preço médio ponderado de R\$ 44,42. Em 31/12/2022 não havia UARs a serem emitidas para os beneficiários. **b) Unidades de Ações de Desempenho:** Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho ("UADs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga. Em 2022, foram concedidas 280.083 UADs com valor justo médio na data da outorga de R\$ 3,09 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos. O valor justo na data de concessão foi determinado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais da StoneCo e a taxa de câmbio, ambas na data da outorga. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,12% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da StoneCo. Em 31/12/2022 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. As movimentações ocorridas em 2022 e 2021 de UARs, UADs e Opções são apresentadas abaixo:

	UARs	UADs	Total
Saldo em 31/12/2021	114.220	—	114.220
Outorgas	800.689	280.083	1.080.772
Canceladas	(61.066)	—	(61.066)
Saldo em 31/12/2022	853.843	280.083	1.133.926

O efeito acumulado no período findo em 31/12/2022 é de R\$ 8.841 (R\$ 18.615 em 31/12/2021), registrou o saldo acumulado na demonstração do resultado como despesa com salários. No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia registrou o saldo acumulado na reserva de capital de R\$ 29.204 (R\$ 22.432 em 31/12/2021) para a distribuição de pagamento baseado em ações.

29. SEGMENTO OPERACIONAL

	31/12/2022		
	Software	Outros	Consolidado
Receita operacional líquida	1.091.355	43.560	1.134.915
Custo dos serviços prestados	(380.221)	(114)	(380.335)
Lucro bruto	711.134	43.446	754.580
Administrativas e gerais	(258.987)	(28.754)	(287.741)
Pesquisa e desenvolvimento	(159.818)	—	(159.818)
Vendas	(227.161)	(9.200)	(236.361)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.467)	—	(1.467)
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.708)	(79)	(33.787)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	29.993	5.413	35.406
Receitas financeiras	32.277	247	32.524
Despesas financeiras	(49.540)	(780)	(50.320)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	12.730	4.880	17.610
IRPJ e CSLL correntes	(5.697)	(1.321)	(7.018)
IRPJ e CSLL diferidos	(13.631)	—	(13.631)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.598)	3.559	(3.039)

	31/12/2021		
	Software	Outros	Consolidado
Receita operacional líquida	947.825	40.059	987.884
Custo dos serviços prestados	(355.967)	(81)	(356.048)
Lucro bruto	591.858	39.978	631.836
Administrativas e gerais	(330.702)	(26.195)	(356.897)
Pesquisa e desenvolvimento	(143.202)	—	(143.202)
Vendas	(189.851)	(6.596)	(196.447)
Resultado da equivalência patrimonial	—	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais	(86.748)	388	(86.360)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	(158.645)	7.575	(151.070)
Receitas financeiras	33.437	335	33.772
Despesas financeiras	(67.053)	(671)	(67.724)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(192.261)	7.239	(185.022)
IRPJ e CSLL correntes	(7.051)	(4.793)	(11.844)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.485)	—	(9.485)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(208.797)	2.446	(206.351)

DIRETORIA
Silvio José Moraes, Diretor

CONTADOR
Carlos Fornereto - CRC/SP - 266728/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da Linx S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Linx S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo 27 de abril de 2023. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.** **Wanderley Fernandes de Carvalho Neto** Contador CRC-1SP300534/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, **Mensagem da Administração:** A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A., integrante do Grupo StoneCo e sociedade anônima de capital fechado constituída em 18/07/2013 e sua controlada Trampolin Pagamentos S.A. tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Em 01/09/2021, foi aprovada a incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. e em 18/10/2022, foi aprovada a incorporação da PDCA S.A. pela Pagar.me Instituição

de Pagamento S.A. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31/12/2022, os ativos da controladora totalizaram R\$13.550 milhões, apresentando um aumento de 247,6% em relação ao total de ativos em 31/12/2021, no montante de R\$ 3.898 milhões. O aumento ocorreu por conta da incorporação da PDCA S.A., além do acréscimo ocorrido em "Aplicações financeiras", ocasionado pelo aumento na participação da Pagar.me nas cotas do FIDC TAPSO de 1,57% em 31/12/2021 para 32,4% em 31 de dezembro 2022. **Patrimônio líquido:** Em 31/12/2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 88,3 milhões negativo, representando uma diminuição de R\$ 149,0

milhões em relação ao patrimônio líquido em 31/12/2021, no montante de R\$ 60,7 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: • Prejuízo de R\$ 16,1 milhões no exercício de 2022; • Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos, no total de R\$ 141,9 milhões negativo. **Resultado:** No exercício findo em 31/12/2022, o prejuízo totalizou R\$ 16,1 milhões, representando uma diminuição de R\$ 54,8 milhões em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31/12/2021, no montante R\$ 38,7 milhões. A diminuição é explicada por um resultado financeiro substancialmente menor. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		2022	2021	2022	2021									
Ativo circulante		12.728.062	3.783.823	12.729.572	3.784.572									
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.083.764	740.608	1.085.133	741.271	17a	40.000	-	-	-	-	-	-	40.000
Aplicações financeiras	6	5.207.250	154.949	5.207.250	154.949			40.000	-	-	-	-	-	40.000
Ativos financeiros de soluções bancárias	22.5	1.493.082	746.694	1.493.082	746.694	21			1.709	-	-	-	-	1.709
Contas a receber	7	4.835.283	2.135.877	4.835.364	2.135.989							(72.236)	-	(72.236)
Despesas antecipadas	8	75.521	-	75.521	-							-	38.660	38.660
Tributos a recuperar		31.555	5.176	31.615	5.150							-	-	-
Outros créditos		1.607	519	1.607	519							-	-	-
Ativo não circulante		821.758	114.483	820.692	113.930									
Contas a receber	7	95	45	95	45							-	-	-
Outros créditos		8.840	3.641	8.840	3.641							-	-	-
Despesas antecipadas		2.022	-	2.022	-							-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	9	164.589	45.727	164.233	43.273	17c				1.933	-	-	-	(1.933)
Investimentos	10	23.790	24.812	-	-	17e				-	-	-	-	(9.182)
Imobilizado, líquido		573.490	4.298	573.497	4.306	17d						27.545	-	(27.545)
Instalações, móveis e equipamentos de uso		601.615	6.451	601.625	6.461							-	-	-
(-) Depreciação acumulada		(28.125)	(2.153)	(28.128)	(2.155)							-	-	-
Intangível, líquido		48.932	35.960	72.005	62.665							-	-	-
Ativos Intangíveis		69.435	50.367	92.921	77.728							-	-	-
(-) Amortização acumulada		(20.503)	(14.407)	(20.916)	(15.063)							-	-	-
Total do ativo		13.549.820	3.898.306	13.550.264	3.898.502									
Passivo e patrimônio líquido		13.599.394	3.817.649	13.599.838	3.817.845									
Passivo circulante		13.599.394	3.817.649	13.599.838	3.817.845									
Depósitos de clientes bancários	22.5	1.501.030	736.329	1.501.453	736.329									
Contas a pagar a estabelecimentos	13	11.732.149	3.045.959	11.732.149	3.046.112									
Contas a pagar	14	216.036	-	216.036	-									
Fornecedores		89.851	4.099	89.861	4.112									
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		37.775	14.849	37.775	14.849									
Obrigações tributárias	15	13.688	6.848	13.699	6.878									
Adiantamento de clientes		6.873	383	6.873	383									
Dividendos a pagar	17e	-	9.182	-	9.182									
Outros passivos		1.992	-	1.992	-									
Passivo não circulante		38.710	19.982	38.710	19.982									
Contas a pagar a estabelecimentos	13	14.952	-	14.952	-									
Contas a pagar	14	5.762	6.655	5.762	6.655									
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.795	842	3.795	842									
Provisão para contingências	16	4.304	894	4.304	894									
Outros passivos		9.897	11.591	9.897	11.591									
Patrimônio líquido		(88.284)	60.675	(88.284)	60.675									
Capital social		92.276	52.275	92.276	52.275									
AFAC		-	40.000	-	40.000									
Reserva de capital		11.991	2.962	11.991	2.962									
Reserva de lucros		28.475	44.607	28.475	44.607									
Outros resultados abrangentes		(221.026)	(79.169)	(221.026)	(79.169)									
Total do passivo e PL		13.549.820	3.898.306	13.550.264	3.898.502									

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
18	495.769	107.946	576.538	108.963
19.1	(207.798)	(65.571)	(243.401)	(66.311)
	287.971	42.375	336.869	42.652
19.2	(115.577)	(76.040)	(121.423)	(76.488)
19.2	(118.128)	(8.240)	(147.654)	(8.347)
19.2	(22.316)	2.772	(26.514)	2.772
	31.950	(39.133)	41.278	(39.411)
20	893.204	285.799	893.903	285.800
20	(964.719)	(190.147)	(965.070)	(190.149)
	(71.515)	95.652	(71.167)	95.651
	6.528	(86)	-	-
	3.042	(94)	3.042	(98)
	(29.995)	56.339	(26.847)	56.142
9	4.094	(19.710)	4.390	(19.736)
9	9.769	2.031	6.325	2.254
	(16.132)	38.660	(16.132)	38.660

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	(16.132)	38.660	(16.132)	38.660
	(141.857)	(72.236)	(141.857)	(72.236)
	(214.935)	(109.449)	(214.935)	(109.449)
	73.078	37.213	73.078	37.213
	(157.989)	(33.576)	(157.989)	(33.576)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Pagar.me"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18/07/2013, possui sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, conjunto 1.501, 14º andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos"), que detém 99,99% das ações da Companhia, que por sua vez em 31/12/2022 era controlada pela DLP Capital LLC, controlada pela StoneCo Ltd ("Grupo StoneCo"), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. Em atendimento ao artigo 7º da Resolução BCB nº 81/21, de 25/03/2021, a totalidade de ações de emissão da Stone Pagamentos de titularidade da DLP Capital LLC, representativas de aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia, foi conferida pela DLP Capital LLC à Stone Holding Instituições S.A. ("Conferência de Ações"), a qual foi formalizada por meio de AGE da Stone Holding Instituições S.A. realizada em 02/01/2023. Como consequência da Conferência de Ações, a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Stone Pagamentos. A Companhia e sua controlada Trampolin Pagamentos S.A. (conjuntamente, o "Grupo") têm como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. O Grupo também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas do Grupo provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31/12/2022, ocasionado pela marcação a mercado do contas a receber. Desconsiderando esse efeito, o saldo do patrimônio líquido é positivo. A Companhia analisa a situação patrimonial com base nos resultados consolidados do grupo StoneCo Ltd, uma vez que as operações mais relevantes são entre partes relacionadas. Como exemplo pode-se mencionar as operações realizadas com o FIDC TAPSO, o qual compõe o Contas a Pagar da Companhia. Dessa maneira, a Companhia demonstra enquadramento da Lei 14.031. Em 31 de dezembro de 2022, o Contas a receber R\$ 4.835 estavam maiores em 49% em relação ao Contas a pagar R\$ 2.368, mostrando liquidez nas operações. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 27 de abril de 2023. **1.1 Incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A.:** Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 01/09/2021, foi aprovada a incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. pela Pagar.me. A incorporação atende aos interesses das companhias e resultou em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação da estrutura para a prestação de serviço de meios de pagamentos digitais prestados pela Mundipagg e Pagar.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	(16.132)	38.660	(16.132)	38.660
	(190.502)	(8.705)	(183.158)	(8.355)
10/11/12	43.306	1.717	43.307	2.375
9	(9.769)	(2.031)	(6.325)	(2.254)
10	(672)	86	-	-
	(280.742)	(23.388)	(281.146)	(23.388)
16	2.829	804	2.829	804
7	17.611	5.823	17.611	5.823
	27.906	6.575	31.537	6.576
21	9.029	1.709	9.029	1.709
	6.217.933	424.210	6.212.987	438.492
	(2.727.222)	(27.601)	(4.540.110)	(27.713)
	16.713	(188)	16.626	(162)
	71.881	(679)	71.880	(775)
	1.262.425	(560.513)	3.075.748	(560.513)
	8.271.775	1.424.950	8.282.044	1.436.694
	(77.534)	-	(77.534)	-
	16.425	2.841	18.394	2.854
	19.154	9.174	19.154	9.174
	(30.946)	19.026	(36.506)	21.733
	6.490	(85)	6.509	(85)
	(9.182)	-	(9.182)	-
	(419)	(251)	(419)	(251)
	(75.348)	(435)	(85.348)	(435)
	(6.793)	-	(8.785)	-
	(509.347)	(424.756)	(509.347)	(424.756)
	(10.139)	(17.273)	(10.137)	(17.273)

me, com a consequente otimização das interações com o mercado pela Incorporadora e redução de custos operacionais e administradores do grupo StoneCo. Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passaram a ser realizados pela Pagar.me de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional. O patrimônio líquido da empresa incorporada (Mundipagg) em 01/09/2021 está suportado por laudo de avaliação contábil. Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados:

Saldo em 30/09/2021			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	18.199		
Contas a receber clientes	1.850		
Partes relacionadas	216		
Adiantamento	1		
Impostos a recuperar	5.150		
Despesas antecipadas	3		
Outros ativos	33		
Total do ativo circulante	25.452		
Passivo Circulante			
Fornecedores nacionais	25		
Arrendamentos	26		
Obrigações trabalhistas	684		
Obrigações tributárias	5.800		
Outras contas a pagar	1		
Total do passivo circulante	6.536		
Passivo Não circulante			
Partes relacionadas	117		
Total do passivo não circulante	117		
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	6.758		

de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas". 3.2. Conversão em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo, e, também, a sua moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras. 3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. 3.4. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 3.4.1. Ativos financeiros: 3.4.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 3.4.1.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. 3.4.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. 3.4.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida do Grupo no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores e Contas a receber de partes relacionadas. 3.4.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações em instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. O Grupo não possui investimentos classificados nesta categoria. 3.4.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa. 3.4.1.3. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial do Grupo) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigada a restituir. 3.4.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros: O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de credenciadores e Contas a receber de clientes. Contas a receber de credenciadores são considerados ativos contratuais com vencimento de um ano ou menos. 3.4.2. Passivos financeiros: 3.4.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, e Contas a pagar a partes relacionadas. 3.4.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 3.4.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Outros passivos. 3.4.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento

inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, Outros passivos e Contas a pagar a partes relacionadas. 3.4.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado. 3.4.3. Valor justo de instrumentos financeiros: O Grupo mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na hierarquia de valor justo, o Grupo determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 3.4.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.4.5. Instrumentos financeiros derivativos: Ocasionalmente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo "non-deliverable forward", para proteger seus riscos à moeda estrangeira. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo em cada data de fechamento de balanço. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são reconhecidos diretamente no resultado. O Grupo não possui contabilidade de hedge. Em 31/12/2022 e 2021, o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos. 3.5. Arrendamentos: A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseada na substância do contrato na data de início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. 3.5.1. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de fazer pagamentos ao arrendador em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. 3.5.1.1. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remuneração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos, e pagamentos de arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme segue: Vida útil estimada (anos) 1.3 a 2 Direitos de uso são depreciados pelo método linear, pelo período mais curto entre a vida útil estimada do ativo e o prazo remanescente do arrendamento. Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. 3.5.1.2. Passivos de arrendamento: Na data de início da locação, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essencial) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo uma opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos do arrendamento na essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. • Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos, conforme recomendado pelo IASB. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. 3.5.2. Grupo como arrendador: Os arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Em 31/12/2022, o Grupo não possui contratos de arrendamento como arrendador. 3.6. Imobilizado: O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir: Vida útil estimada (anos) 5 Pnpad e POS 5-10 Máquinas, aparelhos e equipamentos 5-10 Equipamentos de informática 5-10 Equipamentos de telefonia, e instalações 2-10 Móveis e utensílios 10 Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. O Grupo também reconhece Pin Pads e POS de clientes que não estejam sendo utilizados nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2022 a vida útil foi revisada e não houve alteração. 3.7. Intangível, exceto ágio: 3.7.1. Softwares e custos de desenvolvimento - reconhecimento inicial: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e aprimoramentos de softwares da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem

após a determinação pela Administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos da folha de pagamento. Esses custos são registrados como intangível ao longo da fase de desenvolvimento. Gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. 3.7.2. Outros ativos intangíveis - reconhecimento inicial: Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de outros intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. 3.7.3. Reconhecimento subsequente: A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31/12/2022, o Grupo possui apenas Marcas e Patentes e ágio como ativos intangíveis com vida útil indefinida. Intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicação que o seu valor contábil não poderá ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de redução ao valor recuperável é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para intangíveis com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício ou quando for identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças de vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são consideradas como mudanças de estimativas contábeis e, portanto, seus efeitos são contabilizados prospectivamente a partir do exercício em que ocorreu a mudança. A amortização de intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo: Vida útil estimada (anos) 5 Softwares Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil, e são reconhecidos no resultado. 3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O Grupo avalia, a cada data-base, se há algum indicio de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indicio, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC"), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável. Para ativos não financeiros, exceto ágio, é efetuada uma avaliação a cada data-base para determinar se existe uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde quando a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda por redução ao valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja contabilizado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação. 3.8.1. Considerações adicionais sobre redução ao valor recuperável do ágio: O ágio compreende o valor das sinergias esperadas e outros benefícios da combinação dos ativos e atividades dos negócios adquiridos com os do Grupo. O ágio é alocado a cada uma das UGCs da adquirente, ou grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O Grupo testa, anualmente, se o ágio sofreu qualquer redução ao valor recuperável, e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil do ágio pode ter se desvalorizado. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. A Nota 9 apresenta uma discussão sobre o modelo e as premissas-chave utilizadas. 3.9. Provisões: Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.10. Despesas antecipadas: Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a licenças pré-pagas de software, determinados serviços de consultoria e prêmios de seguro, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade. 3.11. Impostos: 3.11.1. IRPJ e CSLL: 3.11.1.1. Impostos correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo IRPJ ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela CSLL ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. 3.11.1.2. Impostos diferidos: O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. O IRPJ e CSLL diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado O IRPJ e CSLL diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. 3.11.2. Impostos sobre as vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas. Aliquota - % Transações e outros serviços 0,65% - 1,65% 0,65% Programa de integração social (PIS) (a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a) 3,00% - 7,60% 4,00% Imposto sobre Serviços (ISS) (b) 2,00% - 5,00% - (a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 15) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo por seus serviços prestados. É reconhecido como dedução da receita bruta (Nota 18) contra impostos a recolher, pois o Grupo atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. **3.12.2. Receitas:** **3.12.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferir para o cliente. O Grupo aplica os cinco passos seguintes: (1) identificação dos contratos com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e (5) reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. O Grupo reconhece receita dos seguintes itens: **3.12.1.1. Receita de transações e de outros serviços:** As principais obrigações de desempenho do Grupo são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e refeição, bem como taxas por outros serviços. A promessa do Grupo aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.); como tal, o preço para as transações realizadas é variável. O Grupo aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes, portanto a receita é reconhecida em um momento específico. A receita de transações é reconhecida líquida de taxas retidas pelos credenciadores. O Grupo é um agente na autorização, processamento e liquidação de transações de pagamento, e não assume os riscos e benefícios significativos desses serviços, visto que: • O Grupo facilita a aquisição de informações de pagamento e gestão da relação com o cliente e não é o principal responsável pela autorização, processamento e serviços de liquidação realizados pelas redes de pagamentos e emissores de cartões; • O Grupo não tem liberdade para estabelecer as taxas de avaliação e intercâmbio, que são definidas pelas redes do sistema de pagamentos. O Grupo geralmente tem o direito de aumentar sua taxa de desconto ao cliente para proteger sua comissão líquida; • O Grupo não cobra a taxa de intercâmbio, que é retida pelo emissor do cartão no momento do pagamento ao credenciador, e efetivamente atua como um intermediador entre o credenciador e o lojista; • O Grupo não assume risco de crédito do titular do cartão (ou seja, cliente do cliente). • A operação de aquisição observa um conjunto de salvaguardas que protegem os participantes dos arranjos de pagamento, como é o caso da contribuição de garantias dos participantes, no contexto da materialização de um evento de risco. Os credenciadores são qualificados pelas redes do sistema de pagamentos e são geralmente instituições de pagamento de alta qualidade de crédito. Os recebíveis podem ser considerados como garantidos pelos procedimentos de liquidação impostos pelas bandeiras aos integrantes do sistema. Como tal, a exposição do Grupo ao risco de crédito é geralmente baixa. Outros serviços compreendem principalmente: • Tarifa cobrada de clientes por serviços relacionados a volumes de recebimentos bancários (transferências recebidas em produtos TED, Pix e boleto) e volumes de saques (transferências feitas em produtos como saídas de Pix, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recargas e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação. • Serviços de assinatura para oferta de plataforma de banco digital, vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Os serviços de assinatura do Grupo podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços prestados. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa mensal fixa e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo à medida que o controle é transferido para o cliente, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (sobre o prazo da transação relacionada e do contrato de processamento). **3.12.1.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos do Grupo com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e o Grupo contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com o cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual do Grupo para cada elemento em transações separadas ou custo esperado mais uma margem. Em situações limitadas, o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado numa base anterior, a receita é primeiro atribuída ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual seria atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo. **3.12.2 Receitas financeiras:** Composta principalmente por: • taxa de desconto aplicada sobre os recebíveis antecipados por clientes do Grupo; • juros recebidos pela concessão de crédito aos clientes do Grupo; e • juros gerados por aplicações financeiras. **3.12.3 Custos para obtenção e cumprimento dos contratos:** O Grupo incorre em certos custos para obter e cumprir um contrato que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissão aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida estimada dos clientes. **3.13. Despesas financeiras, líquidas:** As despesas financeiras, líquidas, incluem principalmente custos com cessão de contas a receber a bancos, despesa de juros de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de contingências e ganhos e perdas com variações monetárias e cambiais. **3.14. Benefícios a empregados:** **3.14.1. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **3.14.2. Remuneração com base em ações:** O Grupo possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. **3.14.2.1. Transações líquidas em ações:** O custo de transações líquidas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. O efeito diluidor das opções em aberto é refletido como diluição adicional de ações no cálculo do lucro diluído por ação. **3.14.3. Participação nos lucros e gratificações anuais:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **3.15. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • e caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.16. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. O Grupo identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. O Grupo tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e

contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, o Grupo reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, o Grupo contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, o Grupo considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado. **3.17. Novas normas e alterações de normas e interpretações:** **3.17.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: As alterações aplicam-se a uma "abordagem de custos diretamente relacionados", determinando que os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluem custos incrementais e custos alocados diretamente que se relacionam ao cumprimento do contrato. • IFRS 9 - Instrumentos financeiros - taxas no teste de 10% para o desreconhecimento de passivos financeiros: A alteração esclarece quais taxas uma entidade deve incluir ao avaliar no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. • IFRS 3 - Combinação de negócios: As alterações substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em março de 2018. • IAS 16: A alteração proíbe as entidades de deduzirem o custo do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido pela administração. Em vez disso, a entidade deve reconhecer tais receitas e custos no resultado do período. • IAS 41 - Tributação nas mensurações pelo justo valor: A alteração elimina a exigência de que as entidades excluam das estimativas dos fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurarem o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas. • IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: A alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 por uma sub que se torne adote o IFRS pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.17.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **3.17.2.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações clarificam: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de diferir deve existir no final do período de referência; • Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de diferimento; • Que somente se um derivado embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo analisou a alteração e não espera ter impactos nas demonstrações financeiras consolidadas. **3.17.2.2. Alteração à IAS 12 - Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023. O Grupo aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. O Grupo não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.3. IFRS 17 - contratos de seguro:** Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discriminária. As alterações são efetivas para os períodos de exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023. O Grupo avaliou o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo sobre esta aplicação. **3.17.2.4. Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023. O Grupo não espera ter nenhum impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.5. Emendas ao IFRS 16:** Em setembro de 2022, o IASB emitiu a emenda ao IFRS 16. A alteração clarifica a mensuração subsequente dos passivos de arrendamento relacionados com operação de venda e realocação de imóveis, principalmente para os contratos de locação que os pagamentos são variáveis e não dependem de um índice ou taxa. As alterações são efetivas para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. O Grupo não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.18. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: **3.18.1. Contas a receber de emissores de cartões:** Para Contas a receber de emissores de cartões, o Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a provisão perdas de crédito esperadas. As taxas de provisão são baseadas no rating de crédito interno que considera informações externas, como ratings dados pelas principais agências de rating e fatores prospectivos específicos dos devedores e do ambiente econômico. **3.18.2. Contas a receber de clientes:** Para Contas a receber de clientes, as taxas de provisão utilizadas pelo Grupo são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto - PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas e atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 7. **3.18.3. Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil de ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. O Grupo avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o exercício findo em 31/12/2022. **3.18.4. Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo do instrumento

patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ações outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: - Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e - Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e o rendimento de dividendos esperado. **3.18.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O Grupo avalia, a cada data de divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, se há uma indicação de que um ativo não financeiro possa ter se desvalorizado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio o Grupo testa anualmente a redução ao valor recuperável desses ativos no nível da UGC, além de quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ter se desvalorizado. A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou da UGC testada excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo, menos os custos de venda, é baseado em dados disponíveis de transações de vendas similares, realizadas em condições normais de mercado, para ativos semelhantes ou preços de mercado observáveis menos custos para alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não esteja comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes UGCs, incluindo uma análise de sensibilidade, são divulgadas e explicadas mais detalhadamente na Nota 12. **3.18.6. IRPJ e CSLL diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **3.18.7. Provisões para contingências:** As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda do processo administrativo ou judicial é considerado provável e os valores podem ser mensurados com confiabilidade, com base na natureza, complexidade e histórico dos processos e na opinião de assessores jurídicos internos e externos do Grupo. A mensuração é realizada com base nas melhores informações disponíveis na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As provisões são revertidas, total ou parcialmente, quando as obrigações a elas vinculadas deixam de existir ou os montantes envolvidos são reduzidos. Se o desfecho dos processos resultar na liquidação da obrigação, a provisão é baixada em contrapartida à saída dos recursos utilizados na liquidação. Dadas as incertezas inerentes aos processos, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de caixa. **3.18.8. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **3.18.9. Estimativa da taxa incremental sobre empréstimo em arrendamentos:** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa de incremental sobre empréstimo para mensurar os passivos do arrendamento. Esta taxa representa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante, com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como, por exemplo, para controladas que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma controlada). O Grupo estima a taxa incremental sobre empréstimo usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e é obrigado a fazer certas estimativas específicas relacionadas ao Grupo (como o rating de crédito individual da controlada). **3.18.10. Estimativa de ativos intangíveis, sua vida útil e contraprestação contingente em combinação de negócios:** O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas. Para mais detalhes sobre a aplicação destas técnicas e estimativas nas combinações de negócios consulte a Nota 4. **3.18.11. Expectativa de vida útil dos clientes:** O Grupo estima a expectativa de vida de duas classes diferentes de estabelecimentos comerciais para reconhecer a amortização dos custos de obtenção e cumprimento de contratos com esses estabelecimentos. A estimativa é revista anualmente, e está relacionada com o tempo médio que se espera que os estabelecimentos efetuem transações com o Grupo, através da experiência observada no ciclo de vida dos clientes. **4. Combinação de negócios:** Durante 2021, a Companhia realizou combinação de negócios com a Trampolin. A mensuração da aquisição dessa empresa foi realizada em 2021 com base em avaliações preliminares, e incluída nas demonstrações financeiras consolidadas de 31/12/2021. As avaliações foram concluídas no terceiro trimestre de 2022, e os efeitos resultantes estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31/12/2022. **4.1. Informações financeiras dos negócios adquiridos:** Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado nas transações são apresentados a seguir:

Valores preliminares (conforme apresentado em 31/12/2021)	Valores finais (conforme apresentado em 31/12/2022)	
	Ajustes	
Valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	294	294
Contas a receber	130	130
Imobilizado	9	9
Ativos intangíveis - Software (a)	7.874 (6.414)	1.460
Outros ativos	2	2
Total do ativo	8.309 (6.414)	1.895
IRPJ e CSLL diferidos	2.677 (2.180)	497
Outros passivos	125	125
Total do passivo	2.802 (2.180)	622
Ativos e passivos líquidos (b)	5.507 (4.234)	1.273
Contraprestação transferida	24.993 (1.694)	23.299
Ágio	19.486	2.540
22.026		
(a) A Companhia efetuou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos nas combinações de negócios, identificando Software como ativo intangível adquirido. Os detalhes sobre os métodos e premissas adotadas para a avaliação desses ativos estão descritos na Nota 4.2. (b) Os ativos líquidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foram baseados em avaliações preliminares do valor justo enquanto o Grupo realizava avaliação independente dos ativos intangíveis da Trampolin. A avaliação ainda não estava concluída na data em que as demonstrações financeiras de 2021 foram aprovadas. No terceiro trimestre de 2022 a avaliação foi concluída. 4.2. Ativos intangíveis resultantes das combinações de negócios: As premissas adotadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios estão descritas abaixo:		
Software		Trampolin
Valor		1.460
Método de avaliação		Custo de reposição
Vida útil estimada (a)		5 anos
Taxa de desconto (b)		17,3%
Fonte das informações		Dados históricos
Status de avaliação		Preliminar
a) A vida útil foi estimada com base em benchmarks internos. b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor. 4.3. Contraprestação transferida: A contraprestação transferida na combinação de negócios, mensurada a valor justo, foi a seguinte:		
Valores preliminares (conforme apresentado em 31/12/2021)	Ajustes	Valores finais (conforme apresentado em 31/12/2022)
Contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores	13.402	13.402
Ações da StoneCo a serem emitidas e entregues aos acionistas vendedores	9.897	9.897
Contraprestação contingente (a)	1.694 (1.694)	
Total	24.993 (1.694)	23.299
a) O valor final da contraprestação contingente foi avaliado para a data de aquisição com base em fórmulas predefinidas considerando principalmente o valor da receita e lucratividade que a empresa adquirida terá ao final de 2022 em diferentes cenários esperados.		

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos de renda fixa	676.411	9.149	676.411	9.149
Aplicações financeiras (a)	404.864	696.736	404.864	696.736
Depósitos em bancos nacionais	2.489	34.723	3.858	35.386
	1.083.764	740.608	1.083.133	741.271

(a) As aplicações referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diária e baixo risco, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

6. Aplicações financeiras:

	2022	2021
Cotas FIDC TAPSO	5.207.250	154.949
	5.207.250	154.949

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29/12/2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais.

A movimentação das aplicações financeiras segue abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	154.949	156.769
(+) Aporte	4.730.000	-
(-) Amortização	-	(1.109)
(-) Venda de cotas	-	(24.149)
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC	280.583	23.438
(+) Incorporação PDCA	41.718	-
Saldo final	5.207.250	154.949

O FIDC TAPSO pertence 99,9% ao Grupo StoneCo (99,8% em 31/12/2021), sendo que em 31/12/2022 a Pagar.me detém 32,4% das cotas (1,6% em 31/12/2021), a Stone 37,0% (43,9% em 31/12/2021), a MMLT 5,0% (12,8% em 31 de dezembro 2021), e a StoneCo Ltd 25,5% (39,4% em 31/12/2021). O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil. Apesar da duração do FIDC ser de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

7. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de partes relacionadas (a)	4.119.737	1.812.964	4.119.737	1.812.964
Contas a receber de credenciadores (b)	695.097	318.909	695.097	319.021
Contas a receber de clientes	51.738	17.632	51.819	17.632
Prov. para perdas de crédito esperadas (c)	(31.194)	(13.583)	(31.194)	(13.583)
	4.835.378	2.135.922	4.835.459	2.136.034
Circulante	4.835.283	2.135.877	4.835.364	2.135.989
Não circulante	95	45	95	45

(a) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de partes relacionadas a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31/12/2022, a mudança no valor justo das Contas a receber de partes relacionadas foi de R\$ 203.137 (R\$ 104.659 em 31/12/2021). (b) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de credenciadores a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31/12/2022, a mudança no valor justo das Contas a receber de credenciadores que não são partes relacionadas foi de R\$ 11.798 (R\$ 4.790 em 31/12/2021). (c) A Companhia, além de obedecer a critérios e políticas das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo diretrizes e procedimentos para o processo de credenciamento e manutenção dos estabelecimentos. Para as perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia efetua, basicamente, provisão integral dos recebíveis de gateway e chargeback dos estabelecimentos inadimplentes. A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

	2022	2021
Saldo inicial	(13.583)	(6.244)
Acever incorporação Mundipagg	-	(1.516)
Constituição	(53.141)	(7.482)
Reversão	35.530	1.659
Saldo final	(31.194)	(13.583)

8. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas referem-se principalmente a comissões relacionadas ao custo de obtenção de contratos, no montante de R\$ 76.519 e adiantamentos a terceiros e funcionários, no montante de R\$ 1.024, totalizando um montante de R\$ 77.543, sendo R\$ 75.521 no ativo circulante e R\$ 2.022 no ativo não circulante. **9. IRPJ e CSLL:**

a) Reconciliação do resultado com IRPJ e CSLL:

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(29.995)	56.339
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	10.198	(19.155)
Incentivos fiscais	589	327
Lei de incentivo à cultura e assistência social	2.220	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.445	560
Outras despesas permanentes	13.863	(17.679)
Impostos correntes	4.094	(19.710)
Impostos diferidos	9.769	2.031
IRPJ e CSLL	13.863	(17.679)
Taxa (%) de alíquota efetiva	46%	31%

Lucro antes do IRPJ e da CSLL (26.847) 56.142

Alíquotas vigentes - % 34% 34%

IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes **9.128** **(19.088)**

Incentivos fiscais 589 327

Lei de incentivo à cultura e assistência social 2.220 -

Outras despesas permanentes 1.587 690

IRPJ e CSLL **10.715** **(17.482)**

Impostos correntes 4.390 (19.736)

Impostos diferidos 6.325 2.254

IRPJ e CSLL **10.715** **(17.482)**

Taxa (%) de alíquota efetiva 40% 31%

b) Impostos diferidos:

	2021	2022
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (a)	40.784	73.078
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	29.054	29.054
Diferenças temporárias (b)	7.790	41.517
Total ativo fiscal diferido	48.574	143.649
Reconhecimento de receita FIDC (c)	(1.272)	(23.798)
Passivos tributários diferidos	(1.575)	(989)
Total passivo fiscal diferido	(2.847)	(27.634)
IRPJ e CSLL diferidos (d)	45.727	115.983

(a) O efeito fiscal diferido do ajuste a valor justo de ativos financeiros foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, sem impacto no resultado do exercício. (b) Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias possuem principalmente natureza de provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão com perdas de POS. (c) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de renda e contribuição social diferido de R\$ 36.015 referente a incorporação da PDCA S.A, sem impacto no resultado do exercício. A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2023	55.214
2024	17.652
2025	2.593
2026 até 2027	2.902
Total	78.361

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31/12/2022 é de R\$ 63.706 descontados à taxa média de 15,82%. **10. Investimentos:**

	2022	2021
Combinação de negócios	24.898	(86)
Equivalência patrimonial	(86)	-
Saldo em 31/12/2021	24.812	24.812
Combinação de negócios	(1.694)	-
Equivalência patrimonial	672	-
Saldo em 31/12/2022	23.790	23.790

Em 20/08/2021, a Companhia adquiriu 100% de participação societária na Trampolin

Pagamentos S.A. ("Trampolin"), obtendo o seu controle nesta data. A Trampolin é uma fintech "banking as a service" desenvolvedora de um software que permite que outras empresas ofereçam funcionalidade bancária em seus próprios sistemas e/ou ofereçam aplicativos de carteira digital white label aos seus clientes. O preço de aquisição foi R\$ 23.299, dos quais R\$ 13.402 já foram pagos em caixa aos acionistas vendedores e o restante, R\$ 9.897, será pago a prazo, mediante a entrega de ações da StoneCo Ltd. aos acionistas vendedores.

11. Imobilizado, líquido:

	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido		
Trampolin	1.510	7	444	-	561	3.867	512		
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Incorporação	Saldo em 31/12/2022
Pinpad e POS	1.896	573	(13)	-	2.456	112.332	(12.326)	494.348	596.810
Máquinas, aparelhos e equipamentos	9	-	-	-	9	-	-	13	22
Equipamentos de informática	745	1.669	-	357	2.771	109	-	919	3.799
Móveis e utensílios	7	-	-	35	42	-	-	-	42
Instalações	-	5	-	4	9	-	-	-	9
Imobilizado em andamento próprio	-	1.164	-	-	1.164	-	(231)	-	933
Custo	2.657	3.411	(13)	396	6.451	112.441	(12.557)	495.280	601.615
Pinpad e POS	(414)	(435)	-	-	(849)	(25.705)	165	-	(26.389)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(6)	(1)	-	-	(7)	(2)	-	-	(9)
Equipamentos de informática	(573)	(391)	-	(297)	(1.261)	(427)	-	-	(1.688)
Móveis e utensílios	(4)	(2)	-	(28)	(34)	(3)	-	-	(37)
Instalações	-	-	-	(2)	(2)	-	-	-	(2)
Depreciação acumulada	(997)	(829)	-	(327)	(2.153)	(26.137)	165	-	(28.125)
Imobilizado, líquido	1.660	2.582	(13)	69	4.298	86.304	(12.392)	495.280	573.490

Em 31/12/2022 e 2021, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos. **12. Intangível, líquido:**

	2022	2021
Softwares	43.280	29.338
Intangível próprio em andamento	6.980	916
Marcas e patentes	1	-
Direito de uso	106	9
Custo	50.367	30.263
Softwares	(14.324)	(16.721)
Direito de uso	(83)	(448)
Amortização acumulada	(14.407)	(17.169)
Intangível, líquido	35.960	13.094

Softwares 6.642 27.209

Intangível próprio em andamento 8.580 2.796

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 53 -

Custo **15.276** **30.005**

Softwares (5.478) (852)

Direito de uso (15) (36)

Amortização acumulada **(5.493)** **(888)**

Intangível, líquido **9.783** **29.117**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 19.487 19.487

Softwares 51.154 29.337

Intangível próprio em andamento 6.980 916

Marcas e patentes 1 -

Direito de uso 106 9

Custo **77.728** **30.262**

Softwares (14.980) (16.721)

Direito de uso (83) (448)

Amortização acumulada **(15.063)** **(17.169)**

Intangível, líquido **62.665** **13.093**

Goodwill - aquisição 1

continuação

16. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos civis, como segue:

	Civil
Saldos em 31/12/2020	340
Adições	1.197
Reversões	(392)
Pagamentos	(251)
Saldos em 31/12/2021	894
Adições	4.176
Adições (Incorporação PDCA)	1.000
Reversões	(1.347)
Pagamentos	(419)
Saldos em 31/12/2022	4.304

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	2022	2021
Cíveis	8.734	12.772
Cíveis (Incorporação PDCA)	13.366	-
Trabalhista (Incorporação PDCA)	1.520	-
Total	23.620	12.772

A Companhia é parte em diversas ações judiciais cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. As demandas são relacionadas a (i) análise de risco e retenção de recebíveis, no montante de R\$ 11.928 em 31/12/2022 (R\$ 4.793 em 31/12/2021), (ii) discussão acerca da contestação de transações por meio de cartão de crédito (Chargeback), no montante de R\$ 2.554 em 31/12/2022 (R\$ 1.444 em 31/12/2021) e (iii) ações propostas por não clientes do grupo relacionadas a desacordos comerciais com os estabelecimentos comerciais credenciados no montante de R\$ 3.644 em 31/12/2022 (R\$ 1.728 em 31/12/2021). **17. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social em 31/12/2022 é de R\$ 92.276 (R\$ 52.275 em 31/12/2021) representado por 80.002.500 ações escriturais, sem valor nominal, sendo todas ações ordinárias. As ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia e dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29/06/2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 16/09/2022, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021
Acionistas		
Stone Instituição de		
Pagamento S.A.	Brasil 99,99%	80.002.499 99,99%
DLPPar Participações S.A	Brasil 0,01%	1 0,01%
Total do capital social	100%	80.002.500 100%

b) Reserva de capital: No exercício findo em 31/12/2022, a Pagar.me constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 9.029 (R\$ 1.709 em 2021) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 20). **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. Em 31/12/2022, a Pagar.me não constituiu reserva legal (R\$ 1.933 em 31 de dezembro 2021). **d) Reserva de lucros:** A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Foi absorvido o prejuízo do exercício no total de R\$ (16.132) em 31/12/2022 (R\$ 27.545 em 31/12/2021). **e) Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. Em 31/12/2022, a Pagar.me não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 9.182 em 31/12/2021).

	2022	2021	2022	2021
18. Receita de vendas, líquida:				
Controleadora				
Consolidado				
Serviços de captura, processamento e liquidação de transações – débito e crédito	419.520	90.069	491.367	90.069
Receita de serviços	125.046	37.284	144.801	38.302
Outras receitas	6.518	4.772	6.519	4.771
Impostos sobre vendas de produtos e serviços	(55.315)	(24.179)	(66.149)	(24.179)
Total	495.769	107.946	576.538	108.963

	2022	2021	2022	2021
19. Custos e Despesas:				
19.1. Custos:				
Captura e processamento	(38.887)	(29.588)	(50.151)	(29.667)
Pessoal	(34.201)	-	(31.961)	-
Perdas na operação de cartões	(66.808)	(31.472)	(66.841)	(31.477)
Marketing e vendas	(10.351)	-	(12.880)	-
Depreciação e amortização (Provisão) / Reversão líquida para créditos de liquidação duvidosa	(40.481)	(948)	(64.285)	(1.604)
Outros	(16.983)	(5.080)	(16.983)	(5.080)
Total	(207.798)	(65.571)	(243.401)	(66.311)

	2022	2021	2022	2021
19.2. Despesas:				
Pessoal	(145.484)	(67.886)	(147.849)	(67.897)
Perdas na operação de cartões	(8.179)	-	(11.103)	-
Marketing e vendas	(65.021)	(8.203)	(94.211)	(8.216)
Depreciação e amortização	(2.825)	(769)	(3.225)	(769)
Serviços de terceiros (Provisão) / Reversão líquida para créditos de liquidação duvidosa	(6.759)	(4.391)	(7.872)	(4.714)
Outras despesas administrativas	(11.010)	(4.548)	(12.895)	(4.662)
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.867)	6.548	(23.640)	6.453
Total	(256.021)	(81.508)	(295.591)	(82.063)

	2022	2021	2022	2021
20. Resultado financeiro, líquido:				
Receitas financeiras				
Renda de aplicações em cotas (a)	258.641	21.142	259.035	21.142
Rendimentos de aplicações financeiras	224.199	33.814	224.482	33.814
Ganhos com variações monetárias e cambiais	874	147	875	147
Outras receitas financeiras	89	-	128	-
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	409.401	230.696	409.383	230.697
Total	893.204	285.799	893.903	285.800

	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Perda com variações monetárias e cambiais	(11)	(54)	(11)	(54)
Juros sobre antecipação / cessão de recebíveis (b)	(938.714)	(186.417)	(938.714)	(186.417)
Outras despesas financeiras	(25.994)	(3.676)	(26.345)	(3.678)
Total	(964.719)	(190.147)	(965.070)	(190.149)

Resultado financeiro, líquido (a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 21.942 em 31/12/2022 (R\$ 1.089 em 31/12/2021). (b) Despesa financeira gerada na antecipação de recebíveis parceladas com os credenciadores. **21. Pagamento baseado em ações:** **21.1 Unidades de Ações restritas:** O plano de remuneração, emitido em setembro de 2018, possui característica de outorga de Unidades de Ações Restritas ("UARs") e opções de ações. As concessões estão vinculadas a condições de desempenho individual e corporativo e seguem as regras de período de aquisição (vesting period) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambas na data da outorga. As ações restritas têm valor justo na data de outorga de R\$ 46,27 a R\$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 10 anos. Em 2022, foram outorgadas 390.737 novas UARs, com preço médio de R\$ 51,40. Em 31/12/2022 não havia UARs a serem emitidas para os beneficiários. **21.2 Unidades de Ações de Desempenho:** Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho ("UADs") relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga. Em 2022, foram concedidas 182.231 UADs com valor justo médio na data da outorga de R\$ 2,68 e possuem vencimento ("vesting period") em

tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos. O valor justo na data de concessão foi determinado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais da StoneCo e a taxa de câmbio, ambas na data da outorga. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,34% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 83,30% com base no histórico da StoneCo. Em 31/12/2022 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. As movimentações ocorridas em 2022 e 2021 de UARs, UADs são apresentadas abaixo:

	UARs	PSU	Total
Saldos em 31/12/2020	13.989	-	13.989
Outorgas	28.935	-	28.935
Emitidas	-	-	-
Transferências entre empresas do grupo	166.684	-	166.684
Canceladas	(6.027)	-	(6.027)
Saldos em 31/12/2021	203.581	-	203.581
Outorgas	390.737	182.231	572.968
Emitidas	(29.591)	-	(29.591)
Transferências entre empresas do grupo	509.094	512.355	1.021.449
Canceladas	(30.479)	(8.241)	(38.720)
Saldos em 31/12/2022	1.043.342	686.345	1.729.687

No exercício findo em 31/12/2022, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 11.421 para controladora e R\$ 11.730 para consolidado (R\$ 593 no exercício findo em 31/12/2021). No exercício findo em 31/12/2022, a Pagar.me registrou na reserva de capital o montante de R\$ 9.029 (R\$ 1.709 no exercício findo em 31/12/2021) para a distribuição de remuneração baseada em ações. **22. Instrumentos financeiros:** **22.1. Gestão de riscos:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e gerenciamento de capital. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento da tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparada pela área de gestão integrada de riscos e aprovada pelo Comitê Interno de Riscos. A área de gestão integrada de riscos identifica e avalia tais riscos para que o departamento da tesouraria Global proteja o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento de tesouraria executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Comitê Interno de Riscos estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, gerenciamento de capital, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: (i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pelo departamento de tesouraria da Companhia. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. **Contas a receber:** A Companhia, de acordo com as regras estabelecidas pelos arranjos de pagamento, possui controles para mitigar os riscos de contas a receber de instituições financeiras licenciadas pelos instituidores dos arranjos. Por exigências dos instituidores dos arranjos, são mantidas garantias - cauções ou bancárias - considerando o risco de crédito do emissor, o volume de vendas e o risco residual de inadimplência dos portadores de cartão. Essa exigência é obrigatória para todos os emissores com risco de crédito, e os valores são revisados periodicamente pelos instituidores dos arranjos e pela Companhia. Até o momento, a Companhia não incorreu perdas com recebíveis de credenciadores. (ii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a flutuações de valores de mercado de posição detidas pela Companhia. O departamento da tesouraria gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. **Risco de taxa de juros:** É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descausamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. **Risco cambial:** É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. **Análise de sensibilidade:** O VaR da taxa de juros equivalente para a Pagar.me no dia 31/12/2022 era de R\$ 40.000. Contudo, vale ressaltar que o gerenciamento de riscos de mercado é realizado para o grupo StoneCo, considerando métricas calculadas de forma consolidada para todas as entidades. Deste modo, a exposição a riscos de mercado não é gerida de maneira segregada por entidade. (iii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela equipe de Finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas - das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela equipe de tesouraria, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações financeiras de R\$ 705.885 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	5.207.250	5.207.250	154.949	154.949
Ativos financeiros de soluções bancárias	1.493.082	4.835.378	2.135.922	2.135.922
Contas a receber	4.835.378	4.835.378	4.160	4.160
Outros créditos	10.447	10.447	4.160	4.160
Total	11.546.157	10.053.075	3.041.725	2.295.031
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes bancários	1.501.030	1.501.030	736.329	736.329
Contas a pagar a estabelecimentos	11.747.101	11.237.188	3.045.959	2.949.189
Fornecedores	89.851	89.851	4.099	4.099
Adiantamento de clientes	6.873	6.873	383	383
Dividendos a pagar	-	-	9.182	9.182
Contas a pagar a partes relacionadas	221.798	221.798	6.655	6.655
Outros passivos	11.889	11.889	11.591	11.591
Total	13.578.542	13.068.629	3.814.198	3.717.428

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	5.207.250	5.207.250	154.949	154.949
Ativos financeiros de soluções bancárias	1.493.082	4.835.378	2.135.922	2.135.922
Contas a receber	4.835.378	4.835.378	4.160	4.160
Outros créditos	10.447	10.447	4.160	4.160
Total	11.546.238	10.053.156	3.041.837	2.295.143
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes bancários	1.501.453	1.501.453	736.329	736.329
Contas a pagar a estabelecimentos	11.747.101	11.237.188	3.046.112	2.949.342
Fornecedores	89.861	89.861	4.112	4.112
Adiantamento de clientes	6.873	6.873	383	383
Dividendos a pagar	-	-	9.182	9.182
Contas a pagar a partes relacionadas	221.798	221.798	6.655	6.655
Outros passivos	11.889	11.889	11.591	11.591
Total	13.578.975	13.069.062	3.814.364	3.717.594

(i) Os ativos financeiros de soluções bancárias são mensurados ao valor justo. Os títulos são precificados pelo método de precificação pública da Anbima. **22.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31/12/2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida. **22.5. Ativos financeiros de soluções bancárias e depósitos de clientes bancários:** Os ativos financeiros da solução bancária são depositados pela Companhia em contas de custódia do Banco Central do Brasil ("BACEN") ou em Títulos do Tesouro Nacional, para garantir os depósitos de clientes bancários, conforme exigido para empresas sob regulamentação do BACEN. Em 31/12/2022 o montante era de R\$ 1.493.082 (R\$ 746.694 em 31/12/2021). Em 2021, o BACEN emitiu uma norma em que estabelece que todas as instituições de pagamento devem garantir os depósitos de clientes bancários, mesmo que a instituição ainda não esteja autorizada a funcionar como tal pelo BACEN, que inclui uma de nossas subsidiárias. Em 31/12/2022 o montante era de R\$ 1.501.030 - para controladora e R\$ 1.501.453 para consolidado (R\$ 736.329 de 31/12/2021). **23. Eventos subsequentes:** **23.1. Incorporação Trampolin:** Em 01/04/2023 foi aprovada por meio de AGE, a incorporação da Trampolin Pagamentos S.A. pela Pagar.me Instituição de Pagamentos S.A. conforme laudo de avaliação.

22.2. Instrumentos financeiros por categoria: (i) **Ativos conforme o balanço patrimonial:**

	Custo amortizado	VJR	VJORA	Total
Em 31/12/2022				
Aplicações financeiras	-	5.207.250	-	5.207.250
Ativos financeiros de soluções bancárias	-	1.493.082	-	1.493.082
Contas a receber	21.205	-	4.814.173	4.835.378
Outros créditos	10.447	-	-	10.447
Total	31.652	6.700.332	4.814.173	11.546.157

	Custo amortizado	VJR	VJORA	Total
Em 31/12/2021				
Aplicações financeiras	-	154.949	-	154.949
Ativos financeiros de soluções bancárias	-	746.694	-	746.694
Contas a receber	4.094	-	2.131.828	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/04/2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Caruana S.A. Participações e Empreendimentos																																																																																																																																																																																																																																																	
Relatório da Administração																																																																																																																																																																																																																																																	
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos, para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos (Holding Caruana), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório do Auditor Independente. Cenário: O ano de 2022 se encerrou com diversos indicadores positivos, como PIB e emprego, ainda assim, o exercício de 2023 permanece com grandes incertezas, com empresas e setor financeiro avaliando as primeiras propostas apresentadas pelo novo governo, tentando buscar a direção para tomada de decisão de investimentos. Inflação: O BC elevou suas projeções de inflação para 2023, 2024 e 2025, em 5,96%, 4,02% e 3,8% (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023). Taxa de Juros (Selic): Espera-se queda da taxa SELIC ao longo dos próximos períodos, com início já no segundo semestre de 2023. Para o ano, projeta-se a taxa SELIC movendo-se em direção a patamares menos restritivos, próximos a 12,75%, 10,00% em 2024 e 9,00% em 2025 (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023). Produto Interno Bruto (PIB): O BC elevou sua projeção para o PIB de 2023 para 0,89%. A autoridade monetária destaca que incertezas domésticas e no exterior permanecem elevadas, especialmente para esse exercício, de forma que as projeções de crescimento são mais incertas que o usual. Estima-se crescimento do PIB em 1,50% em 2023 e 1,80% em 2025 (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023). Resultados: No exercício de 2022, a Holding Caruana apresentou lucro líquido no montante de R\$ 6.582 mil (prejuízo de R\$ 4.242 mil, em 31 de dezembro de 2021). O resultado da Sociedade advém do lucro obtido por sua controlada – Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento – fruto de equivalência patrimonial, e de despesas com empréstimos. São Paulo, 28 de abril de 2023. A Administração</p>																																																																																																																																																																																																																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativo</th> <th>Nota Explicativa</th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>Passivo</th> <th>Nota Explicativa</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td>494</td> <td>45</td> <td>Circulante</td> <td></td> <td>5.148</td> <td>4.403</td> </tr> <tr> <td>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</td> <td></td> <td>33</td> <td>2</td> <td>Obrigações por Empréstimos</td> <td></td> <td>4.654</td> <td>4.394</td> </tr> <tr> <td>Carteira própria</td> <td>4 e 5</td> <td>33</td> <td>2</td> <td>Empréstimos no País</td> <td>8</td> <td>2.319</td> <td>2.285</td> </tr> <tr> <td>Outros Créditos</td> <td>6</td> <td>461</td> <td>43</td> <td>Outros</td> <td>3g</td> <td>2.335</td> <td>2.109</td> </tr> <tr> <td>Diversos</td> <td></td> <td>461</td> <td>43</td> <td>Outras Obrigações</td> <td>9</td> <td>494</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Social e estatutária</td> <td></td> <td>52</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Fiscais e Previdenciárias</td> <td></td> <td>31</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Diversas</td> <td></td> <td>111</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td></td> <td>120.910</td> <td>111.819</td> <td>Não Circulante</td> <td></td> <td>25.605</td> <td>23.916</td> </tr> <tr> <td>Investimentos</td> <td>7</td> <td>120.910</td> <td>111.819</td> <td>Obrigações por Empréstimos</td> <td>8</td> <td>25.605</td> <td>23.916</td> </tr> <tr> <td>Participações em controladas</td> <td></td> <td>120.910</td> <td>111.819</td> <td>Empréstimos no País – Outras Instituições</td> <td></td> <td>25.605</td> <td>23.916</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Patrimônio Líquido</td> <td></td> <td>90.651</td> <td>83.545</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Capital</td> <td>12a</td> <td>83.843</td> <td>83.319</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>De domiciliados no País</td> <td></td> <td>83.843</td> <td>83.319</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Reservas de lucros</td> <td></td> <td>6.808</td> <td>226</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo</td> <td></td> <td>121.404</td> <td>111.864</td> <td>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</td> <td></td> <td>121.404</td> <td>111.864</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>							Ativo	Nota Explicativa	2022	2021	Passivo	Nota Explicativa	2022	2021	Circulante		494	45	Circulante		5.148	4.403	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		33	2	Obrigações por Empréstimos		4.654	4.394	Carteira própria	4 e 5	33	2	Empréstimos no País	8	2.319	2.285	Outros Créditos	6	461	43	Outros	3g	2.335	2.109	Diversos		461	43	Outras Obrigações	9	494	9					Social e estatutária		52	–					Fiscais e Previdenciárias		31	–					Diversas		111	9	Não Circulante		120.910	111.819	Não Circulante		25.605	23.916	Investimentos	7	120.910	111.819	Obrigações por Empréstimos	8	25.605	23.916	Participações em controladas		120.910	111.819	Empréstimos no País – Outras Instituições		25.605	23.916					Patrimônio Líquido		90.651	83.545					Capital	12a	83.843	83.319					De domiciliados no País		83.843	83.319					Reservas de lucros		6.808	226	Total do ativo		121.404	111.864	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		121.404	111.864																																																																																																			
Ativo	Nota Explicativa	2022	2021	Passivo	Nota Explicativa	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																										
Circulante		494	45	Circulante		5.148	4.403																																																																																																																																																																																																																																										
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		33	2	Obrigações por Empréstimos		4.654	4.394																																																																																																																																																																																																																																										
Carteira própria	4 e 5	33	2	Empréstimos no País	8	2.319	2.285																																																																																																																																																																																																																																										
Outros Créditos	6	461	43	Outros	3g	2.335	2.109																																																																																																																																																																																																																																										
Diversos		461	43	Outras Obrigações	9	494	9																																																																																																																																																																																																																																										
				Social e estatutária		52	–																																																																																																																																																																																																																																										
				Fiscais e Previdenciárias		31	–																																																																																																																																																																																																																																										
				Diversas		111	9																																																																																																																																																																																																																																										
Não Circulante		120.910	111.819	Não Circulante		25.605	23.916																																																																																																																																																																																																																																										
Investimentos	7	120.910	111.819	Obrigações por Empréstimos	8	25.605	23.916																																																																																																																																																																																																																																										
Participações em controladas		120.910	111.819	Empréstimos no País – Outras Instituições		25.605	23.916																																																																																																																																																																																																																																										
				Patrimônio Líquido		90.651	83.545																																																																																																																																																																																																																																										
				Capital	12a	83.843	83.319																																																																																																																																																																																																																																										
				De domiciliados no País		83.843	83.319																																																																																																																																																																																																																																										
				Reservas de lucros		6.808	226																																																																																																																																																																																																																																										
Total do ativo		121.404	111.864	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		121.404	111.864																																																																																																																																																																																																																																										
<p>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</p> <p>1. Contexto Operacional – Os objetivos estratégicos estabelecidos pela Administração e por seu Estatuto Social compreendem a participação como sócia ou acionista, única e exclusivamente, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Atualmente, a Caruana S.A. Participação e Empreendimento (“Sociedade”) detém participação de 99,63% na Caruana S.A. Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento. Devido à sua natureza de empresa-holding financeira, seus resultados são compostos, principalmente por equivalência patrimonial originária da participação nas empresas controladas.</p> <p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – Em virtude da atuação exclusiva da Sociedade em atividades de holding financeira, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Sociedade, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R2) – Estrutura Contábil para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivas Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e o) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – Resolução CMN 4.924/21. Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de janeiro de 2022: Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021 – Plano de contas. A Resolução BCB nº 92/2021 dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Sociedade efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo. • Conversão de taxas. A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com Resolução BCP nº 120/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de utilização da taxa de câmbio à vista (“taxa referencial”) diferente da informada pelo BACEN, (PTAX) para a conversão de transações e demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. A Sociedade não adotou tal opção. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros: Resolução CMN 4.966/21, de 25 de novembro de 2021 – Instrumentos Financeiros. A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) Classificação e Mensuração; (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contratual e (iv) Reconhecimento de juros para instrumento financeiro ativo em atraso. O Plano de Implementação, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, foi divulgado pela controlada Caruana S.A. Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. • Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022. Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Além disso, conforme determina a Resolução CMN nº 4.924/21 (vigente a partir de 1º de janeiro de 2022), as Instituições Financeiras devem observar no reconhecimento, mensuração e evidência contábeis, os pronunciamentos técnicos CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de abril de 2023.</p> <p>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério <i>pro-rata</i> dia para as de natureza financeira. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação: Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. • Títulos disponíveis para venda: Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. • Títulos mantidos até o vencimento: São os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 5. d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por <i>impairment</i>. e) Investimentos: Representam participações acionárias em controladas, atualizado pelo método de equivalência patrimonial. f) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%. g) Empréstimos e outras obrigações: Os empréstimos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base mensal. Em 31 de dezembro de 2022, a “Sociedade” tem obrigações a pagar a Transportadora Turística Suzano com vencimento em 19 de julho de 2023 o montante de R\$ 2.335 (R\$ 2.109 em 2021). Outras obrigações representam os dividendos a pagar aos acionistas em razão do lucro apurado no exercício e/ou exercícios anteriores. h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões e passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. i) Lucro (prejuízo) por ação: O lucro líquido por lote de mil ações em 2022 foi de R\$ 169,8398, (prejuízo por lote de mil ações de R\$ 110,1576 em 2021). Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). 4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)</td> <td>32</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco</td> <td>1</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>33</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Refere-se a aplicação de Letra de Câmbio com a Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, onde a taxa média utilizada é 99% do CDI e com liquidez imediata, sendo usada para a gestão de caixa do dia a dia da Sociedade.</p> <p>5. Títulos e Valores Mobiliários – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários estavam assim representados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Até 12 meses</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Títulos para negociação</td> <td></td> <td>Total</td> <td>Total</td> </tr> <tr> <td>Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)</td> <td>32</td> <td>32</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>33</td> <td>33</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Refere-se à aplicação de Letra de Câmbio com a Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, onde a taxa média utilizada é 99% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a renda com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3 (R\$ 2 em 2021).</p> <p>6. Outros Créditos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ/CSLL saldo negativo (i)</td> <td>461</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>461</td> <td>43</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Valor a ser compensado no exercício de 2023</p> <p>7. Investimentos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>BUSPAY S.A.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Patrimônio Líquido</td> <td>(8)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do Exercício</td> <td>(104)</td> </tr> <tr> <td>Percentual de Participação</td> <td>50,00%</td> </tr> <tr> <td>Resultado de Equivalência Patrimonial</td> <td>(106)</td> </tr> <tr> <td>Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Patrimônio Líquido</td> <td>121.359</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do Exercício</td> <td>9.664</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre Capital Próprio</td> <td>(3.600)</td> </tr> <tr> <td>Percentual de Participação</td> <td>99,63%</td> </tr> <tr> <td>Resultado de Equivalência Patrimonial</td> <td>9.628</td> </tr> <tr> <td>Valor do Investimento Baseado por Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022</td> <td>120.909</td> </tr> </tbody> </table>								2022	2021	Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	32	2	Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco	1	–	Total	33	2		Até 12 meses	2022	2021	Títulos para negociação		Total	Total	Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	32	32	2	Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco	1	1	–	Total	33	33	2	Descrição	2022	2021	IRPJ/CSLL saldo negativo (i)	461	43	Total	461	43	31/12/2022	BUSPAY S.A.	Patrimônio Líquido	(8)	Prejuízo do Exercício	(104)	Percentual de Participação	50,00%	Resultado de Equivalência Patrimonial	(106)	Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	–	31/12/2022	Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Patrimônio Líquido	121.359	Lucro líquido do Exercício	9.664	Juros sobre Capital Próprio	(3.600)	Percentual de Participação	99,63%	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.628	Valor do Investimento Baseado por Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	120.909																																																																																																																																																																								
	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																															
Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	32	2																																																																																																																																																																																																																																															
Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco	1	–																																																																																																																																																																																																																																															
Total	33	2																																																																																																																																																																																																																																															
	Até 12 meses	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																														
Títulos para negociação		Total	Total																																																																																																																																																																																																																																														
Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	32	32	2																																																																																																																																																																																																																																														
Certificado de Depósito Bancário – CDB Bradesco	1	1	–																																																																																																																																																																																																																																														
Total	33	33	2																																																																																																																																																																																																																																														
Descrição	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																															
IRPJ/CSLL saldo negativo (i)	461	43																																																																																																																																																																																																																																															
Total	461	43																																																																																																																																																																																																																																															
31/12/2022	BUSPAY S.A.																																																																																																																																																																																																																																																
Patrimônio Líquido	(8)																																																																																																																																																																																																																																																
Prejuízo do Exercício	(104)																																																																																																																																																																																																																																																
Percentual de Participação	50,00%																																																																																																																																																																																																																																																
Resultado de Equivalência Patrimonial	(106)																																																																																																																																																																																																																																																
Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	–																																																																																																																																																																																																																																																
31/12/2022	Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento																																																																																																																																																																																																																																																
Patrimônio Líquido	121.359																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro líquido do Exercício	9.664																																																																																																																																																																																																																																																
Juros sobre Capital Próprio	(3.600)																																																																																																																																																																																																																																																
Percentual de Participação	99,63%																																																																																																																																																																																																																																																
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.628																																																																																																																																																																																																																																																
Valor do Investimento Baseado por Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	120.909																																																																																																																																																																																																																																																
<p>Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas da Intermediação Financeira</td> <td>5</td> <td>3</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Resultado de operações com títulos e valores mobiliários</td> <td></td> <td>3</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Despesas da Intermediação Financeira</td> <td></td> <td>(2.369)</td> <td>(2.740)</td> </tr> <tr> <td>Operações de empréstimos e repasses</td> <td>8</td> <td>(2.369)</td> <td>(2.619)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas de empréstimos e repasses</td> <td></td> <td>–</td> <td>(121)</td> </tr> <tr> <td>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</td> <td></td> <td>(2.366)</td> <td>(2.738)</td> </tr> <tr> <td>Outras Receitas/Despesas Operacionais</td> <td></td> <td>9.120</td> <td>(1.504)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas administrativas</td> <td></td> <td>61</td> <td>(74)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas operacionais</td> <td></td> <td>(332)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado de participações em controladas</td> <td>7</td> <td>9.513</td> <td>(1.430)</td> </tr> <tr> <td>Resultado Operacional</td> <td></td> <td>6.754</td> <td>(4.242)</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro/(Prejuízo) e Participações</td> <td></td> <td>6.754</td> <td>(4.242)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>11</td> <td>(172)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão para imposto de renda</td> <td></td> <td>(120)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Provisão para contribuição social</td> <td></td> <td>(52)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</td> <td></td> <td>6.582</td> <td>(4.242)</td> </tr> <tr> <td>Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações R\$</td> <td>2i</td> <td>169,8398</td> <td>(110,1576)</td> </tr> <tr> <td>Número de Ações – Média Ponderada</td> <td></td> <td>38.754.168</td> <td>38.512.614</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <p>Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</td> <td>6.582 (4.242)</td> </tr> <tr> <td>Outros resultados abrangentes</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado Abrangente Total</td> <td>6.582 (4.242)</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <p>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Capital Social</th> <th>Reservas de Lucros</th> <th>Prejuízo/Lucro Acumulado</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>83.319</td> <td>2.051</td> <td>2.417</td> <td>– 87.787</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(4.242)</td> <td>(4.242)</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(1.825)</td> <td>(2.417)</td> <td>4.242</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>83.319</td> <td>226</td> <td>–</td> <td>83.545</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>524</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>524</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>6.582</td> <td>6.582</td> </tr> <tr> <td>Destinações:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>–</td> <td>329</td> <td>(329)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Reserva especial de lucros</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(6.253)</td> <td>(6.253)</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2022</td> <td>83.843</td> <td>555</td> <td>6.253</td> <td>90.651</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <p>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxos de caixa das atividades operacionais</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo líquido ajustado do exercício</td> <td></td> <td>(562)</td> <td>(72)</td> </tr> <tr> <td>Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício</td> <td></td> <td>6.582 (4.242)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre empréstimos</td> <td>8</td> <td>2.369 2.740</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado em participações em coligadas e controladas</td> <td>7</td> <td>(9.513)</td> <td>1.430</td> </tr> <tr> <td>Varição de ativos e passivos</td> <td></td> <td>605</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td>(Aumento) em outros créditos</td> <td></td> <td>–</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td>Aumento em outras obrigações</td> <td></td> <td>605</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais</td> <td></td> <td>43</td> <td>(73)</td> </tr> <tr> <td>Fluxos de caixa das atividades de investimento</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversão de Investimento em Controlada</td> <td></td> <td>–</td> <td>49</td> </tr> <tr> <td>Perda de Capital em Controlada</td> <td></td> <td>(116)</td> <td>49</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas atividades de investimento</td> <td></td> <td>(116)</td> <td>98</td> </tr> <tr> <td>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos pagos</td> <td></td> <td>(420)</td> <td>(4.097)</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos captados</td> <td></td> <td>–</td> <td>4.150</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>12a</td> <td>524</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</td> <td></td> <td>104</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td>31</td> <td>78</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</td> <td>4 e 5</td> <td>2</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</td> <td>4 e 5</td> <td>33</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td>31</td> <td>78</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>								Nota Explicativa	2022	2021	Receitas da Intermediação Financeira	5	3	2	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3	2	Despesas da Intermediação Financeira		(2.369)	(2.740)	Operações de empréstimos e repasses	8	(2.369)	(2.619)	Outras despesas de empréstimos e repasses		–	(121)	Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(2.366)	(2.738)	Outras Receitas/Despesas Operacionais		9.120	(1.504)	Outras despesas administrativas		61	(74)	Outras despesas operacionais		(332)	–	Resultado de participações em controladas	7	9.513	(1.430)	Resultado Operacional		6.754	(4.242)	Resultado antes da Tributação sobre o Lucro/(Prejuízo) e Participações		6.754	(4.242)	Imposto de renda e contribuição social	11	(172)	–	Provisão para imposto de renda		(120)	–	Provisão para contribuição social		(52)	–	Lucro/(Prejuízo) do Exercício		6.582	(4.242)	Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações R\$	2i	169,8398	(110,1576)	Número de Ações – Média Ponderada		38.754.168	38.512.614		Exercício	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	6.582 (4.242)	Outros resultados abrangentes	–	Resultado Abrangente Total	6.582 (4.242)		Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízo/Lucro Acumulado	Total	Saldos em 31/12/2020	83.319	2.051	2.417	– 87.787	Prejuízo do exercício	–	–	(4.242)	(4.242)	Reserva legal	(1.825)	(2.417)	4.242	–	Saldos em 31/12/2021	83.319	226	–	83.545	Aumento de capital	524	–	–	524	Lucro líquido do exercício	–	–	6.582	6.582	Destinações:					Reserva legal	–	329	(329)	–	Reserva especial de lucros	–	–	(6.253)	(6.253)	Saldos em 31/12/2022	83.843	555	6.253	90.651		Nota Explicativa	2022	2021	Fluxos de caixa das atividades operacionais				Prejuízo líquido ajustado do exercício		(562)	(72)	Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício		6.582 (4.242)	–	Juros sobre empréstimos	8	2.369 2.740	–	Resultado em participações em coligadas e controladas	7	(9.513)	1.430	Varição de ativos e passivos		605	(1)	(Aumento) em outros créditos		–	(1)	Aumento em outras obrigações		605	–	Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		43	(73)	Fluxos de caixa das atividades de investimento				Reversão de Investimento em Controlada		–	49	Perda de Capital em Controlada		(116)	49	Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas atividades de investimento		(116)	98	Fluxos de caixa das atividades de financiamento				Empréstimos pagos		(420)	(4.097)	Empréstimos captados		–	4.150	Aumento de capital	12a	524	–	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		104	53	Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		31	78	Caixa e equivalentes de caixa				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4 e 5	2	80	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4 e 5	33	2	Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		31	78
	Nota Explicativa	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																														
Receitas da Intermediação Financeira	5	3	2																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3	2																																																																																																																																																																																																																																														
Despesas da Intermediação Financeira		(2.369)	(2.740)																																																																																																																																																																																																																																														
Operações de empréstimos e repasses	8	(2.369)	(2.619)																																																																																																																																																																																																																																														
Outras despesas de empréstimos e repasses		–	(121)																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(2.366)	(2.738)																																																																																																																																																																																																																																														
Outras Receitas/Despesas Operacionais		9.120	(1.504)																																																																																																																																																																																																																																														
Outras despesas administrativas		61	(74)																																																																																																																																																																																																																																														
Outras despesas operacionais		(332)	–																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado de participações em controladas	7	9.513	(1.430)																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado Operacional		6.754	(4.242)																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro/(Prejuízo) e Participações		6.754	(4.242)																																																																																																																																																																																																																																														
Imposto de renda e contribuição social	11	(172)	–																																																																																																																																																																																																																																														
Provisão para imposto de renda		(120)	–																																																																																																																																																																																																																																														
Provisão para contribuição social		(52)	–																																																																																																																																																																																																																																														
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		6.582	(4.242)																																																																																																																																																																																																																																														
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações R\$	2i	169,8398	(110,1576)																																																																																																																																																																																																																																														
Número de Ações – Média Ponderada		38.754.168	38.512.614																																																																																																																																																																																																																																														
	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	6.582 (4.242)																																																																																																																																																																																																																																																
Outros resultados abrangentes	–																																																																																																																																																																																																																																																
Resultado Abrangente Total	6.582 (4.242)																																																																																																																																																																																																																																																
	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízo/Lucro Acumulado	Total																																																																																																																																																																																																																																													
Saldos em 31/12/2020	83.319	2.051	2.417	– 87.787																																																																																																																																																																																																																																													
Prejuízo do exercício	–	–	(4.242)	(4.242)																																																																																																																																																																																																																																													
Reserva legal	(1.825)	(2.417)	4.242	–																																																																																																																																																																																																																																													
Saldos em 31/12/2021	83.319	226	–	83.545																																																																																																																																																																																																																																													
Aumento de capital	524	–	–	524																																																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido do exercício	–	–	6.582	6.582																																																																																																																																																																																																																																													
Destinações:																																																																																																																																																																																																																																																	
Reserva legal	–	329	(329)	–																																																																																																																																																																																																																																													
Reserva especial de lucros	–	–	(6.253)	(6.253)																																																																																																																																																																																																																																													
Saldos em 31/12/2022	83.843	555	6.253	90.651																																																																																																																																																																																																																																													
	Nota Explicativa	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																														
Fluxos de caixa das atividades operacionais																																																																																																																																																																																																																																																	
Prejuízo líquido ajustado do exercício		(562)	(72)																																																																																																																																																																																																																																														
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício		6.582 (4.242)	–																																																																																																																																																																																																																																														
Juros sobre empréstimos	8	2.369 2.740	–																																																																																																																																																																																																																																														
Resultado em participações em coligadas e controladas	7	(9.513)	1.430																																																																																																																																																																																																																																														
Varição de ativos e passivos		605	(1)																																																																																																																																																																																																																																														
(Aumento) em outros créditos		–	(1)																																																																																																																																																																																																																																														
Aumento em outras obrigações		605	–																																																																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		43	(73)																																																																																																																																																																																																																																														
Fluxos de caixa das atividades de investimento																																																																																																																																																																																																																																																	
Reversão de Investimento em Controlada		–	49																																																																																																																																																																																																																																														
Perda de Capital em Controlada		(116)	49																																																																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas atividades de investimento		(116)	98																																																																																																																																																																																																																																														
Fluxos de caixa das atividades de financiamento																																																																																																																																																																																																																																																	
Empréstimos pagos		(420)	(4.097)																																																																																																																																																																																																																																														
Empréstimos captados		–	4.150																																																																																																																																																																																																																																														
Aumento de capital	12a	524	–																																																																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		104	53																																																																																																																																																																																																																																														
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		31	78																																																																																																																																																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4 e 5	2	80																																																																																																																																																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4 e 5	33	2																																																																																																																																																																																																																																														
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		31	78																																																																																																																																																																																																																																														
<p>31/12/2022 – (i)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Patrimônio Líquido</td> <td>112.234</td> <td>111.819</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do Exercício</td> <td>(1.443)</td> <td>(4.242)</td> </tr> <tr> <td>Percentual de Participação</td> <td>99,63%</td> <td>99,63%</td> </tr> <tr> <td>Resultado de Equivalência Patrimonial</td> <td>(1.438)</td> <td>(1.438)</td> </tr> <tr> <td>Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022</td> <td>111.819</td> <td>111.819</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) No exercício de 2022 constituiu-se a sociedade por ações, BUSRENTAL S.A., com sede na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402, Vila Guarani, CEP 04311-900, Cidade de São Paulo-SP, a qual tem por objeto principal as seguintes atividades: a) realizar, para fins de locação a terceiros a aquisição de veículos 100% elétricos com baterias, do tipo destinado a transportes de passageiros, seja para trânsito urbano ou rodoviário, de fabricação nacional ou estrangeira. b) efetuar a compra, venda e aluguel desses veículos, de baterias elétricas, equipamentos para carga e recarga das baterias e demais suplementos e equipamentos correlatos. c) praticar as demais atividades inerentes às sociedades que promovem exclusivamente a atividade de locação de bens móveis, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, ainda, prestar serviços como a de instalação e manutenção desses bens móveis. d) participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior. Declarou que, em conformidade com o Boletim de Subscrição, assinado por todos os subscritores das ações representativas da totalidade do Capital Social da nova companhia, sendo este de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) de Ações Ordinárias Nominativas, das quais a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos subscreveu 9.900 (nove mil e novecentas) Ações Ordinárias Nominativas, equivalentes a 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Conforme Lei nº 6.404 de 1976 (alterada pela Lei 11.638 de 2007), não é requerida apresentação</p>								2022	2021	Patrimônio Líquido	112.234	111.819	Prejuízo do Exercício	(1.443)	(4.242)	Percentual de Participação	99,63%	99,63%	Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.438)	(1.438)	Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	111.819	111.819																																																																																																																																																																																																																									
	2022	2021																																																																																																																																																																																																																																															
Patrimônio Líquido	112.234	111.819																																																																																																																																																																																																																																															
Prejuízo do Exercício	(1.443)	(4.242)																																																																																																																																																																																																																																															
Percentual de Participação	99,63%	99,63%																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.438)	(1.438)																																																																																																																																																																																																																																															
Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022	111.819	111.819																																																																																																																																																																																																																																															



... continuação

Caruana S.A. Participações e Empreendimentos

de demonstrações financeiras consolidadas para as companhias que não sejam de capital aberto e o BACEN, até o momento, não aprovou o pronunciamento CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

8. Transações com Partes Relacionadas – As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado.

	2022		2021	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Empréstimos no País	(27.924)	(2.369)	(26.201)	(2.619)
Contrato de mútuo com a Soma Participações S.A. (i)	(25.605)	(2.189)	(23.916)	(2.434)
Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (ii)	(2.319)	(180)	(2.285)	(185)
Aplicações Financeiras	<u>32</u>	<u>2</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (iii) – nota 5	32	2	–	–

(i) As obrigações por empréstimos no País referem-se à contrato de mútuo às operações da Sociedade junto a Soma Participações S.A., CNPJ: 09.347.706/0001-07, remunerado por taxas (IPCA), conforme contrato de mútuo firmado entre Caruana S/A Participações e Empreendimento e Soma Participações S/A. Em 04 de março de 2020, o contrato entre as partes contém o prazo de 5 anos a contar a partir de 04 de março de 2020.

(ii) Contrato de operação de giro com Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento CNPJ: 09.313.766/0001-09 com vencimento em 14 de julho de 2023. (iii) Refere-se a aplicação de Letra de Câmbio com a Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, onde a taxa média utilizada é 99% do CDI.

9. Outras obrigações – a) Diversas

	2022	2021
Social e estatutária	52	–
Fiscal e previdenciária	331	–
Diversas	111	9
Total	<u>494</u>	<u>9</u>

10. Ativos e passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **b) Provisões e Passivos Contingentes – processos classificados como perdas prováveis, possíveis e obrigações legais:** Não há demandas judiciais contra a Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022	2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.754	(2.745)
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	2.015	(933)
Efeito do IRPJ e CSLL	1.827	933
Participações em coligadas e controladas	(1.769)	(23)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (i)	(74)	956
Despesa de IRPJ e Contribuição Social	<u>172</u>	<u>–</u>

(i) Refere-se a compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores

12. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Na Assembleia Extraordinária, realizada em 19 de julho de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 524 através de moeda corrente nacional alterando o capital social para R\$ 83.843 (R\$ 83.319 em 2021), representando por 38.754.168 ações ordinárias nominativas. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituído reserva legal no montante de R\$ 329 (R\$ 0 em 2021). **c) Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve distribuição de dividendos. **d) Juros Sobre Capital Próprio:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve distribuição de Juros sobre Capital Próprio. **e) Reserva Estatutária:** A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital.

13. Eventos subsequentes – Foi autorizado pelo Banco Central do Brasil em 24 de março de 2023 o aumento de capital no montante de R\$ 3.060 na Caruana S/A Crédito, Financiamento e Investimento através de JSCP, alterando o Capital Social para R\$ 126.439 conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022.

A Administração
David da Silva Teodoro
Contador CRC-SP 324105/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Apresentação das demonstrações financeiras:** Chamamos a atenção para a Nota nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que a Sociedade elabora e apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, apesar de não ser uma instituição financeira. Tal fato é decorrente da Sociedade ter 99,63% de participação societária somente em instituição financeira. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de abril de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu **Victor Vinicius Zanetin Zavagli**
Auditores Independentes Ltda. Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 289692/O-4 **Deloitte.**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Auto Defesa Brasil Tecnologia e Monitoramento de Sistemas Eletrônicos S/A									
CNPJ/MF nº 30.609.644/0001-42									
Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em Reais)						
	2021	2020	Capital subscrito	Reserva de capital	Resultados acumulados	Adiantamento para futuros aumentos de capital	Total		
Caixas e equivalentes	13.920.410	12.686.964	300.000	60.000	(0)	-	360.000		
Clientes	1.028.226	352.087	-	-	(2.351.234)	-	(2.351.234)		
Adiantamentos a fornecedores	82.741	1.396.119	-	-	(13.071.276)	-	(13.071.276)		
Adiantamentos a funcionários	20.682	17.154	-	-	16.450.990	-	16.450.990		
Impostos a recuperar	34.270	170.681	300.000	60.000	1.028.480	-	1.388.480		
Despesas antecipadas	7.692	-	-	-	368.336	-	368.336		
Outros créditos	121.632	385.150	-	-	(904.918)	-	(904.918)		
Ativo circulante	15.215.653	15.008.154	-	-	(10.000.000)	-	(10.000.000)		
Impostos a recuperar	415.893	-	-	-	-	58.226	58.226		
Contas a receber partes relacionadas	18.091.654	2.231.774	-	-	-	-	-		
Dividendos a receber	6.953.897	5.804.355	-	-	-	-	-		
Depósitos judiciais	15.300	315.904	-	-	-	-	-		
Antecipação dividendos	5.379.833	-	-	-	-	-	-		
Participações societárias	30.856.576	8.460.865	-	-	-	-	-		
Imobilizado	15.318.525	4.777.312	-	-	-	-	-		
Intangível	78.943.478	48.571.117	-	-	-	-	-		
Intangível	5.984.153	4.111.864	-	-	-	-	-		
Ativo não circulante	131.102.732	65.921.158	-	-	-	-	-		
Ativo	146.318.385	80.929.313	-	-	-	-	-		
Empréstimos e financiamentos	33.640.496	20.262.062	-	-	-	-	-		
Fornecedores	10.946.633	2.828.275	-	-	-	-	-		
Salários e ordenados a pagar	207.344	161.948	-	-	-	-	-		
Impostos, taxas e contribuições	4.218.541	2.403.900	-	-	-	-	-		
Provisões férias	462.569	458.114	-	-	-	-	-		
Outros débitos	102.479	117	-	-	-	-	-		
Passivo circulante	49.578.062	26.118.276	-	-	-	-	-		
Empréstimos e financiamentos	50.930.109	53.422.316	-	-	-	-	-		
Contas a pagar partes relacionadas	17.612.809	241	-	-	-	-	-		
Passivo não circulante	68.542.918	53.422.557	-	-	-	-	-		
Capital social	300.000	300.000	-	-	-	-	-		
Reserva de lucros	118.226	60.000	-	-	-	-	-		
Resultado acumulado	(9.508.102)	1.028.480	-	-	-	-	-		
Resultado do exercício	37.287.281	-	-	-	-	-	-		
Patrimônio líquido	28.197.405	1.388.480	-	-	-	-	-		
Passivo e patrimônio líquido	146.318.385	80.929.313	-	-	-	-	-		
Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em Reais)									
	2021	2020							
Resultado líquido do período	37.287.281	16.450.989							
Resultado líquido do período	37.287.281	16.450.989							
Outros resultados abrangentes	-	-							
Outros resultados abrangentes, líquido de IR e CSLL	-	-							
Resultado abrangente total	37.287.281	16.450.989							
Nelson Santini Neto – Presidente									
Marco Aurélio Dias Miranda – Contador CRC 1SP 178.135/0-0									

Auto Defesa Brasil Tecnologia e Monitoramento de Sistemas Eletrônicos S/A									
CNPJ/MF nº 30.609.644/0001-42									
Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021						
	2022	2021	Capital subscrito	Reserva de capital	Resultados acumulados	Adiantamento para futuros aumentos de capital	Total		
Caixas e equivalentes	7.330.905	13.920.410	300.000	60.000	(0)	-	360.000		
Clientes	8.334.625	1.028.226	-	-	(2.351.234)	-	(2.351.234)		
Adiantamentos a fornecedores	1.003.495	82.741	-	-	(13.071.276)	-	(13.071.276)		
Adiantamentos a funcionários	30.197	20.682	-	-	16.450.990	-	16.450.990		
Impostos a recuperar	1.837.215	34.270	300.000	60.000	1.028.480	-	1.388.480		
Estoques	2.815.106	-	-	-	368.336	-	368.336		
Despesas antecipadas	4.839	7.692	-	-	(904.918)	-	(904.918)		
Outros créditos	-	121.632	-	-	(10.000.000)	-	(10.000.000)		
Ativo circulante	21.356.380	15.215.653	-	-	-	-	-		
Impostos a recuperar	-	415.893	-	-	-	58.226	58.226		
Ativo fiscal diferido	373.046	-	-	-	-	-	-		
Contas a receber partes relacionadas	3.364.415	18.091.654	-	-	-	-	-		
Dividendos a receber	5.291.081	6.953.897	-	-	-	-	-		
Depósitos judiciais	15.300	315.904	-	-	-	-	-		
Antecipação dividendos	11.165.038	5.379.833	-	-	-	-	-		
Participações societárias	20.208.880	30.856.576	-	-	-	-	-		
Imobilizado	52.192	15.318.525	-	-	-	-	-		
Intangível	67.347.542	78.943.478	-	-	-	-	-		
Intangível	7.166.910	5.984.153	-	-	-	-	-		
Ativo não circulante	94.775.523	131.102.732	-	-	-	-	-		
Total do Ativo	116.131.904	146.318.385	-	-	-	-	-		
Empréstimos e financiamentos	30.899.863	20.262.062	-	-	-	-	-		
Fornecedores	2.644.361	2.828.275	-	-	-	-	-		
Salários e ordenados a pagar	297.044	161.948	-	-	-	-	-		
Impostos, taxas e contribuições	3.593.276	2.403.900	-	-	-	-	-		
Provisões férias	600.847	458.114	-	-	-	-	-		
Provisões administrativas	1.087.826	117	-	-	-	-	-		
Outros débitos	204.692	102.479	-	-	-	-	-		
Passivo circulante	39.327.911	49.578.062	-	-	-	-	-		
Empréstimos e financiamentos	20.220.722	50.930.109	-	-	-	-	-		
Contas a pagar partes relacionadas	4.404.852	17.612.809	-	-	-	-	-		
Capital social	300.000	300.000	-	-	-	-	-		
Reserva de lucros	-	118.226	-	-	-	-	-		
Adiantamento futuro aumento de capital	14.999.400	-	-	-	-	-	-		
Reserva de lucros	118.226	-	-	-	-	-	-		
Resultado acumulado	5.068.694	(9.508.102)	-	-	-	-	-		
Resultado do exercício	31.145.865	37.287.281	-	-	-	-	-		
Patrimônio líquido	51.632.185	28.197.405	-	-	-	-	-		
Participação – Controladores	116.131.903	146.318.385	-	-	-	-	-		
Participação – Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-		
Total do Passivo e patrimônio líquido	116.131.903	146.318.385	-	-	-	-	-		
Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)									
	2022	2021							
Resultado líquido do período	37.287.281	16.450.989							
Outros resultados abrangentes	-	-							
Outros resultados abrangentes, líquido de IR e CSLL	-	-							
Resultado abrangente total	37.287.281	16.450.989							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)									
	2022	2021							
Resultado líquido do período	37.287.281	16.450.989							
Depreciação e amortização	24.992.114	16.386.026							
Caixa de incorporação da Globalização	-	58.226							
Provisão impostos diferidos	173.187	-							
Ajuste de exercícios anteriores	2.711.865	(536.528)							
Resultado de equivalência patrimonial	(2.831)	(18.710.183)							
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e despesas	59.020.202	34.484.768							
Redução/(aumento) nas contas a receber e demais contas a receber	2.412.899	(14.472.053)							
Clientes	(7.306.399)	(676.139)							
Adiantamentos a fornecedores	(920.754)	1.313.378							
Adiantamentos a funcionários	(9.514)	(3.529)							
Impostos a recuperar	(1.387.053)	88.854							
Estoques	(2.815.106)	-							
Despesas antecipadas	2.854	(7.692)							
Depósitos judiciais	-	300.604							
Contas a receber partes relacionadas	14.727.238	(15.859.879)							
Outros créditos	121.632	372.351							
Aumento/(redução) nas provisões e outras contas a pagar	(20.717.475)	27.693.919							
Fornecedores	(8.302.272)	8.118.357							
Salários e ordenados a pagar	89.700	45.396							
Impostos, taxas e contribuições	(625.265)	1.814.641							
Adiantamento de clientes	-	(3.860)							
Provisões de férias	138.279	4.455							
Contas a pagar partes relacionadas	(13.207.956)	17.612.567							
Provisões	1.087.826	-							
Outros débitos	102.213	102.362							
Geração de caixa das atividades operacionais	40.715.625	47.706.635							
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-							
Fluxo de caixa das atividades operacionais	40.715.625	47.706.635							
Antecipação dividendos	(5.785.206)	(5.379.833)							
Dividendos a receber	1.662.816	(1.149.542)							
Recebimento lucros/dividendos	15.269.165	-							
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(14.578.934)	(40.830.042)							
Valor alienação de ativo imobilizado e intangível	-	-							
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(3.432.159)	(47.359.417)							
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	14.999.400	-							
Distribuição de lucros/resultados	(25.422.353)	(10.000.000)							
Empréstimos e financiamentos	(33.450.020)	10.886.228							
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(43.872.973)	886.228							
Aumento/(redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(6.589.506)	1.233.445							
Caixa e equivalentes de caixa:									
No início do exercício	13.920.410	12.686.964							
No final do exercício	7.330.905	13.920.410							
Nelson Santini Neto – Presidente									
Marco Aurélio Dias Miranda – Contador CRC 1SP 178.135/0-0									

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/j/19%3ameeting_NWYxNzh0TUM2VmMCO0Y2RmlThkNDYtZmY0YTU5YUxNzAy%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22f0b54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia **05/05/2023**, às **13h**, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **ordem do dia: Em sede de AGO: (1)** as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; **(2)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e **(3)** a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE: (4)** a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo **72 horas** de antecedência à data de realização da Assembleia: **(a)** documento de identidade; **(b)** atos societários que comprovem a representação legal; e **(c)** instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato ou estatuto social; **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(a)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(b)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(c)** indicação dos documentos que devem acompanhar para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e **(d)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim: **(a)** comunicar o recebimento do boletim de voto à distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou **(b)** informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévvia, que deverá ser realizada em até 2 horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévvia, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do § 8º do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, não serão computados os votos proferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia, São Paulo, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração.** (27, 28 e 29/04/23)

Opty Pernambuco Paraíba Holding S.A.

CNPJ nº 37.488.089/0001-97 - NIRE 35.300.551.923

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/j/19%3ameeting_NjBiZGRjNzgtNjlkNCO0MTRjWlZDk0GVhZTE3NTYtNDQ0%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22f0b54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da **Opty Pernambuco Paraíba Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia **05/05/2023**, às **15:15 horas**, em 1ª convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1)** as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; **(2)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e **(3)** a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE: (4)** a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo **2 dias úteis** de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(i)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(ii)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(iii)** indicação dos documentos que devem acompanhar para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e **(iv)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, São Paulo/SP, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração.** (27, 28 e 29/04/23)

Saúde do Brasil Holding S.A.

CNPJ nº 22.932.773/0001-49 - NIRE 35.300.480.210

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/j/19%3ameeting_YIMiNGZDAtYmMwMS00M21z1WExMzItZDk0TUM2VmMGE%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22f0b54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da **Saúde do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia **05/05/2023**, às **13:45 horas**, em 1ª convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1)** as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; **(2)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e **(3)** a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE: (4)** a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo **2 dias úteis** de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(i)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(ii)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(iii)** indicação dos documentos que devem acompanhar para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e **(iv)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, São Paulo/SP, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração.** (27, 28 e 29/04/23)

Tergos S.A.

C.N.P.J. nº 21.389.427/0001-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária da Tergos S.A.

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujos parâmetros de acesso poderão ser solicitados perante a administração da companhia, para deliberar-se a respeito da seguinte Ordem do Dia: Exame, discussão e aprovação das contas, do relatório de atividades e do balanço patrimonial do ano findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de abril de 2023. **A Diretoria.** (28, 29/04 e 03/05/2023)

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 21.455.477/0001-31

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária da Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas e 30 minutos, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujos parâmetros de acesso poderão ser solicitados perante a administração da companhia, para deliberar-se a respeito da seguinte Ordem do Dia: Exame, discussão e aprovação das contas, do relatório de atividades e do balanço patrimonial do ano findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de abril de 2023. **A Diretoria.** (28, 29/04 e 03/05/2023)

Otrorino do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 42.516.464/0001-03 - NIRE 3530057191-6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/j/19%3ameeting_MZY3MGu3WYIYkYvY00NGRlThkNDYtZmY0YTU5YUxNzAy%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22f0b54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da **Otrorino do Brasil S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia **05/05/2023**, às **14:30 horas**, em 1ª convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1)** as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; **(2)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e **(3)** a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE: (4)** a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo **2 dias úteis** de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(i)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(ii)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(iii)** indicação dos documentos que devem acompanhar para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e **(iv)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, São Paulo/SP, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração.** (27, 28 e 29/04/23)

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.262.440/0001-88

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Retificação

Na publicação das Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inseridas neste jornal na edição de 28 de março de 2023, na versão Digital, constou a seguinte incorreção. Nas Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, no item 1. Contexto Operacional, constou de forma incorreta o endereço da Sociedade, assim sendo, **onde se lê: "1. Contexto Operacional - A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Tabapuá, 888, conjunto 18 Itaim Bibi, na cidade de São Paulo-SP." O correto é: "1. Contexto Operacional - A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - compl. 6º andar, conj. 601, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo-SP."**

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Leverage Companhia Securitizadora

CNPJ/MF nº 48.415.978/0001-40

Relatório da Administração

São Paulo, 28 de abril de 2023. Aos acionistas da **Leverage Companhia Securitizadora**: Senhores Acionistas, A Administração da **Leverage Companhia Securitizadora**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo 31 de dezembro de 2022. Em atendimento a instrução nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Mazars Auditores Independentes Sociedade Simples foi contratada pela Companhia, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022. Atenciosamente, **Leverage Companhia Securitizadora** A Diretoria

Declaração dos Diretores: Os diretores declaram que: a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			Demonstração dos Resultados – Período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)					
Ativo	Nota	31/12/2022	Período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022	Nota	31 de dezembro de 2022	Saldo em 26 de outubro de 2022	Nota	Capital social realizado	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Circulante											
Caixas e equivalentes de caixa	5	1.000						10.000	(10.000)	-	-
Imobilizado	6	5.219					8	-	-	(4.686)	(4.686)
Total do ativo		6.219						10.000	1.000	-	1.000
Passivo e patrimônio líquido								10.000	(9.000)	(4.686)	(3.686)
Circulante											
Contas a pagar	7	9.905						-	-	-	-
Patrimônio líquido											
Capital social subscrito	9	10.000									
Capital social a integralizar	9	(9.000)									
Prejuízos acumulados		(4.686)									
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.219									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras – Período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Leverage Companhia Securitizadora (“Companhia”), constituída em 26 de outubro de 2022, tem como objeto social: (i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, Debêntures, Notas Comerciais, títulos de crédito em geral, Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis (“CR”), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior; (iii) a realização de negócios e prestação de serviços relacionados às operações e securitização e créditos supracitados; (iv) a gestão e administração dos Créditos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos; (v) a aquisição e alienação de títulos representativos dos Créditos em Créditos; (vi) A emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos Créditos; (vii) A prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos; (viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos; (ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por eles emitidos; (x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures, notas comerciais; (xi) a participação em outras sociedades. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Autorização:** A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023. **2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, incluem somente os saldos relativos à Leverage Companhia Securitizadora. **Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativas e julgamentos** – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas

vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Ajustamento do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando: (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e (ii) É provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a Companhia. Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Ativo circulante:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **3.5. Passivos:** Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisões. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; e (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240.000, e a provisão para Contribuição Social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. **3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do encerramento do trimestre. **3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver alguma evidência de “impairment” para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e aos Administradores da **Leverage Companhia Securitizadora S.A.** – São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Leverage Companhia Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

Leandro Issaka – Diretor
Sergio Venditti – Contador CRC 1SP 124.501/0-7

Opinião: O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Barueri, 28 de abril de 2023
Mazars Auditores Independentes – CRC 2 SP 023.701/0-8
Douglas Oliveira – Sócio Contador CRC 1SP 191.325/0-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Clir Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 16.833.685/0001-97

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	2022	2021	2022	2021	
Ativo					Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	10.526.666	8.668.925			Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	33.569	323.454			Fornecedores
Contas a receber	10.493.098	8.324.736			Obrigações trabalhistas e tributárias
Créditos diversos	-	1.652			Contas a pagar
Tributos a recuperar	-	19.083			Passivo não circulante
Ativo não circulante	83.120.436	83.138.986			Partes relacionadas
Depósitos judiciais	26.480	24.091			Obrigações com investidores – SCP
Partes relacionadas	-	21.920			Patrimônio líquido
Despesas antecipadas	90.850	81.150			Capital social
Propriedade para investimento	82.951.089	82.951.089			Reserva legal
Imobilizado	52.017	60.735			Reserva de lucros
Total do ativo	93.647.102	91.807.911			Total do passivo e patrimônio líquido
					93.647.102
					91.807.911

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	2022	2021	2022	2021	
Receita com locação de imóveis	34.677.261	32.074.454			Resultado operacional
(-) Descontos concedidos	(1.157.671)	(726.881)			27.419.124
(-) Tributos incidentes	(1.090.889)	(1.061.234)			Despesas financeiras
Receita líquida	32.428.700	30.286.339			Receitas financeiras
Despesas operacionais					(73.266)
Despesas administrativas e gerais	(3.053.249)	(1.548.019)			(=) Resultado antes do imposto de
Despesas tributárias	(2.004.741)	(122.188)			renda e da contribuição social
Resultado de equivalência patrimonial	-	-			27.345.858
Outras receitas e despesas	48.414	96.934			Imposto de Renda e Contribuição Social
					(3.228.450)
					24.117.408
					25.552.224

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	84.171.825	2.341.899	175.464	-	86.689.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.552.224	25.552.224
Constituição de reserva legal	-	1.277.611	-	(1.277.611)	-
Distribuição de lucros	-	-	66.988	(24.207.624)	(24.207.624)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	(66.988)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.171.825	3.619.510	242.452	-	88.033.787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.117.408	24.117.408
Constituição de reserva legal	-	1.205.870	-	(1.205.870)	-
Distribuição de lucros	-	-	56.089	(22.967.627)	(22.967.627)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	96.089	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.171.825	4.825.380	186.363	-	89.183.568

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas “galpões” do “Centro Logístico Imigrantes”, situado na Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Paulo/SP. **2. Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.

Claudio Kluger – Diretor Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/0-7

Dorris SP Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.909.302/0001-66

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Ativo					Passivo e patrimônio líquido
Circulante					Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	37	163	5.825	7.915	Fornecedores
Contas e aluguéis a receber	-	-	1.265	1.448	Empréstimos e financiamentos CP
Impostos a recuperar	295	272	364	326	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias
Outros créditos CP	684	687	724	745	Outras contas a pagar CP
Total do ativo circulante	1.015	1.121	8.177	10.434	Total do passivo circulante
Não circulante					1.364
Outros créditos LP	-	-	1.113	1.094	Não circulante
Investimentos	76.920	72.874	-	-	Empréstimos e financiamentos LP
Propriedades para investimento	-	-	67.126	61.320	Outras contas a pagar LP
Intangível	(4.729)	(4.729)	15	25	Total do passivo não circulante
Total do ativo não circulante	72.191	68.145	68.254	62.439	18.438
Total do ativo	73.206	69.266	76.431	72.873	18.438
					19.568
					18.872
					21.142

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Receita líquida de vendas e serviços					
Despesas receitas operacionais					
Gerais e administrativas	11.724	7.348	1.191	(2.329)	
Tributárias	(64)	(37)	(2.104)	(1.413)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(0)	(56)	(77)	
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	11.781	7.385	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	-	3.351	(119)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	11.724	7.348	13.510	9.243	
Resultado financeiro	(2.188)	(2.824)	(2.336)	(3.499)	
Despesas financeiras	(2.225)	(2.835)	(3.148)	(3.810)	
Receitas financeiras	37	11	812	310	
Resultado operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	9.536	4.524	11.174	5.744	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.638)	(1.219)	
Correntes	-	-	(1.638)	(1.219)	
Diferidos	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	9.536	4.524	9.536	4.524	
Quantidade de ações	-	-	142.866	142.866	
Resultado por ação – R\$	-	-	0,07	0,03	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. Contexto Operacional – A empresa tem como atividade preponderante participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, quotista ou acionista podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. **2. Principais Práticas Contábeis** – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado. • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está apresentado a seguir: **Utilização de estimativas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram efetuadas com base no julgamento da Administração sobre as informações disponíveis para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos incluídos nas demonstrações financeiras relacionados com estimativas abrangem definição de vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis e propriedades para investimento e de sua recuperação nas operações, provisão para riscos e outras que possam ser aplicáveis aos demais ativos e passivos existentes nas datas dos balanços. Os resultados a serem apurados no momento da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. 2.3. Bases de consolidação e investimento em controladas: Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidência de uma perda do ativo transferido.

2.4. Instrumentos financeiros ativos: Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria empréstimos. **Empréstimos e recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Sociedade na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Sociedade considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.5. Contas e aluguéis a receber: Registrados e mantidos nos balanços pelos valores nominais e títulos representativos desses créditos. Quando aplicável, são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para fazer face ao risco de realização, sempre que há evidências de que uma perda será reconhecida. 2.6. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. 2.7. Propriedades para investimento: São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. 2.8. Intangível: Deságio: O deságio é representado pela diferença negativa entre o custo de aquisição e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os investimentos na controlada Cinco V Brasil S.A. inclui deságio na aquisição, sem amortização ou redução a valor de realização (“impairment”). 2.9. Investimentos: O investimento em controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade. De acordo com esse método, a participação da Sociedade nos resultados da controlada é reconhecida como resultado de equivalência patrimonial. 2.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados pelo lucro real, sendo calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. 2.11. Passivos financeiros: Mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva. 2.12. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: Constituída, quando aplicável, com base na avaliação de risco de perda provável sobre as ações em processo e eventos subsequentes, embasada em relatórios preparados pelos assessores jurídicos da Sociedade e outras evidências consideradas pela



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Grandpar Intermediação de Negócios e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 01.625.297/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

Balanco Patrimonial Consolidado			Fluxo de Caixa Indireto Consolidado		
Ativo Circulante	2022	2021	Passivo Circulante	2022	2021
Disponível	27	1	Coligadas	327	13.793
Coligadas	2.262	970		327	13.793
	2.289	971	Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante	67.896	69.836	Investimentos Controladas e Coligadas	374	290
Investimentos	67.896	69.836		374	290
Total do Ativo	70.185	70.807			
Demonstração do Resultado			Patrimônio Líquido		
Receita Operacional Líquida	2022	2021	Capital social	2022	2021
Margem Bruta			36.980	36.980	
Despesas Administrativas	(14)	(10)	Reservas	4.352	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	41.844	45.221	Lucros/Prejuízos acumulados	15.392	(25.467)
Despesas Totais	41.830	45.210	Distribuição De Lucro	(29.070)	-
Margem Ebitda	41.830	45.210	Lucros/Prejuízos do exercício	41.830	45.210
Resultado Financeiro	-	-		69.484	56.724
Lucro Líquido Antes do IR e CS	41.830	45.210	Total do Passivo	70.185	70.807
Lucro Líquido do Período	41.830	45.210			

Victor Hara – Diretor
Claudio de Souza Almeida – Contador CRC: 1SP 313.288/0-0

Sarfaty Empreendimentos S.A.
CNPJ/MF nº 71.930.663/0001-53

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais)

Balanco Patrimonial Consolidado			Fluxo de Caixa Indireto Consolidado		
Ativo Circulante	2022	2021	Passivo Circulante	2022	2021
Disponível	212	78	Fornecedores	97	56
Aplicações Financeiras	6.073	5.192	Adiantamentos de Clientes	-	-
Contas a receber	43	-	Floor Plan à Pagar	-	-
Estoques Veiculos Novos	-	-	Empréstimos e Financiamentos	10.850	-
Estoques Veiculos Usados	-	-	Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-
Estoques Peças	-	-	Impostos à Pagar	314	42
Estoque Imóvel	-	-	Outras Contas à pagar	-	-
Impostos à Compensar	76	22	Coligadas	400	400
Adiantamentos e Outros Créditos	3.372	2		11.662	498
Coligadas	-	-			
	9.776	5.293	Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Empréstimos com Sócios	-	13.663
Depósitos Judiciais	-	-	Empréstimos e Financiamentos	40.352	-
Investimentos	41.646	34.344		40.352	13.663
Imobilizado	10.377	3.170			
Intangível	-	-	Patrimônio Líquido		
	52.022	37.513	Capital social	4.350	4.350
Total do Ativo	61.798	42.806	Reservas	870	-
			Lucros/Prejuízos acumulados	23.424	(582)
Demonstração do Resultado			Distribuição de Lucro	(34.511)	-
			Lucros/Prejuízos do exercício	15.649	24.876
				9.784	28.645
			Total do Passivo	61.798	42.806
			Despesas Totais	16.936	21.423
			Margem Ebitda	17.360	25.148
			Depreciação e Amortização	(46)	(164)
			Receitas Financeiras	1.948	183
			Juros Financeiros	(3.018)	(3)
			Resultado Financeiro	(1.070)	181
			Lucro Líquido Antes do IR e CS	16.244	25.165
			IR e CS	(595)	(289)
			Lucro Líquido do Período	15.649	24.876

Karen Hara Sarfaty – Sócia
Claudio de Souza Almeida
Contador – CRC 1SP 313.288/0-0

Trevisto Global Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 42.145.286/0001-43 – NIRE 35.237.262.150

Ata de Reunião de Sócios realizada em 28 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da **Trevisto Global Investimentos Imobiliários Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 10º andar, sala 7, parte, CEP 04.538-132 ("Sociedade").

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), por estar presente a única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, a saber: **Trevisto Global Investments Ltd.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, com sede em Marcy Building, 2nd Floor, Purcell State, P.O. Box 2416, Road Town, Tortola, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 47.920.603/0001-75, neste ato representada por seu procurador, o Sr. **Alvaro de Moura**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.944.042 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 023.233.488-92, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Leporace, nº 543, Brooklin Paulista, CEP 04.619-032.

3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Alvaro de Moura**, que convidou o Sr. **Paulo Henrique Signori Pinese** para secretariá-los.

4. Ordem do Dia: A única sócia deliberou a respeito dos seguintes assuntos: (i) a consignação da integralização de parte do capital social da Sociedade; (ii) a redução do capital social da Sociedade, por julgar-se excessivo nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, no montante de R\$ 2.937.382,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais), mediante o cancelamento de 2.937.382 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e duas) quotas da Sociedade; e (iii) a autorização aos administradores da Sociedade para praticar quaisquer atos necessários à implementação das matérias acima indicadas.

5. Deliberações: Analisadas as matérias constantes da ordem do dia, a única sócia da Sociedade deliberou o quanto segue: 5.1. Registrar que a ata que se refere a presente reunião será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos; 5.2. Consignar que, até presente data, a única sócia já integralizou R\$ 3.215.846,00 (três milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e quarenta e seis reais) do aumento de capital social, correspondente a 3.215.846 (três milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e quarenta e seis) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, mediante o aproveitamento do saldo dos contratos de câmbio nºs 320790671 e 320478246, nos valores de R\$ 2.147.840,00 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais) e R\$ 1.068.006,00 (um milhão, sessenta e oito mil e seis reais), respectivamente, contratados junto ao BEXS Banco de Câmbio S.A. e liquidados em 29 de setembro de 2022, restando ainda pendente de integralização o valor de R\$ 2.784.154,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais); 5.2. Aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.937.382,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais), passando dos atuais R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para R\$ 3.062.618,00 (três milhões, sessenta e duas mil, seiscentos e dezoito reais), mediante o cancelamento de 2.937.382 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e duas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o cancelamento de R\$ 2.937.382,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e duas) quotas, com valor nominal total de R\$ 2.937.382,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e duas) quotas, no valor nominal total de R\$ 2.937.382,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e duas) quotas, são quotas não integralizadas, e (iii) 153.228 (cento e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e oito) quotas, no valor nominal de R\$ 153.228,00 (cento e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e oito reais), são quotas integralizadas, com a restituição à única quotista de valor em dinheiro igual ao valor nominal das quotas integralizadas ora canceladas, de modo que o capital social da Sociedade passa a ser representado por 3.062.618 (três milhões, sessenta e duas mil, seiscentos e dezoito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas e detidas pela única sócia. 5.2.1. Consignar que, nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil, durante o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. 5.2.2. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Sociedade ora deliberada somente se tornará efetiva, findo o prazo mencionado no item 5.2.1 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou, (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento do seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 1.084, § 2º do Código Civil, ocasião na qual a única sócia deverá promover a alteração do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir a referida redução. 5.4. Uma vez transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item 5.2.1 acima, a única sócia deverá formalizar, no âmbito de Alteração do Contrato Social da Sociedade, a alteração da redação do caput da Cláusula 5ª do Contrato Social, a qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 5ª. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.062.618,00 (três milhões, sessenta e duas mil, seiscentos e dezoito reais), dividido em 3.062.618 (três milhões, sessenta e duas mil, seiscentos e dezoito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo as quotas detidas pela única sócia da seguinte forma:

Nome do Sócio	Nº de Quotas	Valor Nominal	%
Trevisto Global Investments Ltd.	3.062.618	R\$ 3.062.618,00	100%
Total	3.062.618	R\$ 3.062.618,00	100%

Parágrafo Único. As quotas sociais são indivisíveis em relação à Sociedade, exceto para os fins dos Artigos 1.056 e 1.057 do Código Civil." 5.5. Por fim, a única sócia autoriza os administradores da Sociedade a tomarem todas as medidas necessárias para efetivação das deliberações ora aprovadas, perante quaisquer entidades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, incluindo, sem limitação, a publicação desta ata de reunião de sócios em jornal de grande circulação da sede social, nos termos do Artigo 289, caput, inciso I da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), aplicável supletivamente para a Sociedade, nos termos da Cláusula 1ª, Parágrafo Único do Contrato Social. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a presente reunião da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada digitalmente por todos os presentes. São Paulo/SP, 28 de abril de 2023. Assinaturas: Mesa: **Alvaro de Moura** – Presidente; **Paulo Henrique Signori Pinese** – Secretário. Única Sócia: **Trevisto Global Investments Ltd.** p.p. Alvaro de Moura.

Apolo Geração de Energia II SPE S.A.

CNPJ nº 42.675.649/0001-52

Demonstrações Financeiras do Exercício em 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
ATIVO	Saldo Atual	Passivo
Ativo circulante	3.219,97D	Passivo circulante
Disponível	3.219,97D	Exigível a curto prazo
Banco contas movimento	1.093,95D	Impostos a recolher
Aplicação financeira	2.126,02D	Conta corrente passiva
Ativo não circulante	1.004.632,23D	Patrimônio líquido
Intangível	1.004.632,23D	Capital social
		Capital integralizado
		Prejuízos
		Prejuízos acumulados
		Resultado do exercício
		Result. transit. de exerc. em curso
Total ativo	1.007.852,20D	Total passivo
		1.007.852,20C
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Receita líquida	Saldo	Total
Despesas operacionais	-	7.579,44
Despesas administrativas	(37.861,56)	(37.861,56)
Outras receitas operacionais	45.441,00	45.441,00
Resultado operacional (EBITDA)	-	7.579,44
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	122,71	-
Despesas financeiras	(124.707,97)	(124.585,26)
Lucro antes dos impostos	-	(117.005,82)
IRPJ e CSLL	(10.922,84)	(10.922,84)
Prejuízo do exercício	-	(127.928,66)

DIRETORIA
Rodrigo Hsu Ngai Leite | Hugo Guilherme Almeida Santos - CRC-SP nº 1SP335860/O-8

Estrela do Sul SPE II S.A.

CNPJ nº 43.640.785/0001-70

Demonstrações Financeiras do Exercício em 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
ATIVO	Saldo Atual	Passivo
Ativo		Patrimônio líquido
		Capital social
		Capital integralizado
		Total patrimônio líquido
Total ativo		Total passivo
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Receita líquida	Saldo	Total
Lucro bruto	-	-
Despesas operacionais	-	-
Resultado operacional (EBITDA)	-	-
Lucro antes dos impostos	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-

DIRETORIA
Rodrigo Hsu Ngai Leite | Hugo Guilherme Almeida Santos - CRC-SP nº 1SP335860/O-8

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Ribeirão Pires, 28 de abril de 2023. **A Diretoria.** (29/04, 03 e 04/05/2023)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Albriggs Defesa Ambiental S.A.
CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35300180879

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: De acordo com as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 2021. Permanecemos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)					
Ativo	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30.186	8.319	Fornecedores	8.608.480	6.818.196
Contas a receber	7.332.862	5.789.613	Emprestimos e Financiamentos	10.548.248	10.575.254
Estoques	2.881.572	1.554.263	Obrigações trabalhistas	1.738.407	1.571.319
Impostos a recuperar	394.084	446.531	Obrigações tributárias	3.880.473	2.803.715
Adiantamento a Fornecedor	1.378.241	557.559	Adiantamento de clientes	7.733.061	7.804.285
Outros Ativos a receber	9.628.641	9.863.303	Outras contas a pagar	94.237	
	21.645.586	18.219.588		32.508.669	29.667.006
Não circulante			Não circulante		
Partes Relacionadas	28.512.530	20.507.620	Emprestimos e financiamentos		600.000
Impostos diferidos	275.455	327.901	Provisão para contingências	1.067.779	753.606
Outros Ativos	734.967	760.762	Obrigações tributárias - Não Circulante	3.149.549	2.416.393
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.091.424	676.950	Parte Relacionadas - Passivo	17.107.118	13.238.257
Imobilizado	4.116.879	7.234.098	Outras Contas a Pagar	633.099	278.733
Intangível	4.152.326	4.152.326		21.957.545	17.286.989
	38.883.581	33.659.657			
Total do Ativo	60.529.167	51.879.245	Patrimônio Líquido		
			Capital Social	9.550.000	9.550.000
			Reserva Legal	498.255	423.652
			Lucro(prejuízo) acumulados	(3.985.302)	(5.048.402)
			Total do patrimônio líquido	6.062.953	4.925.250
			Total Passivo	60.529.167	51.879.245

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.550.000	423.652	(3.937.972)	6.035.680
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício			(817.885)	(817.885)
Ajuste Exercício Anterior			(292.545)	(292.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.550.000	423.652	(5.048.402)	4.925.250
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício			1.492.070	1.492.070
Reserva Legal		74.603	(74.603)	
Dividendo Obrigatório			(354.367)	(354.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.550.000	498.255	(3.985.302)	6.062.953

Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas sob responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

DIRETORIA
Marco Antonio Gutfreund Formicola
Valter Carmona
Roberto Luiz Ferreira - Contador - CRC 1-SP 108443/0-2.

Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.
CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: De acordo com as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)					
Ativo	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	2.432.632	5.382.093	Fornecedores	9.120.800	11.432.485
Contas a receber	15.231.661	31.202.932	Obrigações tributárias	8.137.297	4.438.950
Estoques	15.226.297	12.199.758	Obrigações sociais/Prov férias	1.103.467	2.016.718
Impostos a recuperar	1.768.941	902.501	Emprestimos e financiamentos	13.964.787	18.066.414
Outras Contas a Receber	11.091.958	6.028.924	Outras contas a pagar		5.686.246
Despesas antecipadas	2.341.182	2.594.919	Adiantamento de Clientes	2.069.408	4.068.022
Total do ativo circulante	48.092.671	58.311.127	Total do passivo circulante	34.395.759	45.708.835
			Não circulante		
Outras Contas a Receber	581.195	2.538.697	Obrigações Tributárias	5.062.647	3.963.082
Partes relacionadas	103.479.632	66.960.781	Débitos c/empresas relacionadas	25.589.979	17.603.777
Imobilizado	1.243.048	2.565.698	Outras contas a pagar	539.467	8.047.621
Intangível	9.578.372	9.964.217	Emprestimos e Financiamentos	57.059.237	25.121.623
Total do ativo não circulante	114.882.247	82.029.393	Contingências		129.366
			Total do passivo não circulante	88.251.330	54.865.469
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	38.500.000	38.500.000
			Reserva de Lucros	209.427	172.600
			Lucro Acumulado	1.618.402	1.093.616
			Total do patrimônio líquido	40.327.829	39.766.216
			Total Passivo	162.974.918	140.340.520

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.500.000		(2.977.765)	35.522.235
Lucro do exercício			3.451.996	3.451.996
Ajuste Exercício Anterior			1.156.524	1.156.524
Reserva Legal		172.600	(172.600)	0
Dividendos Obrigatório			(364.539)	(364.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.500.000	172.600	1.093.616	39.766.216
Lucro do exercício			736.542	736.542
Reserva Legal		36.827	(36.827)	
Dividendos Obrigatório			(174.929)	(174.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.500.000	209.427	1.618.402	40.327.829

Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas sob responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

DIRETORIA
Marco Antonio Gutfreund Formicola
Valter Carmona
Alex da Silva Cobra
Roberto Luiz Ferreira - Contador - CRC 1-SP 108443/0-2.

Demonstrações dos Resultado
exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida de serviços	30.225.215	24.154.807
(-) Custos dos serviços prestados	(19.425.982)	(17.176.968)
Lucro Bruto	10.799.233	6.977.839
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	(4.808.830)	(4.314.742)
Despesas com pessoal	(2.103.698)	(1.835.869)
Resultado Operacional	3.886.705	827.228
Outros Resultados Operacionais	287.854	303.747
Resultado não operacional	1.835.650	928.806
(=) Resultado operacional antes do efeito financeiro	2.123.504	1.232.553
Receitas Financeiras	2.809.019	897.872
Despesas Financeiras	(6.766.529)	(3.775.538)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(3.957.510)	(2.877.666)
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	2.052.699	(817.885)
Impostos de renda e contribuição social	(560.629)	
Lucro do Exercício	1.492.070	(817.885)
Lucro(prejuízo) por lote de 1000 ações - R\$ 156,24	(85,64)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa
exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro do exercício	1.492.070	(817.885)
Ajustes que não afetam caixas		
Dividendos obrigatório:	(354.367)	
Ajuste de exercício anterior		(292.545)
Provisão para contingências	314.173	(51.853)
Provisão para Perdas de Crédito	(23.549)	(238.175)
Depreciação e amortização	1.409.317	2.002.664
Lucro Ajustado	2.837.644	602.206
Fluxo de caixa atividades operacionais		
Contas a receber	(1.519.702)	(864.094)
Outras contas a receber	(2.302.006)	1.721.430
Impostos a recolher e recuperar	1.914.807	1.703.904
Salários encargos sociais	167.088	(313.227)
Outras contas a pagar	1.979.190	1.439.074
(=) Caixa líquido proveniente das (consumido) nas atividades operacionais	239.377	3.687.087
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(288.841)	(437.220)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.996.742	25.306
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	1.707.901	(411.914)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adição/baixa parte relacionadas	(4.136.049)	(8.234.264)
Financiamentos /Emprestimos	(627.006)	4.315.256
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(4.763.055)	(3.919.008)
Aumento de caixa e equiv. de caixa	21.867	41.629
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	8.319	49.948
No final do exercício	30.186	8.319
Aumento de caixa e equiv. de caixa	21.867	41.629

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

In Press Participações S.A.

CNPJ nº 11.418.214/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
BALANÇO PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo	2022	2021	
Ativo circulante	559.409,51	209.805,07	
Bancos conta movimento	531,72	8.187,16	
Total do disponível	531,72	8.187,16	
Total do ativo circulante	558.877,79	201.617,91	
Créditos	558.877,79	201.617,91	
Cientes	363,79	201.421,73	
Outras contas a receber	516.326,18	-	
Despesas antecipadas	42.187,82	196,18	
Ativo não circulante	38.765.258,61	31.224.304,73	
Participações societárias			
In Press Assess. de Imprensa e Prop.Ltda.	11.226.986,75	12.805.878,23	
New Ideas Comunicação Ltda.	15.672.486,79	9.221.513,67	
Vbrand Estratégia em Vídeos Ltda.	1,00	1,00	
In Press Media Guide Assess.Imprensa e Com.			
Fleishman Hillard Brasil Comunic. Ltda	960.750,32	1.736.697,23	
Critical Mass Comunic. Digital Ltda.	8.365.791,13	5.502.173,65	
The Buzz Now Entreten. Comun Ltda.	2.539.241,62	1.958.039,95	
Dialog Desenvolv. e Licenc. de Software	1,00	1,00	
Mais valia s/ investimento			
Total do ativo	39.324.668,12	31.434.109,80	
Passivo			
Passivo circulante	160.060,74	129.063,22	
Fornecedores a pagar	133.404,14	150.011,37	
Impostos, taxas e contrib. a pagar	8.709,14	1.251,85	
Provisões	17.947,46	(22.200,00)	
Passivo não circulante	1.517.006,03	1.342.531,72	
Exigível a longo prazo			
Provisão para perda com invest.	1.517.006,03	1.342.531,72	
Patrimônio líquido	37.647.601,35	29.962.514,86	
Capital social realizado	3.013.000,00	3.013.000,00	
Reserva legal	602.600,00	602.600,00	
Lucro acumulado	34.032.001,35	26.346.914,86	
Total do passivo	39.324.668,12	31.434.109,80	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2022	2021	
(-) Despesas			
Provisões de custos	(12.447,46)	-	
Despesas com pessoal	(92.128,35)	(201.830,74)	
Despesas operacionais	(118.988,00)	-	
Despesas administrativas	(1.092.760,35)	(1.557.923,58)	
Resultado com equiv. patrimonial	12.321.427,48	17.505.221,42	
Despesas tributárias	(45.828,93)	(3.042,17)	
Total de despesas	10.959.274,39	15.742.424,93	
(=) Resultado (antes Rec/Desp.Financeiras)	10.959.274,39	15.742.424,93	
(+/-) Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(2.070,40)	(43.131,63)	
Receitas financeiras	82,50	-	
Reversões e provisões	(22.200,00)	-	
Amortização agio s/investimento total de despesas/receitas financeiras	(24.187,90)	(43.131,63)	
(=) Lucro (antes IRPJ/CSLL)	10.935.086,49	15.699.293,30	
Lucro líquido do exercício	10.935.086,49	15.699.293,30	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	10.935.086,49		
(+) Provisão para perda de investimentos	174.474,31	-	
(+/-) Provisão diversas	0,00	-	
(+/-) Provisão custos/despesas	40.147,46	-	
(+/-) Equivalência patrimonial	(12.321.427,48)	-	
Resultado ajustado	(1.171.719,22)		
(+/-) Aum/redução de contas a receber de clientes	201.057,94	-	
(+/-) Aum/redução de outras contas a receber	(516.326,18)	-	
(+/-) Aum/redução de despesas antecipadas	(41.991,64)	-	
(+/-) Aum/redução de fornecedores/contas a pagar	(16.607,23)	-	
(+/-) Aum/redução de outras obrigações fiscais	7.457,29	-	
(=) Fluxo de caixa operacional	(1.538.129,04)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(+) Dividendos recebidos	4.780.473,60	-	
(-) Fluxo de caixa investimentos	4.780.473,60		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
(-) Distribuição de lucro	(3.250.000,00)	-	
(-) Fluxo de caixa financiamentos	(3.250.000,00)		
Aumento líquido nas disponibilidades	(7.655,44)		
Saldo de caixa + equivalentes de caixa	8.187,16	531,72	
Variação de caixa	(7.655,44)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO			
1. Informações gerais: A In Press Participações S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo. Tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28/02/2023, e liberadas para divulgação. 2. Base de apresentação e preparação das demonstrações: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas pela companhia na preparação dessas demonstrações financeiras que seguem a Resolução do CFC nº 1.255/2009, para Pequenas e Médias Empresas, estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da companhia. 2.1 Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem a valores de depósitos bancários de livre movimentação que podem ser sacados a qualquer momento com riscos insignificantes de alteração de valor. 2.2 Clientes - Partes relacionadas: Valor relativo a Notas de Reembolso para recuperação de despesas de CSC cobradas a maior durante o período. 2.3 Investimentos: Participação societária em diversas empresas como controladora ou coligada, mantendo significativa influência sobre a administração das investidas. Os investimentos foram contabilizados inicialmente pelo seu valor de custo na data da aquisição, e ajustados mensalmente pelo método de equivalência patrimonial (MEP), incluído assim no resultado da empresa a parte que lhe cabe nos resultados das investidas. Abaixo a composição dos investimentos em 31/12/2022:			
Sócio	Nº Ações	%	Total
Cristina Moretti	1.355.350	45%	1.355.850,00
Das Brasil Investimentos Ltda.	1.205.200	40%	1.205.200,00
Hugo de Vasconcelos Godinho	225.975	7,5%	225.975,00
Nina de Vasconcelos Godinho			
Goldberg	225.975	7,5%	225.975,00
Total			3.013.000,00

2.6. Lucros Acumulados: A empresa através de Assembleia Geral Ordinária irá propor a destinação do lucro líquido apurado em cada período com observância no Estatuto Social da companhia e na Lei das S.A's. A distribuição dos lucros após as constituições de reservas legais, deverá ser realizada proporcionalmente à participação societária dos sócios no capital social da empresa. De acordo com estatuto de acionistas, a distribuição de lucros deve ser feita com bases trimestrais, conforme relatórios financeiros atualizados, desde que resguardados os requisitos do "Working Capital" determinado em aprovação orçamentária anual. Ao longo do exercício de 2022 foram distribuídos saldo dos lucros acumulados de 2021, num valor total de **R\$ 3.250.000,00** (Três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), ficando a conta de "Lucros Acumulados" com a seguinte composição:

Composição saldo de lucros a distribuir em 31/12/2022

Saldo de lucros até 2021	26.346.914,86
Lucros do exercício de 2022	10.935.086,49
(-) Lucros distribuídos em 2022	(3.250.000,00)
Saldo final de lucros a distribuir (antes da destinação) em 2022	34.032.001,35

2.7 Reserva Legal: Foi constituída em 2014, Reserva Legal de 5% sobre os lucros conforme prevê a Lei 6.404/76, e complementada em 2015. **2.8 Demonstração de Resultado - O reconhecimento das receitas através do Método de Equivalência Patrimonial, e das despesas da empresa é realizado mensalmente pelo regime de competência. A empresa recebe mensalmente da Resolução do CFC nº 1.255/2009, semelhante ao CPC 26. Abaixo demonstrativo das receitas com participação societária auferidas no exercício:**

Receitas no período 2022	Investidas
In Press Assessoria de Imprensa	(1.399.891,48)
New Ideas Comunicação	9.442.446,73
Fleishmanhillard Brasil Comunicação	(665.946,90)
The Buzz Now Entretenimento e Comunicação Ltda.	1.581.201,56
Critical Mass Comunicação Digital Ltda. (*)	3.363.617,49
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.312.427,40

2.9 IRPJ e CSLL sobre o Lucro: Os impostos foram calculados pelo Lucro Real Anual, com o levantamento de balancetes mensais de redução/suspensão, para acompanhamento, conforme legislação vigente. **2.10 Demonstração de Fluxo de Caixa:** A Demonstração de Fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto, respeitando a seção 07, Resolução do CFC nº 1.255/2009 - PME), semelhantes ao CPC 03 - DFC. São Paulo, 27 de abril de 2023

Cristina Moretti Sócia - Administradora

Soraya Segantim - Diretora Financeira

Solange Simplicio dos Santos - Contadora - CRC nº 1SP275762/0-9

Lamor Ambiental S.A.

CNPJ nº 53.187.613/0001-46

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: De acordo com as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 2021. Permanecemos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)			
Ativo	31.12.2022	31.12.2021	Passivo
Circulante			Circulante
Caixa e Bancos	601.883	1.280	Fornecedores
Contas a receber	1.517	5.800	Obrigações tributárias
Adiantamento Fornecedor	5.800	204.514	Obrigações sociais/Prov férias
Estoques	204.514	204.514	Empréstimos e arrend mercantil
Impostos a recuperar	17.607	11.658	Adiantamento de Clientes
Outras Contas a Receber	691.124	477.654	Total do passivo circulante
Total do ativo circulante	1.522.445	695.106	1.980.037
			6.039.556
			Não circulante
Outras Contas a Receber	257	257	Contribuições e Impostos a Recolher
Partes relacionadas	11.630.986	7.307.892	Débitos c/empresas relacionadas
Investimentos em controlada	5.759.805	4.678.986	Outras contas a pagar
Outros investimentos	1.376	1.376	Contingências
Imobilizado	893.143	981.608	Total do passivo não circulante
Total do ativo não circulante	18.285.567	12.970.119	23.560.625
			13.592.067
Total Ativo	19.808.012	13.665.225	Patrimônio líquido
			Capital Social
			Reserva Legal
			Reserva p/contingências
			Lucros Acumulados
			Total
			7.929.003
			7.929.003
			94.261
			105.453
			(12.139.499)
			(4.026.110)
			(1.940.288)
			(1.940.288)
			7.929.003
			7.929.003
			105.453
			(14.079.787)
			(5.966.398)
			306.555
			306.555
			(72.807)
			(72.807)
			7.929.003
			94.261
			105.453
			(13.861.367)
			(5.732.650)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva p/contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.929.003	78.933	105.453
Prejuízo líquido do exercício			(1.940.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.929.003	78.933	105.453
Lucro líquido do exercício			306.555
Reserva Legal Obrigatória		15.328	(15.328)
Dividendos Obrigatório			(72.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.929.003	94.261	105.453

Lucros Acumulados

	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.139.499)	(4.026.110)
Prejuízo líquido do exercício	(1.940.288)	(1.940.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(14.079.787)	(5.966.398)
Lucro líquido do exercício	306.555	306.555
Reserva Legal Obrigatória	(15.328)	(15.328)
Dividendos Obrigatório	(72.807)	(72.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(13.861.367)	(5.732.650)

DIRETORIA
 Marco Antonio Gutfreund Formicola
 Valtor Carmona
 Roberto Luiz Ferreira - Contador - CRC 1-SP 108443/0-2.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Cedrom Securitizadora S/A

CNPJ/MF em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social
Data, hora e local: 28/02/2023, às 09:00 horas na sede social, localizada na Rua Araguari, 835, São Paulo, SP. **Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante. **Composição da mesa:** Presidente, Sra. **Juliana Assolari Adamo Cortez**, e Secretária Sra. **Jislane Geronimo de Almeida**. **Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 09/11/2022, estando assim dispensada da convocação por Edital segundo § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, sendo recolhida assinatura de todos no livro de presença. **Ordem do Dia e Deliberações:** A Sra. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **Cedrom Securitizadora S/A**, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação do Estatuto Social – Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, a Sra. Presidente da Mesa submeteu à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **Cedrom Securitizadora S/A**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletim de Subscrição das Ações – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição – **Cedrom Gestão e Administração de Negócios Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Araguari, 835, conjunto 31, bairro Moema, São Paulo, SP, CEP: 04514-041, inscrita no CNPJ nº 19.409.591/0001-83, representada neste ato por sua representante **Juliana Assolari Adamo Cortez**, brasileira, casada sob o regime de separação legal de bens, advogada, portadora da cédula de identidade 25.791.369-5 SSP/SP, portadora do CPF nº 191.609.428-78, nascida em 12/03/1975, residente e domiciliada na Rua Tuim, nº 339, apartamento 61, Vila Uberabinha, CEP 04514-100, São Paulo/SP. 3) Ações subscritas: 10.000 de ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Distribuição por subscritor: **Cedrom Gestão e Administração de Negócios Ltda.** – 100% de ações. 4) Eleição do Membro da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores. – Os acionistas aprovaram a eleição da Sra. **Juliana Assolari Adamo Cortez**, brasileira, casada sob o regime de separação legal de bens, advogada, portadora da cédula de identidade 25.791.369-5 SSP/SP, portadora do CPF nº 191.609.428-78, nascida em 12/03/1975, residente e domiciliada na Rua Tuim, nº 339, apartamento 61, Vila Uberabinha, CEP 04514-100, São Paulo/SP, como Diretora Presidente da Companhia, com mandato de até 03 anos. 4 (i.1) aprovar a remuneração global anual de até R\$ 20.000,00 para a Diretora Presidente, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4 (i.2) integrante da Diretoria ora eleita aceitou o cargo para os quais foi nomeada, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenada ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomou posse em seu respectivo cargo, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. 5) Definição das publicações legais – A acionista decidiu que as publicações dos atos da Companhia seguirão as disposições legais estabelecidas no Art. 289, da Lei nº 6.404/1976. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia – localizada na Rua Araguari, 835, Vila Uberabinha, São Paulo, SP, CEP 04514041. 7) Descrição da integralização do capital social – Foi declarado que o capital social da Companhia é de 10.000 ações de R\$ 1,00 cada uma, equivalente a R\$ 10.000,00, e encontra-se parcialmente subscrito, sendo deste total, 1.000 ações que equivalem a R\$ 1.000,00 serão subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente, e as demais 9.000 ações que equivalem a R\$ 9.000,00 a integralizar no prazo de 365, a contar da data da assinatura desta ata, também, em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por mim, **Jislane Geronimo de Almeida**, e pela presidente de mesa **Juliana Assolari Adamo Cortez**, e pela representante da acionista fundadora e integrante da Diretoria, antes, porém, transcreve-se o Estatuto Social aprovado no item 1. São Paulo/SP, 28/02/2023. (ass.) **Juliana Assolari Adamo Cortez** – Presidente da Assembleia; **Jislane Geronimo de Almeida** – Secretária da Assembleia. André Eduardo Bravo – OAB/PR nº 61.516. **Estatuto Social de Cedrom Securitizadora S/A**, Denominação, Objeto Social, Sede e Duração. **Artigo 1º.** Cedrom Securitizadora S/A, (doravante simplesmente referida como "Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização (ativos empresariais), inclusive CCB – Cédula de Crédito Bancário conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria. **§ Único.** A Companhia não poderá, em hipótese alguma, participar do capital de qualquer sociedade, nem integrar grupo de sociedades, bem como conceder fianças ou avais em favor de terceiros quaisquer, incluindo seus acionistas e administradores. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede na Rua Araguari, 835, Vila

Uberabinha, São Paulo, SP, CEP 04514041, sendo-lhe facultada, por deliberação dos Acionistas, abrir outros estabelecimentos, tais como: filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de 10.000 ações de R\$ 1,00 cada uma, equivalente a R\$ 10.000,00, e encontra-se parcialmente subscrito, sendo deste total, 1.000 ações que equivalem a R\$ 1.000,00 serão subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente, e as demais 9.000 ações que equivalem a R\$ 9.000,00 a integralizar no prazo de 365, a contar da data da assinatura desta ata, também, em moeda corrente nacional. **§ 1º.** Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§ 3º.** Novas ações de emissão da Companhia poderão adquirir a forma escritural, sendo mantidas em conta depósito, aberta em nome de cada acionista em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. **Da Administração.** **Artigo 6º.** A administração da Companhia compete a Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º.** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º.** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então, à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **Da Diretoria.** **Artigo 7º.** A Diretoria será composta de 1 membro, acionista ou não, residente no País, eleito pela acionista e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretora Presidente. **§ 1º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 anos, permitida a recondução, sendo que no período que ocupar o cargo fará jus ao pró-labore mensal a ser definido em assembleia. **§ 2º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **§ 3º.** Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **§ 4º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. **Artigo 8º.** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 9º.** Compete exclusivamente a Diretora Presidente: a) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; b) representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; c) manter atualizado os registros necessários a Companhia; d) instalar e presidir as reuniões de Diretoria; e) executar as operações e atividades da Companhia; f) assinar registros e desligamentos de funcionários, dando baixas em carteira de trabalho, guias de seguro desemprego, fichas de registro, declarações cadastrais, RAIS, documentos referentes a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e PIS; g) implementação dos planos e orçamentos; h) promover cobranças amigáveis, e judiciais, assinando recibos e quitações; i) representá-la perante quaisquer bancos, particulares ou públicos e instituições financeiras, podendo: requerer talonários; efetuar depósitos; verificar extratos; fazer aplicações financeiras; passar recibos e dar quitações; assinar duplicatas e realizar instrução bancária; j) firmar contratos e compromissos em nome da Companhia; k) representar a companhia perante terceiros, em parceria com o Diretor Presidente; l) representá-la perante quaisquer bancos, particulares ou públicos e instituições financeiras, podendo: requerer talonários; efetuar depósitos; verificar extratos; fazer aplicações financeiras; passar recibos e dar quitações; assinar duplicatas e realizar instrução bancária; m) A representação ativa e passiva da companhia, em juízo ou fora dele, especialmente para receber notificação ou citação judicial; n) Assinar carta de anuência; o) Nomear procuradores, prepostos ou mandatários, sendo que tais procurações deverão mencionar expressamente os poderes conferidos; e, com exceção daqueles para fins judiciais, conter período de validade; p) Convocar as assembleias gerais; q) Aprovar o relatório da administração e contas a serem prestadas e destituir os auditores independentes; r) fixar a remuneração dos membros da diretoria, de forma individualizada, sem prejuízo de eventual participação nos lucros que lhes forem atribuídas pela Assembleia Geral; s) Autorizar a aquisição de ações da própria companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria. **§ 1º.** Compete a todos os Diretores desempenhar as funções que lhes sejam atribuídas, exclusivamente, pelo Diretor Presidente, tais como: (a) supervisão e movimentação econômico-financeira da Companhia; (b) supervisionar a execução das operações e atividades da companhia; (c) analisar e propor à Diretoria políticas, métodos e sistemas de atuação operacional; (d) acompanhar a atividade social sob o prisma negocial. **§ 2º.** A contratação de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, alienação, cessão de uso ou oneração de bens da Companhia, sob qualquer forma, deverão, sob pena de não produzirem efeitos perante a mesma, ser assinadas pelo Diretor Presidente isoladamente. **§ 3º.** No caso de renúncia, falecimento ou interdição de qualquer diretor, o Diretor Presidente nomeará imediatamente o substituto, pelo tempo restante de mandato. **Do Conselho Fiscal.** **Artigo 11º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e, igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho

Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **§ 3º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Das Assembleias Gerais.** **Artigo 12º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberação dos Acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Diretor Presidente, pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei. **§ 1º.** Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **§ 2º.** A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. **§ 3º.** A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 13º.** É necessária a aprovação de acionistas que representem maioria absoluta do capital social com direito a voto para: a) As matérias listadas no art. 136 da Lei nº 6.404/76; b) Alterações deste Estatuto Social; c) Emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; d) Emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) Distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor superior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei; f) Atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia; g) Aumento de capital por subscrição, bem como a redução do capital social, para restituição aos acionistas. **Do Exercício Social.** **Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro.** **Artigo 14º.** O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **§ 1º.** A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I – 5% será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% do capital social; II – 25% de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. **§ 2º.** O saldo remanescente depois de atendidas as exigências legais terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 15º.** Será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. **§ Único.** O montante a ser distribuído será aquele já diminuído pela importância destinada à constituição da reserva legal e da importância destinada à formação da reserva para contingências, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingência formada em exercícios anteriores. **Artigo 16º.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes no último balanço ou balancete levantado pela Companhia. **Artigo 17º.** Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulam o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração. **§ Único.** Os direitos, as obrigações e as responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou o Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não deverá computar o(s) voto(s) proferido(s) por acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Da Liquidação.** **Artigo 18º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá à Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento. **Das Disposições Gerais.** **Artigo 19º.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, deriver da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. **Artigo 20º.** Serão aplicáveis os casos omissos as disposições da Lei 6.404/76, bem como de outras normas legais cabíveis. O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição, ficando os diretores responsabilizados pelo seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e demais órgãos competentes, (ass.) **Juliana Assolari Adamo Cortez** – Presidente da Assembleia; **Jislane Geronimo de Almeida** – Secretária da Assembleia; **Cedrom Gestão e Administração de Negócios Ltda.**, Representante: **Juliana Assolari Adamo Cortez**. Este instrumento foi elaborado por: **André Eduardo Bravo** – OAB/PR nº 61.516. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o NIRE 35.300.614.151 em 27/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

CLD Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ nº 08.944.728/0001-83

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023. **A Administração.**

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	2022	2021	2022	2021	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Ativo circulante	21.519.542	6.790.055	Passivo circulante	2.612.424	2.793.420
Caixa e equivalentes de caixa	21.509.008	6.509.781	Fornecedores	2.039.702	2.631.017
Outras contas a receber		280.000	Obrigações trabalhistas e tributárias	230.326	55.634
Tributos a recuperar	10.534	274	Contas a pagar	342.395	106.769
Ativo não circulante	195.015.360	112.480.156	Passivo não circulante	57.254.833	57.254.833
Propriedade para investimento	195.009.643	112.480.156	Permuta de imóveis	57.254.833	57.254.833
Imobilizado	7.000	-	Patrimônio líquido	156.667.645	59.221.958
Depreciação	(1.283)	-	Capital social	136.710.928	26.168.500
Total do ativo	216.534.901	119.270.211	Prejuízos acumulados	(1.043.285)	(1.488.972)
			AFAC	21.000.001	34.542.430
			Total do passivo e patrimônio líquido	216.534.901	119.270.211
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
	2022	2021	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	(114.788)	(16.058)			
Despesas tributárias	(49.845)	(10.125)			
	(164.633)	(26.182)			
Despesas financeiras	(7.560)	(1.727)			
Receitas financeiras	920.082	5.007			
Resultado financeiro	912.522	3.280			
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	747.889	(22.902)			
IRPJ e CSLL	(302.202)	(1.836)			
Prejuízo líquido do exercício	445.687	(24.739)			
Notas Explicativas: 1. Contexto Operacional: A Cia. é uma sociedade de capital fechado, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo/SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de 34 galpões com 121.192,17 m², sito à Rua Cabo Norberto Enrique Weber, 222 – Parque Novo Mundo -S.P., tendo a primeira fase 14 galpões e 44.255,50m²s, com entrega prevista para setembro/2023. 2. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28/04/2023.					

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

G&P Projetos e Sistemas S.A.

CNPJ nº 59.057.992/0001-36

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	97.879.723	75.350.313	103.818.390	80.042.366	CIRCULANTE	87.449.509	49.480.392	87.489.587	48.937.478
Caixa e Equivalentes de Caixa	162.428	415.665	5.000.972	4.481.455	Empréstimos e financiamentos	12.013.407	6.368.674	12.013.407	6.368.674
Caixa e Bancos	162.428	415.665	1.164.224	4.481.356	Fornecedores	16.596.355	2.587.638	16.596.561	2.590.846
Aplicações de liquidez imediata	-	98	3.836.748	99	Obrigações fiscais	32.765.299	25.376.409	32.765.952	24.738.474
Cientes					Obrigações trabalhistas	14.694.091	4.607.839	14.701.305	4.613.520
Duplic. a receber e Serviços Exec. a Faturar	67.558.964	38.118.833	67.558.964	38.106.481	Encargos sociais a recolher	1.083.189	994.427	1.087.366	999.810
Outros Créditos	30.158.331	36.815.815	31.258.453	37.445.394	Outras obrigações	1.014.524	1.229.886	1.015.199	1.283.481
Bancos conta vinculada	3.593.416	1.099.342	3.593.416	1.099.342	Dividendos a Pagar	-	-	-	-
Outras contas a receber	6.209.219	6.228.019	6.209.219	6.228.019	Provisões	9.282.642	8.315.520	9.309.796	8.342.674
Aplicações Financeiras	-	-	-	500.000	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	84.956.063	86.766.517	90.491.235	87.166.636
Adiantamentos diversos	9.316.071	8.951.650	9.316.071	8.951.650	Empréstimos e financiamentos	20.613.171	23.619.838	20.613.171	23.619.838
Créditos de funcionários	616.280	361.672	616.280	361.672	Obrigações fiscais	63.457.777	62.488.130	63.457.777	62.888.249
Impostos a recuperar	7.967.810	18.339.568	8.567.932	18.969.146	Mutuos entre empresas	123.125	-	5.658.298	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	Mutuos com acionistas	460.186	592.859	460.186	592.859
Despesas Pagas Antecipadamente	2.095.535	1.475.563	2.095.535	1.475.563	Obrigações trabalhistas	-	65.690	-	65.690
Títulos e Valores Mobiliários	360.000	360.000	360.000	360.000	Outras Contas a Pagar	301.803	-	301.803	-
Estoque					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.552.778	16.158.438	2.963.293	10.826.292
NÃO CIRCULANTE	83.078.626	77.055.034	77.125.726	66.888.040	Capital social	12.000.000	30.000.000	12.000.000	30.000.000
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	82.790.474	76.778.895	76.833.573	66.607.657	Ações em Tesouraria	(243.953)	(243.953)	(243.953)	(243.953)
Outros Créditos	27.145.332	23.825.497	27.145.332	23.825.497	Reservas de capital	-	1.726	-	1.726
Fianças e Cauções	212.427	211.507	212.427	211.507	Reservas de lucros	-	243.953	(5.599.484)	405.197
Depósitos Judiciais	10.825.476	9.332.221	10.854.779	9.367.330	Resultados acumulados	(3.203.269)	(13.843.289)	(3.193.269)	(19.330.542)
Impostos a recuperar	33.203.323	33.203.323	33.203.323	33.203.323	Participação de Não Controladores	-	-	-	(6.136)
Partes Relacionadas	11.403.916	10.206.347	5.417.712	-	TOTAL DO PASSIVO	180.958.349	152.405.348	180.944.116	146.930.406
PERMANENTE	288.152	276.139	292.152	280.383					
Investimentos	-	-	4.000	4.100					
Participações Permanentes em O. Sociedades	-	-	4.000	4.100					
Imóveis não de Uso	-	-	-	-					
Imobilizado	288.152	276.139	288.152	276.283					
Custo de aquisição	5.511.006	5.350.730	5.511.006	5.350.730					
(-) Depreciação Acumulada	(5.222.854)	(5.074.591)	(5.222.854)	(5.074.447)					
Intangível									
Custo	98.858	98.858	98.858	98.858					
Amortização Acumulada	(98.858)	(98.858)	(98.858)	(98.858)					
TOTAL DO ATIVO	180.958.349	152.405.348	180.944.116	146.930.406					

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	253.493.596	133.461.723	253.493.596	133.415.958	Comerciais	4.732.726	1.960.669	4.732.726	1.960.669
Serviços prestados	253.493.596	133.461.723	253.493.596	133.415.958	Administrativas	21.097.134	8.757.067	21.352.224	9.314.814
Revenda de Mercadorias	-	-	-	-	Resultado Financeiro líquido	12.511.779	9.055.939	12.522.547	8.802.003
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	29.413.552	16.510.484	29.413.552	16.495.176	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.000	442.555	6.000	442.555
Impostos incidentes sobre vendas	27.788.366	15.178.259	27.788.366	15.173.672	LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	(4.694.196)	(6.327.201)	(4.960.055)	(6.661.459)
Cancelamentos e Devoluções	1.429.030	-	1.429.030	-	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS	(4.694.196)	(6.327.201)	(4.960.055)	(6.661.459)
Descontos incondicionais	196.156	1.332.225	196.156	1.321.504	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	2.134.430	-	2.134.430	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	224.080.044	116.951.239	224.080.044	116.920.782	PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	777.035	-	777.035	-
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	190.438.601	103.947.320	190.438.601	103.947.310	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	(2.110)
LUCRO BRUTO	33.641.443	13.003.918	33.641.443	12.973.472	LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.605.660)	(6.327.201)	(7.871.519)	(6.659.348)
DESPESAS OPERACIONAIS	38.341.639	19.773.674	38.607.498	20.077.486					

Diretoria	Contador
Ricardo da Silva Ribeiro - Diretor Presidente	Júlio César Gonçalves da Silva - CRC 1SP187020/O-0

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Grandpar Intermediação de Negócios e Participações S.A.					
CNPJ/MF nº 01.625.297/0001-43					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
(Valores expressos em Milhares de Reais)					
Balanco Patrimonial Consolidado			Fluxo de Caixa Indireto Consolidado		
Ativo Circulante	2022	2021	Passivo Circulante	2022	2021
Disponível	27	1	Coligadas	327	13.793
Coligadas	2.262	970		327	13.793
	2.289	971	Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante	67.896	69.836	Investimentos Controladas e Coligadas	374	290
Investimentos	67.896	69.836		374	290
Total do Ativo	70.185	70.807	Patrimônio Líquido		
Demonstração do Resultado			Capital social	36.980	36.980
Receita Operacional Líquida	2022	2021	Reservas	4.352	-
Margem Bruta			Lucros/Prejuízos acumulados	15.392	(25.467)
Despesas Administrativas	(14)	(10)	Distribuição De Lucro	(29.070)	-
Outras Receitas/Despesas			Lucros/Prejuízos do exercício	41.830	45.210
Operacionais	41.844	45.221		69.484	56.724
Despesas Totais	41.830	45.210	Total do Passivo	70.185	70.807
Margem Ebitda	41.830	45.210			
Resultado Financeiro	-	-			
Lucro Líquido Antes do IR e CS	41.830	45.210			
Lucro Líquido do Período	41.830	45.210			

Victor Hara – Diretor
Claudio de Souza Almeida – Contador CRC: 1SP 313.288/0-0

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de Segunda Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 09 de maio de 2023

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 09 de maio de 2023, às 15:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração dos artigos 3º e 32º; e **2.** Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais:** **1.** Os acionistas da Companhia estão sendo chamados em segunda convocação, já que as matérias referidas acima foram incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023 ("Assembleia em Primeira Convocação"), mas não foram deliberadas por falta do quórum mínimo de acionistas presentes, qual seja, de 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no Termo de Não Instalação divulgado pela Companhia em 27 de abril de 2023 e no referido dispositivo legal, a Assembleia Geral poderá instalar-se com qualquer número de acionistas. **2. Documentos à disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os demais documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **3. Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral. **4. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretendem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 07 de maio de 2023), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação da Assembleia Geral. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** **5. Documentos de representação dos Acionistas:** Companhia dispensará a necessidade de notificação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. **6. Votação por meio de Boletim:** As instruções de voto recebidas pela Companhia via boletim de voto a distância ("Boletim") para a Assembleia em Primeira Convocação, diretamente ou através dos prestadores de serviço aptos a prestarem serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, serão aproveitadas pela Companhia para fins de quórum de instalação e cômputo dos votos para esta Assembleia Geral, nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 81, sem prejuízo da possibilidade de alteração do voto por meio da participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, situação na qual a instrução de voto constante do Boletim será desconsiderada. **7. Informações para participação e votação na Assembleia:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, estarão disponíveis na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 28 de abril de 2023. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29/04 e 03/05/2023)

Althia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023

Data, Hora e Local: Em 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede da Althia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topazio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do parágrafo 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jairo Aparecido Yamamoto e secretariados pela Sra. Carolina Sommer Mazon. **Publicações e Divulgações:** De acordo com o artigo 133, da Lei das S.A., o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados no jornal "Data Mercantil", no dia 01 de abril de 2023, nas páginas de 01 à 04. Os documentos indicados acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia, com até 01 (um) mês da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Ordem do Dia:** (i) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Apreciação da destinação do lucro líquido do exercício de 2022, conforme Proposta da Administração, a ser alocado à reserva para incentivos fiscais e reserva de lucros, e ainda, a ratificação da distribuição de dividendos, já deliberado pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária; (iii) Eleição do Conselho de Administração; e (iv) Fixação do montante anual global da remuneração dos administradores, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos acionistas deliberaram o quanto segue: (i) Foram aprovados, por unanimidade e sem reservas, o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ratificando assim, os atos praticados pelos Administradores. (ii) Foi aprovado, por unanimidade e sem reservas, a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, conforme Proposta da Administração, no montante de R\$ 33.105.013,36 (trinta e três milhões, cento e cinco mil, treze reais e trinta e seis centavos) da seguinte forma: (i) R\$ 31.538.507,54 (trinta e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e quatro centavos), a serem alocados à reserva para incentivos fiscais; (ii) R\$ 1.331.529,95 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), a serem direcionados à reserva de lucros e (iii) R\$ 234.975,87 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) a título de dividendos, sendo R\$ 0,0011076769 por ação ordinária. (iii) Reeleger, por unanimidade e sem reserva, os Senhores e Senhoras abaixo indicados, para compor o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, o qual se inicia na presente data e a expirar, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: (a) o Sr. **Jairo Aparecido Yamamoto**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.600.409 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.240.918-45, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Alameda das Araucárias, Casa 07, Condomínio Gramado Araucária, CEP 13101-620, como membro do Conselho de Administração; (b) a Sra. **Aline Aparecida Yamamoto Zampieri**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 41.997.483-0, inscrita no CPF/ME sob o nº 337.956.018-94, residente e domiciliada na 202/6 Fairwater Close, Breakfast Point, NSW 2137, Austrália, representada por sua bastante procuradora, a Sra. **Márcia Regina Hirota Yamamoto**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 13.120.467-1 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 144.548.298-37, residente e domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Alameda das Araucárias, Casa 07, Condomínio Gramado Araucária, CEP 13101-620, como membro do Conselho de Administração; (c) o Sr. **Herbert Cesar Gonçalves**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 19.814.104, inscrito no CPF/ME sob o nº 072.442.618-37, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Massacá, nº 231, apartamento 62, Beane, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05465-050, como membro independente do Conselho de Administração; (d) o Sr. **Gregor Rodrigues Martins Einsiedler**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 11.736.564-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 093.166.767-46, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Brasília, nº 85, apartamento 162, Bairro Itaim Bibi, CEP 04534-040, como membro independente do Conselho de Administração; e (e) o Sr. **Cláudio Roberto Ely**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 90052284-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 137.688.320-15, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, nº 1.097, apartamento 1.301, CEP 90450-171, como membro independente do Conselho de Administração. (iv) Aprovar a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento da Companhia para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), sendo que a remuneração individual de cada administrador será fixada pelo Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento dos Trabalhos e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. Jairo Aparecido Yamamoto, Presidente; e Sra. Carolina Sommer Mazon, Secretária. **Acionistas Presentes:** Sr. Jairo Aparecido Yamamoto, também na qualidade de representante da FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.; Sra. Márcia Regina Hirota Yamamoto; Sra. Carolina Sommer Mazon; Sra. Maira Medeiros Vendramini; Sra. Rachel Giachini Sampaio Ferreira; Sr. Ricardo Vinicius Ferrari; Sr. Marco Henrique Chepuck Miazzo; Sra. Ana Lais Nascimento Vieira; Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Silva; Sra. Denise Machado de Campos Ruggiero; Sra. Fernanda Furtado Gambini; Sr. Igor Juares Cabral; Sra. Juliana Pinto Moraes; Sra. Michele Carusi; Sra. Olga Maria Costa Santos; Sra. Renata Coli Viotto; Sr. Jonathan Antonio Carvalho; e Sra. Verena Maria Torres. **Certifico que a presente ata é cópia fiel da original.** Atibaia, 28 de abril de 2023. Ass.: Jairo Aparecido Yamamoto – Presidente; Carolina Sommer Mazon – Secretária.

iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ/ME nº 14.380.200/0001-21 – NIRE 35.300.413.016

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023

Data, Hora e Local: Em 28 de abril de 2023, às 10h, na sede da iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, Vila Yara, na cidade de Osasco, estado de São Paulo, CEP 06020-902. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em razão da presença da acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo de Almeida Moyses; Secretário: Diego Carneiro Barreto. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** a acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas: 4.1. A redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, passando este de R\$ 3.110.666.274,44 (três bilhões, cento e dez milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 3.040.666.274,44 (três bilhões, quarenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 924.683.455 (novecentas e vinte e quatro milhões, seiscentas e sessenta e seis mil e quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando de 1.293.104.508 (um bilhão, duzentas e noventa e três milhões, cento e quatro mil e quinhentas e oito) para 924.683.455 (novecentas e vinte e quatro milhões, seiscentas e sessenta e seis mil e quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Redução do Capital"). 4.1.1. O valor correspondente à Redução de Capital será restituído à única acionista da Companhia, **IF-JE Participações S.A.**, mediante entrega de disponibilidade em moeda corrente nacional. 4.1.2. Para o cancelamento das 368.421.053 (trezentos e sessenta e oito milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, foi considerado o valor de R\$ 0.19 por ação, conforme balanço patrimonial de 31.03.2023. 4.2. Tendo em vista as deliberações acima, a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação, mantidos inalterados os seus respectivos parágrafos: **"Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.040.666.274,44 (três bilhões, quarenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 924.683.455 (novecentas e vinte e quatro milhões, seiscentas e sessenta e seis mil e quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** 4.3. Aprovar, em virtude das deliberações acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I à presente ata. 4.4. Por fim, a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização e implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata de forma sumária, como faculta o Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **6. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Carlos Eduardo de Almeida Moyses; Secretário da Mesa: Diego Carneiro Barreto; Acionista Presente: IF-JE Participações S.A., neste ato representada por seus Diretores, Srs. Carlos Eduardo de Almeida Moyses e Diego Carneiro Barreto. Osasco/SP, 28 de abril de 2023. Carlos Eduardo de Almeida Moyses – Presidente da Mesa; Diego Carneiro Barreto – Secretário da Mesa. Acionista: IF-JE Participações S.A. Representada por Carlos Eduardo de Almeida Moyses e Diego Carneiro Barreto.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

